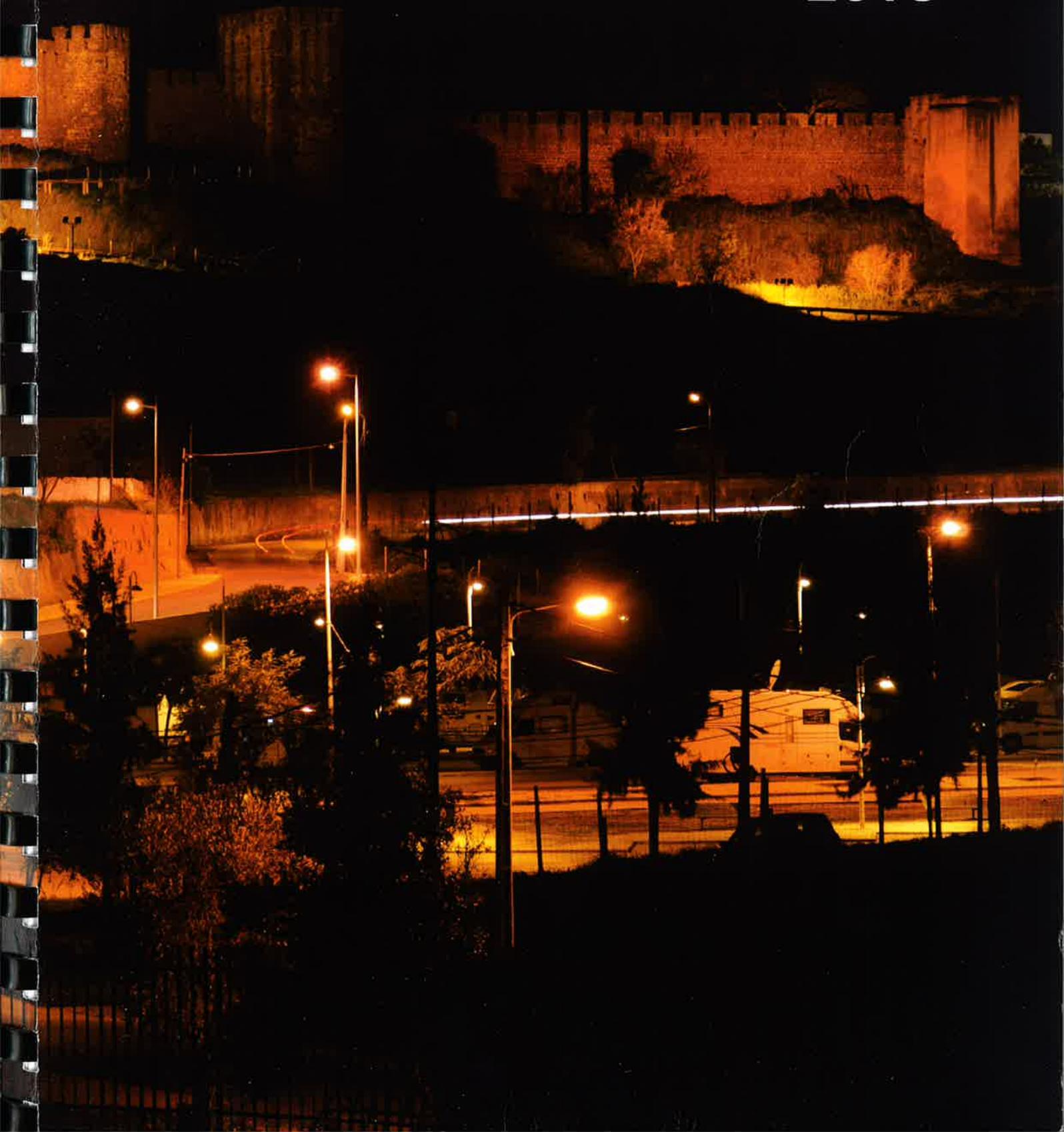


Relatório de Gestão

Câmara Municipal de Silves
2015



Índice Geral

1. Mensagem da Presidente.....	7
2. Introdução.....	11
3. Descrição da Entidade.....	13
3.1. – Identificação	13
3.2. – Legislação.....	13
3.3. – Composição dos Órgãos Municipais.....	13
3.4. – Organização Contabilística	17
4. Enquadramento Macroeconómico.....	19
4.1. – Dados Conjunturais	19
4.1.1. – Petróleo.....	19
4.1.2. – Euribor.....	20
4.2. – Economia Nacional	22
5. Recursos Humanos.....	28
5.1. – Balanço Social.....	28
5.2. – Despesas com Pessoal	35
5.3. – Implementação da Segurança e Saúde no Trabalho.....	36
6. Fluxos de Caixa.....	37
7. Análise das Receitas Correntes e de Capital	39
8. Análise das Despesas Correntes e de Capital.....	42
9. Análise dos desvios entre Receitas e Despesas corrigidas e realizadas	44
10. Relação entre Receitas e Despesas Correntes e de Capital	48
11. Análise das Despesas Pagas por Funções	52
12. Endividamento	56
12.1. – Regra do Equilíbrio Orçamental	56
12.2. – Endividamento Municipal.....	56
12.3. – Endividamento a Médio e Longo Prazo.....	58
12.4. – Dívida Total.....	59
12.5. – Fundos Disponíveis	62
12.6. – Compromissos Assumidos	62
13. Análise da Situação Económica e Financeira do Município.....	64
13.1. Análise da Situação Económica	64
13.2. Análise da Situação Financeira	74
13.3. Contabilidade de Custos.....	80
14. Balanço.....	85
15. Demonstração de Resultados	89
16. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	90
17. Indicadores Económicos / Financeiros.....	99
18. Indicadores do Balanço Social	105
19. Proposta de Aplicação de Resultados.....	106

Índice de Quadros

Quadro 1 – Endividamento total da Economia Portuguesa.....	26
Quadro 2 – Efectivos segundo a Relação Jurídica de Emprego.....	28
Quadro 3 – Efectivos por Grupo Profissional	28
Quadro 4 – Taxa de Tecnicidade em Sentido Restrito.....	29
Quadro 5 – Taxa de Tecnicidade em Sentido Lato	29
Quadro 6 – Efectivos por Escalão Etário	30
Quadro 7 – Efectivos por Escolaridade.....	31
Quadro 8 – Efectivos Segundo a Antiguidade	32
Quadro 9 – Ausências ao Serviço	33
Quadro 10 – Suplementos Remuneratórios.....	33
Quadro 11 – Variação do Número de Funcionários (2010 a 2015)	34
Quadro 12 – Trabalhadores Portadores de Deficiência.....	34
Quadro 13 – Despesas Totais efectuadas com Pessoal	35
Quadro 14 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa	37
Quadro 15 – Evolução das Receitas – 2013 a 2015	39
Quadro 16 – Variações Anuais da Evolução das Receitas.....	40
Quadro 17 – Resumo das Receitas 2015/2014.....	40
Quadro 18 – Evolução das Despesas – 2013 a 2015.....	42
Quadro 19 – Variações Anuais da Evolução das Despesas	42
Quadro 20 – Estrutura das Despesas - 2015/2014.....	43
Quadro 21 – Desvios Orçamentais.....	45
Quadro 22 – Análise entre as Receitas e Despesas	48
Quadro 23 – Análise da relação Receitas e Despesas Correntes.....	48
Quadro 24 – Análise da Poupança Corrente do Exercício	49
Quadro 25 – Análise da relação Receitas e Despesas de Capital.....	49
Quadro 26 – Relação entre Receitas Líquidas e Despesas Correntes e de Capital	51
Quadro 27 – Resumo das Despesas Pagas por Funções das Grandes Opções do Plano de 2015	52
Quadro 28 – Resumo das Despesas Pagas por Funções do Plano Plurianual de Investimentos de 2015 ...	54
Quadro 29 – Resumo das Despesas Pagas por Funções das Actividades Mais Relevantes de 2015	55
Quadro 30 – Regra do Equilíbrio Orçamental	56
Quadro 31 – Demonstração do Cálculo dos Limites ao Endividamento Municipal 2015 ...	57

Quadro 32 – Situação face aos Limites ao Endividamento Municipal 2015	58
Quadro 33 – Dívida Total de Operações Orçamentais em 2015	60
Quadro 34 – Dívida Total.....	60
Quadro 35 – Limite à Dívida Total e Cálculo da Margem.....	61
Quadro 36 – Fundos Disponíveis	62
Quadro 36 – Compromissos Assumidos	62
Quadro 37 – Mapa de Empréstimos de Médio e Longo Prazo de 2015.....	57
Quadro 38 – Activo Imobilizado (Líquido)	64
Quadro 39 – Entidades Participadas.....	65
Quadro 40 – Equivalência Patrimonial a Entidades Participadas	66
Quadro 41 – Activo Circulante (Líquido).....	67
Quadro 42 – Fundos Próprios.....	68
Quadro 43 – Passivo.....	69
Quadro 44 – Evolução das Dívidas de Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo	70
Quadro 45 – Evolução das Dívidas a Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo	71
Quadro 46 – Acordos de Pagamento.....	71
Quadro 47 – Custos e Perdas	74
Quadro 48 – Custos e Perdas Operacionais	75
Quadro 49 – Custos e Perdas Financeiros.....	76
Quadro 50 – Custos e Perdas Extraordinários.....	76
Quadro 51 – Proveitos e Ganhos.....	77
Quadro 52 – Proveitos e Ganhos Operacionais.....	78
Quadro 53 – Proveitos e Ganhos Financeiros	79
Quadro 54 – Proveitos e Ganhos Extraordinários.....	79
Quadro 55 – Imputação de custos por Função	82
Quadro 56 – Mapa do Activo Bruto.....	93
Quadro 57 – Mapa das Amortizações e Provisões.....	94
Quadro 58 – Mapa das Imobilizações em poder de Terceiros	94
Quadro 59 – Mapa das Entidades Participadas	95
Quadro 60 – Mapa de Contas de Ordem	96
Quadro 61 – Mapa das Provisões Acumuladas e do Exercício.....	96
Quadro 62 – Mapa dos Movimentos da Classe 5.....	97
Quadro 63 – Mapa do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	97
Quadro 64 – Mapa da Demonstração dos Resultados Financeiros	98

Quadro 65 – Mapa da Demonstração dos Resultados Extraordinários.....98



Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Vereadores atribuídos por grupo político para a Câmara Municipal	14
Gráfico 2 – Composição da Assembleia Municipal.....	46
Gráfico 3 – Variação da Cotação do Barril de Petróleo Brent (2005 a 2015).....	19
Gráfico 4 – Variação da Cotação do Barril de Petróleo Brent (2015)	20
Gráfico 5 – Variação da Euribor a 6 meses (2005 e 2015)	21
Gráfico 6 – Variação da Euribor a 6 meses (2015).....	21
Gráfico 7 – Inflação (Taxa de Variação Média)	23
Gráfico 8 – Taxa de Desemprego.....	23
Gráfico 9 – Défice Público.....	24
Gráfico 10 – Dívida Pública desde 1850 (em % do PIB).....	25
Gráfico 11 – Dívida Pública (em % do PIB).....	25
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto	26
Gráfico 13 – Produto Interno Bruto Nominal	27
Gráfico 14 – Efectivos segundo o Sexo	28
Gráfico 15 – Pirâmide Segundo o Grupo Profissional	29
Gráfico 16 – Pirâmide Etária.....	30
Gráfico 17 – Pirâmide Segundo a Escolaridade.....	31
Gráfico 18 – Pirâmide Segundo a Antiguidade.....	32
Gráfico 19 – Variação do Número de Funcionários (2010 a 2015)	34
Gráfico 20 – Trabalhadores Portadores de Deficiência por Sexo	35
Gráfico 21 – Variação Anual das Despesas com Pessoal	35
Gráfico 22 – Mapa dos Fluxos de Caixa - Execução Orçamental	37
Gráfico 23 – Evolução das Receitas – 2013 a 2015	39
Gráfico 24 – Composição das Receitas Totais 2015.....	41
Gráfico 25 – Estrutura da Receita	41
Gráfico 26 - Evolução das Despesas – 2013 a 2015	42
Gráfico 27 – Estrutura da Despesa.....	43
Gráfico 28 – Evolução da Poupança Corrente	48
Gráfico 29 – Evolução do Défice de Capital.....	50
Gráfico 30 – Evolução da Dívida a Médio e Longo Prazo – 2012 a 2015.....	58
Gráfico 31 – Tipo de Activo	68
Gráfico 32 – Tipo de Passivo + Capital Próprio	69

Gráfico 33 – Evolução das Dívidas de Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo	70
Gráfico 34 – Evolução das Dívidas a Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo	71
Gráfico 35 – Prazo Médio de Pagamentos	73
Gráfico 36 – Custos e Perdas Operacionais	75
Gráfico 37 – Evolução dos Custos e Perdas.....	77
Gráfico 38 – Proveitos e Ganhos Operacionais	78
Gráfico 39 – Evolução dos Proveitos e Ganhos.....	80
Gráfico 40 – Custos por Função em Percentagem	84

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1. Mensagem da Presidente

O desempenho do Município de Silves no ano de 2015 não se pode dissociar do quadro macroeconómico, social e financeiro, que ainda se manteve sob os efeitos da crise e da austeridade, da enorme pressão fiscal e dos cortes dos rendimentos do trabalho, embora, apresentando incipientes sinais de retoma, insuficiente, contudo, para fazer face aos elevados níveis de desemprego, reduzir o défice do orçamento de Estado abaixo dos 3% do PIB e inverter o crescimento da dívida pública e do insuportável serviço da dívida que asfixia o país, enquanto, não for renegociada e/ou reestruturada.

Este quadro negativo, que, naturalmente, influencia a obtenção de receitas, associado aos cortes acumulados no âmbito das transferências da administração central e a perdas de autonomia do Poder Local por via da Lei dos Compromissos, da contratação de pessoal ou das imposições da ERSAR, a par igualmente dos constrangimentos internos (pressão da dívida bancária e outros de natureza orgânica), tem impacto na capacidade de realização do município.

Apesar do referido no parágrafo anterior, o ano económico de 2015 foi marcado por uma execução orçamental bastante boa. A taxa de execução da receita no ano de 2015 que se situou nos 93,3%, regista o valor mais elevado de sempre, resultado que, efetivamente, nunca foi antes conseguido. A taxa de execução do investimento na ordem dos 52%, supera qualquer um dos anos anteriores (20% em 2010, 23% em 2011, 11% em 2012, 13% em 2013 e 49% em 2014, este último valor, relativo ao atual mandato autárquico).

No contexto do passivo a autarquia tem vindo a prosseguir trajectória descendente, sendo que a sua dívida total evoluiu de 13,3 milhões de euros (2014) para 10,8 milhões de euros (2015). No que concerne ao passivo financeiro, incluindo a dívida à banca relacionada com o processo Viga d'Ouro, os valores foram reduzidos em 2,7 milhões de euros. No período 2014-2015 foi significativo o esforço do Município de Silves no abatimento do passivo financeiro, incluindo a dívida do processo Viga d'Ouro, que ascendeu a 7,4 milhões de euros (41% da dívida inicial), valor que ultrapassa por exemplo, o investimento executado no mesmo período (6,6 milhões de euros).

É de assinalar no ano findo a contratação de linha de crédito para investimento no montante de 4,4 milhões de euros, processo que foi concluído em Novembro com a emissão de Visto pelo Tribunal de Contas, que permitirá ao Município de Silves o lançamento de vasto conjunto de empreitadas, em matéria de infra-estruturas básicas e equipamentos, que são fundamentais para o aumento dos níveis de bem-estar e o desenvolvimento do concelho.

No âmbito do investimento realizado em 2015, destacamos a conclusão da recuperação e valorização ambiental do Vale do Olival – 1.ª fase (Armação de Pêra), o arranjo urbanístico da zona envolvente ao Palácio da Justiça, a requalificação do bairro dos Montinhos (S. Marcos da Serra), a ampliação do cemitério de Silves, a reconstrução da cobertura da rua da Central (Silves), a pavimentação do troço CM 1021 em S. Marcos da Serra, a pavimentação da estrada Calçada/Vale Fuzeiros (S. B. Messines), a reabilitação do poço 1 da EEAR de Armação de Pêra, o arranjo do largo 1.º de Maio na Amorosa, a pavimentação do caminho de Canelas (Alcantarilha/Armação de Pêra), a reparação do caminho de acesso a Messines de Cima, etc.

Registamos como aspeto positivo o reforço de investimento na modernização do parque de máquinas e viaturas através da compra de diversas viaturas ligeiras, máquinas e duas viaturas pesadas de recolha dos resíduos sólidos urbanos, que se conjugou com o esforço permanente na reparação e manutenção de todos os equipamentos, mantendo-os em elevado estado operacional.

No sistema de higiene pública e nas redes de águas e saneamento, obtiveram-se melhorias sensíveis na prestação do serviço público, que importa prosseguir e aprofundar.

No domínio dos preços, taxas e impostos, não recorremos a aumentos e aplicamos a taxa mínima do imposto municipal sobre imóveis (IMI), adotando igualmente o chamado IMI familiar que beneficia as famílias com 1, 2, 3 e mais filhos.

As propostas de investimento privado têm merecido resposta proativa e personalizada. O Município de Silves tem vindo a privilegiar o reforço gradual das transferências para as associações e colectividades. As transferências para as Juntas de Freguesia processaram-se de acordo com os protocolos estabelecidos. Nas áreas da educação, cultura, ação social,

desporto, juventude, turismo, património e outros segmentos da actividade municipal, verificou-se boa dinâmica. Rubricas como o Lado B, Sunset Secrets, a candidatura de Silves a Capital do Vinho, a participação qualificada na Bolsa de Turismo de Lisboa, a descentralização da animação cultural pelas freguesias, são exemplos acabados de criatividade e dinamismo.

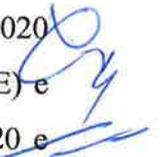
Salientamos a intensa ação da autarquia no domínio das escolas e da educação cuja intervenção é permanente, cumprindo o município na plenitude com as competências que lhe estão atribuídas, ultrapassando-as, mesmo, nalguns casos. A relação Município/Escola sofreu uma alteração qualitativa que importa manter e aprofundar, tendo em conta, a importância decisiva da Educação no desenvolvimento do país.

A ação dos Serviços Municipais de Proteção Civil revelou-se um dos elos mais fortes da intervenção municipal, com justo e inegável reconhecimento público. As medidas de prevenção dos fogos florestais (uma das facetas da sua actividade) adquiriram uma dimensão notável com a celebração de protocolo com o exército português que criou a sua base logística na Quinta Pedagógica. Os trabalhos já executados, entre a Barragem do Arade (a Oriente) e a localidade do Farelo (a Ocidente), consubstanciam uma área de proteção à cidade de Silves e áreas edificadas envolventes no interface Barrocal/Serra, e traduzem, até à data, a reabilitação de 60 km de rede estruturante e cerca de 20 Km de acessos e caminhos de transição secundários, bem como a reabilitação e constituição de acessos a nove pontos de água nos lugares de Bastos, Monte da Corcha, Farelo e São Bom Homem.

O Município prosseguiu com a implementação do plano de segurança e saúde no trabalho, tendo igualmente privilegiado as ações de formação dos trabalhadores, numa relação que se pretende de proximidade e de incentivo às melhores práticas profissionais.

A autarquia manteve-se atenta aos fundos comunitários e ao Portugal 2020 que regista atrasos preocupantes e, conseqüentemente, evidencia baixas taxas de execução a nível nacional. Aproveitámos fundos do anterior quadro comunitário (2007-2013) em regime de “overbooking” (pavimentação da estrada Calçada/Vale Fuzeiros), reativámos a candidatura do Centro Histórico de Silves – 3.ª fase (PIPITAL) e assegurámos a aprovação de várias candidaturas (sistema de apoio à modernização administrativa/2.ª candidatura, recuperação

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'A' and 'B' and various scribbles.

e valorização ambiental do Vale do Olival, projeto Odysséia Sudoeste ...). No Portugal 2020 o Município de Silves lançou (pré) candidaturas no âmbito das DLBC rurais (PADRE) e urbanas, que intercetam com as prioridades de investimento do CRESC Algarve 2020 e iniciámos a preparação da candidatura do Município de Silves à ARU/PARU. Foram lançadas outras candidaturas no âmbito da proteção civil, rede primária de faixas de gestão de combustíveis e da cultura e do património (MED, POCTEP). Integrámos o Revit (plataformas logísticas) e o programa Mais Partilha (através da AMAL). Assegurámos a inscrição prévia de projetos relevantes nos Mapeamentos da Cultura, Educação e Saúde, e batemo-nos, firmemente, pela sua inclusão efetiva. 



O máximo aproveitamento dos fundos comunitários é um dos principais eixos estratégicos do Município de Silves, na medida em que permite alargar as fontes de financiamento em condições favoráveis (fundos não reembolsáveis) e aumentar de forma exponencial a capacidade de investimento e realização da autarquia.

Toda a ação desenvolvida ocorreu de acordo com o conjunto de linhas de orientação estratégica que se encontram consagradas no Relatório Anual que acompanha os documentos previsionais do Município de Silves.

É firme determinação do executivo permanente prosseguir com a defesa intransigente do serviço público e dos legítimos interesses das freguesias e do concelho, numa ótica programada, planeada e sustentada, em regime de dedicação plena e intenso trabalho de equipa, promovendo a gestão criteriosa dos recursos, potenciando-os, no sentido de melhor servir e resolver os problemas das populações.

A Presidente da Câmara



Rosa Gonçalves Cristina da Palma

2. Introdução

Conforme definido no n.º 2 do ponto 2 (Considerações técnicas) do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e no cumprimento do disposto no ponto n.º 13 do mesmo Decreto, com as respectivas alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, e conforme o estabelecido na Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, elaborou-se o presente relatório de gestão referente ao ano de 2015.

Este documento proporciona uma base de análise complementar aos mapas referentes à gerência em apreciação, evidenciando a situação económica e financeira do Município de Silves no decorrer do exercício de 2015. Através do mesmo pretende-se demonstrar a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das actividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização e obtenção dos objectivos propostos.

O presente relatório visa proporcionar aos seus destinatários um conjunto de elementos de carácter económico, funcional, operacional e social, que permitem proceder a uma análise quantitativa e qualitativa dos factos ocorridos no decorrer do ano a que respeita, essencialmente representativa da situação económico-financeira em que se encontra o Município no final de 2015.

Relativamente à sua estrutura, apresenta-se numa fase inicial uma descrição sumária da estrutura e actividade do actual órgão executivo bem como da estrutura organizacional em vigor na autarquia, cabendo neste âmbito apresentar de forma descritiva a composição dos recursos humanos em serviço na Câmara Municipal através da análise ao balanço social do município.

Optou-se também por fazer uma breve referência ao contexto económico nacional tendo em consideração os aspectos macroeconómicos de maior relevância ocorridos no decorrer de 2015, de forma a que esta abordagem seja útil a uma íntegra análise à posição do município em termos económico-financeiros.

Seguidamente apresenta-se uma análise específica à informação contabilística, quer em termos orçamentais relativamente à receita, despesa, GOP's, endividamento, entre outros, quer em termos patrimoniais, nomeadamente às contas do balanço e contas de custos e proveitos bem como apresentando os principais rácios económicos, financeiros e sociais. Salienta-se que, na medida do possível, pretendeu-se apresentar informação referente ao último triénio, permitindo que se estabeleça um adequado grau de comparabilidade e se proceda a sua análise evolutiva que considerada relevante.

Por fim é apresentada a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, de acordo com o ponto 2.7.3. do POCAL.

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
PRESENTE À REUNIÃO
DE 06 / 04 / 2016
DELIBERAÇÃO

Dolores por unanimidade,
votou a favor do próximo reunião.

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
PRESENTE À REUNIÃO
DE 13 / 04 / 2016
DELIBERAÇÃO

Encontrando-se presente a Sr. Presidente

Rosa Palua, os Sr. Vereadores permanentes
Alamo Godinho e Alamo dos Reis, os Sr. Vereadores não permanentes Dr. Rogério
Pinto, Dr. Alamo do Graço Neto, Dr. Paulo Pires e Dr. Fernando Serra, foram
apreciados os documentos do Couto Gerência / Proteção de Coutos, elaborados
de acordo com o anexo I da Resolução n.º 4 de 2001 de 2.ª sessão
do Tribunal de Coutos e as posteriores alterações, encontrando-se os
documentos elaborados foram presentes a esta reunião e encontrando-se devidamente
arguidos, estando disponíveis para consulta, quando possível
for solicitado.

Foram aprovados, com os votos contra dos vereadores do PS e do PSD
com os votos a favor do executivo permanente.

Foram deliberados referem à Assembleia Municipal para apreciação e
deliberação, nos termos do conteúdo no n.º 1 do art.º 76 de Lei n.º 3/2013
de 3 de setembro, e do alínea f) do n.º 2 do artigo 25.º de Lei n.º 5/2013 de
12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
PRESENTE À REUNIÃO
DE 20 / 04 / 2016
DELIBERAÇÃO

Dolores por unanimidade,
votou a favor do próximo reunião.

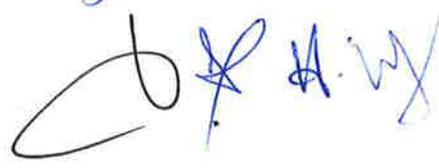
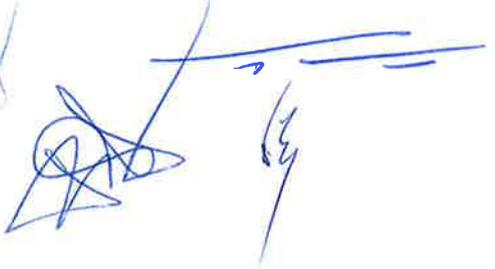
#

MUNICIPAL DE S...
SENTE À REUNIÃO
DE 27/04 2016
DELIBERAÇÃO

Encontrando-se presente o Sr. Presidente Rosa Rufino, Os Sr. Vereadores
permanentes Luís Góes e Rosa Rufino, Os Sr. Vereadores, não
permanentes Dr. Rogério Pinto, Dr. Rómulo do Graço Neto, Dr. Zélio Pires e
Dr. Fernando Sampa, foram apreciados os documentos de Corte Genérica/
Presteção de Contas, elaborados de acordo com o Anexo I de Resolução
n.º 4 de 2001 de 2.ª Secção do Tribunal de Contas, com as posteriores altera-
ções, encontrando-se integralmente elaborados foram presentes a este
reunião e encontrando-se devidamente cumpridos, estando disponíveis
para consulta, querida para tal finalidade, bem como a Certificação
Resol. de Contas e o parecer sobre as mesmas, apresentados pelo Bureau
Oficial de Contas.

São aprovadas, por unanimidade, com 3 votos a favor do executivo
permanente e a abstenção dos vereadores do PS e do PSD.

Para se deliberar remeter à Assembleia Municipal para apre-
ciação e deliberação, nos termos do conteúdo no n.º 1 do artigo 76.º
do Lei n.º 73/2013 e 3 de setembro, e da alínea I) do n.º 2 do
artigo 25.º do Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

3. Descrição da Entidade

3.1. – Identificação

Município de Silves, com o número de identificação de pessoa colectiva 506 818 837, com sede no Largo do Município, 8300 – 117 Silves, pessoa colectiva de direito público sem fins lucrativos, com o CAE principal 84113 – Administração Local.

3.2. – Legislação

- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o Quadro de Competências e Regime Jurídico dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias.
- Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.
- Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.
- Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

3.3. – Composição dos Órgãos Municipais

Na sequência das últimas eleições autárquicas, os resultados apurados definiram a actual composição do órgão executivo tiveram a seguinte distribuição de vereadores:

Gráfico 1 – Vereadores atribuídos por grupo político para a Câmara Municipal



A Câmara Municipal (Órgão executivo) é composta por 7 autarcas eleitos, representando diferentes forças políticas, sendo 1 o Presidente, 2 vereadores permanentes e 4 vereadores não permanentes.

Com estes resultados, a CDU teve direito a 3 vereadores e o PSD e PS a 2 vereadores, sendo que abaixo encontram-se identificados os respectivos pelouros.



Presidente
Rosa Cristina Gonçalves da Palma (CDU)

Áreas de Atividade:

- » Coordenação da Atividade Municipal;
- » Planeamento Municipal;
- » Gestão Orçamental;
- » Gestão Financeira;
- » Gestão Patrimonial;
- » Gestão de Recursos Humanos;
- » Fiscalização Administrativa;
- » Armazém Municipal;
- » Arquivo Municipal
- » Proteção Civil;
- » Bombeiros do Concelho;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- » Florestas;
- » Relações Públicas e Relações Internacionais;
- » Geminações;
- » Análise urbanística – PDM e Gestão de Obras Particulares;
- » Obras Municipais / empreitadas de obras públicas;
- » Fiscalização Técnica;
- » Planeamento Urbano;
- » Gestão do PDM e demais planos municipais de ordenamento do território;
- » Zonas Históricas;
- » Toponímia;
- » Serviços Veterinários.



Vice-Presidente
Mário José do Carmo Godinho (CDU)

Áreas de Atividade:

- » Atividades económicas: Feira de Todos-os-Santos
- » Relações Públicas e Institucionais: Freguesias
- » Planeamento Urbano – Obras: Obras municipais / Administração direta, Iluminação Pública, Parque de Máquinas e viaturas
- » Planeamento e Gestão Urbana: Gestão de equipamentos municipais, Trânsito e estacionamento, Parques e jardins
- » Educação e Juventude: edifícios das escolas do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico
- » Ambiente: saneamento básico – água e esgotos, Linhas de água, Orla marítima, Resíduos Sólidos, Jardins



Vereadora
Maria Luísa Medeiro Conduto Luís (CDU)

Áreas de Atividade:

- » Atividades económicas: Apoio às atividades económicas, Apoio ao consumidor
- » Cultura: Apoio às associações, Museus, Bibliotecas, Castelo, Turismo, Arqueologia
- » Educação e Juventude: Escolas do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico: cantinas / fornecimento de refeições, Transportes escolares, Apoio social, Visitas de estudo, Ações diversas
- Outros graus de ensino: apoio às escolas, Apoio às associações de estudantes, Edifícios escolares, Bolsas de estudo, Desporto escolar, Juventude, Quinta Pedagógica
- » Desporto: apoio aos clubes, Parques desportivos
- » Ação Social: Apoio social, Instituições de solidariedade social, Habitação social, Apoio às associações, Psicologia

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'A.' and various scribbles.



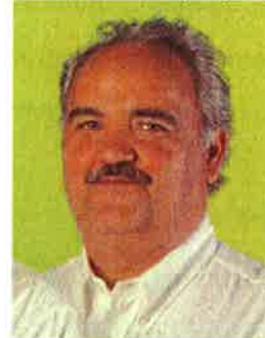
Vereador Não Permanente
Rogério Pinto (PSD)



Vereador Não Permanente
Fernando Serpa (PS)



Vereadora Não Permanente
Graça Neto (PSD)



Vereador Não Permanente
Paulo Pina (PS)

A assembleia Municipal (Órgão deliberativo) é composta por 27 membros, sendo 21 membros eleitos directamente e os outros 6 membros os presidentes das juntas de freguesia. Os lugares dos membros eleitos directamente para a Assembleia Municipal foram distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 2 – Composição da Assembleia Municipal



3.4. – Organização Contabilística

A contabilidade das autarquias locais tem como base o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações.

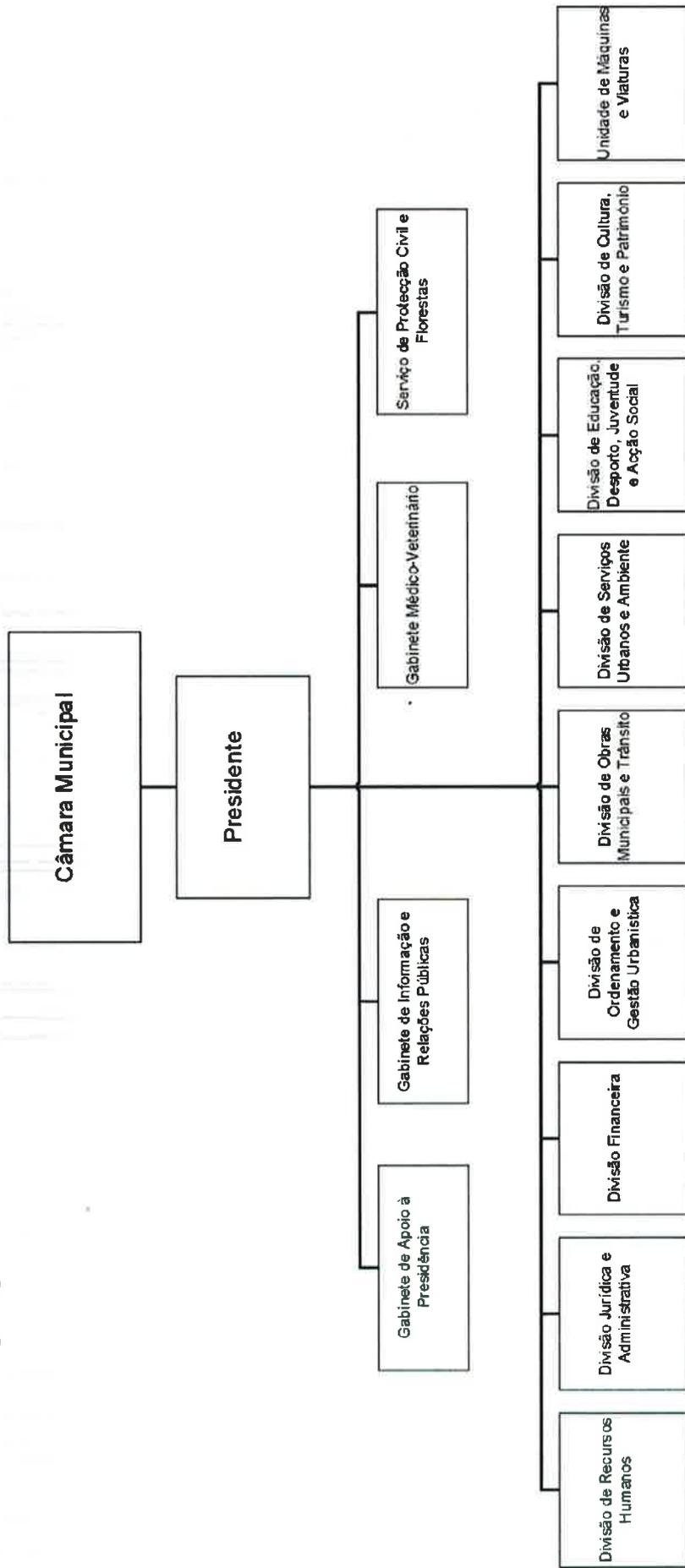
O primordial objectivo deste sistema contabilístico prende-se com a criação de condições para a integração consistente dos “subsistemas contabilísticos”, contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, com o intuito de garantir e dotar a contabilidade pública de meios que permitam que no seu conjunto seja criado um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias bem como uma fonte de informação credível, consistente e actualizada aos mais diversos destinatários.

No Município de Silves o sistema contabilístico encontra-se implementado através de vários softwares fornecidos pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC), dos quais se destacam o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), o Sistema de Inventário e Cadastro (SIC), o Sistema de Gestão de Stocks (GES), o Sistema de Obras por Administração Directa (OAD), o Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), o Sistema de Gestão de Pessoal (SGP), o Sistema de Gestão Documental (SGD) e o Sistema de Gestão de Facturação (SGF).

De acordo com a al. e) do art.º 77 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, compete ao auditor externo proceder à certificação legal das contas do Município, que em 2015 foi atribuída à G Marques SROC. Lda, a qual se anexa ao presente relatório.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Organograma da Câmara Municipal de Silves em vigor a partir de 16 de Outubro de 2014



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. Enquadramento Macroeconómico

4.1. – Dados Conjunturais

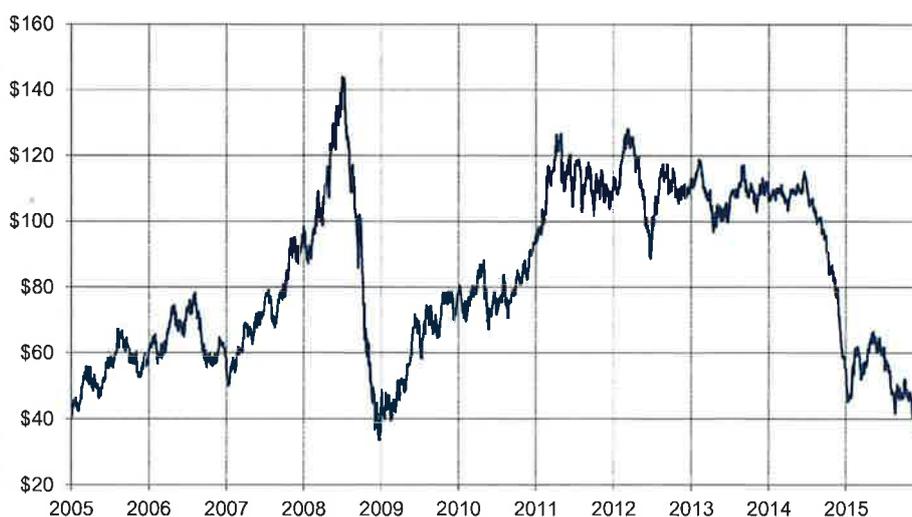
Neste âmbito importa abordar os factores mais relevantes a nível macroeconómico por forma a enquadrar a situação actual dos mercados e de que forma a mesma se repercute na actividade das empresas ao nível nacional, e consequentemente do Município de Silves de modo particular.

4.1.1. – Petróleo

Esta fonte de energia representa o recurso básico da sociedade industrial contemporânea. É responsável por cerca de 35% do total de consumo de energia no mundo, o que lhe garante a liderança em relação a outras fontes de energia. É uma fonte que cuja oscilação de valor de mercado afeta diretamente e de forma significativa o desenvolvimento da economia, quer a nível privado como a nível industrial e empresarial.

Conforme se pode verificar no gráfico 1, na última década tem-se verificado uma grande oscilação no preço do petróleo, estando numa fase de forte quebra de preço.

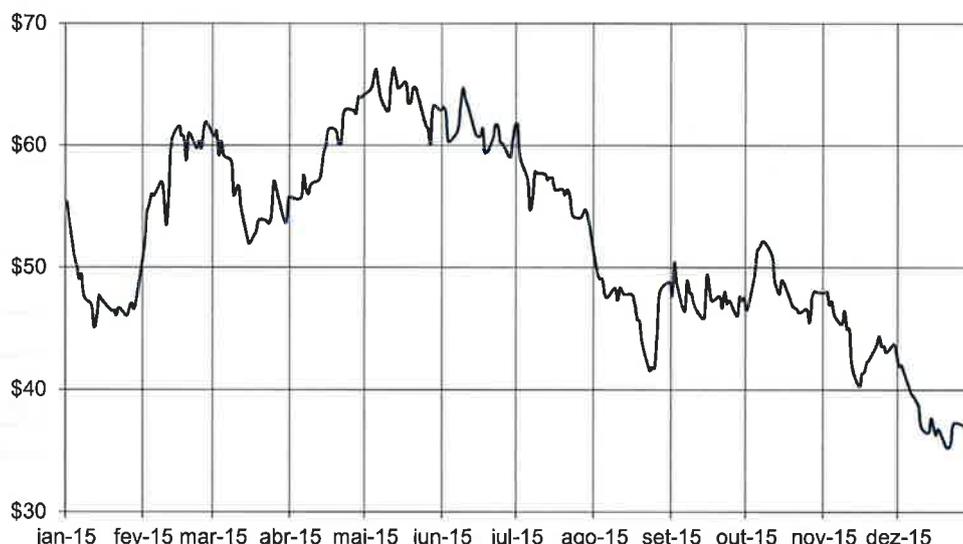
Gráfico 3 – Variação da Cotação do Barril de Petróleo Brent (2005 a 2015)



Fonte: <http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=p&s=rb&f=d>

Em 2015 manteve-se a quebra de preço, para valores abaixo dos \$40. A tentativa de aumento da quota de mercado por parte da Arábia Saudita (em detrimento dos Estados Unidos), a entrada do Irão como novo produtor mundial (devido aos fim dos embargos económicos) e as expectativas de queda do consumo provocou essa grande quebra no preço.

Gráfico 4 – Variação da Cotação do Barril de Petróleo Brent (2015)



Fonte: <http://tonto.cia.doe.gov/dnav/pet/hist/rbrted.htm>

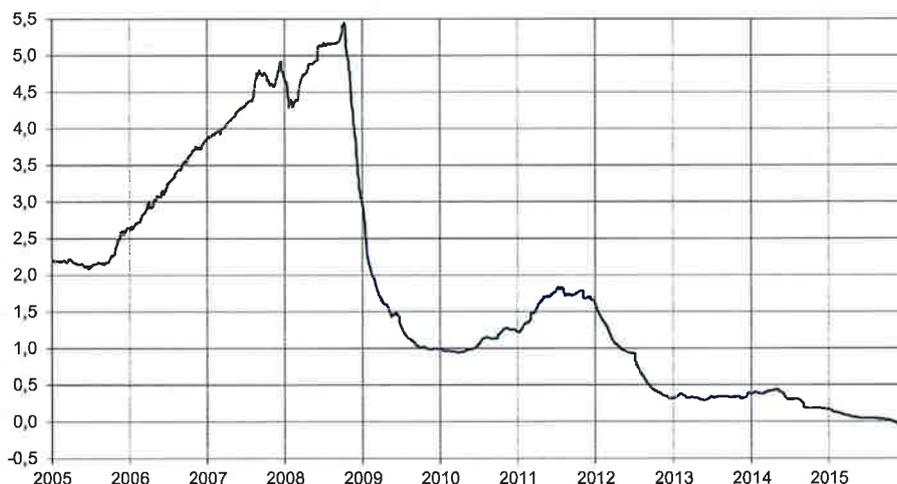
Numa visão de médio/longo prazos é expectável que o preço se mantenha num nível baixo até que a economia mundial mostre melhorias económicas e a produção norte americana diminua a sua produção para níveis considerados aceitáveis por parte da Arábia Saudita. Em Portugal o preço dos combustíveis será influenciado pelo nível dos impostos (62% na gasolina e 53% no gasóleo) e da valorização/desvalorização do Euro relativamente ao Dólar. A carga fiscal em Portugal não permite que as empresas e particulares possam adquirir combustíveis a preços mais vantajosos em proporção à baixa cotação do petróleo.

4.1.2. – Euribor

As taxas Euribor são as taxas de juro de referência do mercado monetário do euro, para os prazos compreendidos entre 1 semana e 1 ano, correspondendo às taxas oferecidas, para os diferentes prazos, por um “prime bank” a outro “prime bank” no mercado interbancário do euro para a concessão de crédito sem garantia. Estas taxas são calculadas diariamente

como uma média das contribuições diárias de um painel de bancos de referência do mercado monetário do euro. A entidade responsável pela gestão destas taxas é a European Banking Federation (EBF). A Euribor serve de base aos empréstimos realizados em Portugal e tem grande influência nos encargos financeiros das empresas e das famílias, sendo o prazo de 6 meses o mais utilizado no cálculo dos financiamentos.

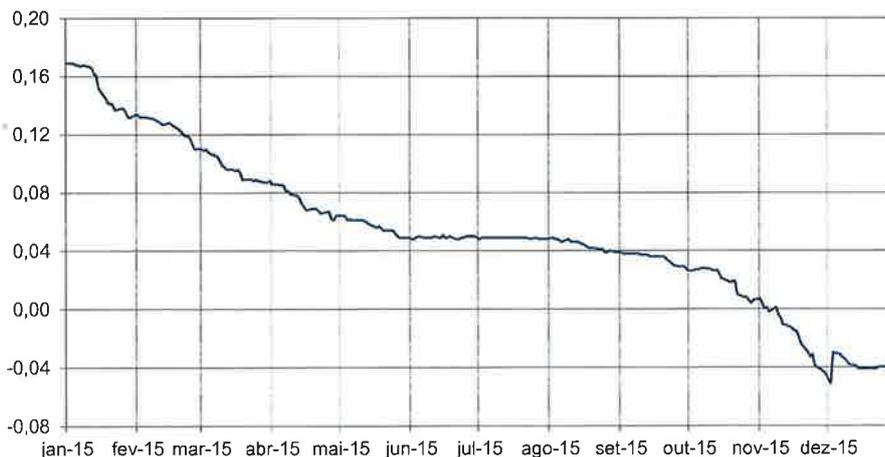
Gráfico 5 – Variação da Euribor a 6 meses (2005 e 2015)



Fonte: <http://www.euribor.org/>

Em 2015 verificou-se que a taxa Euribor chegou pela primeira vez a valores negativos, atingindo os -0,051%. A crise financeira de alguns países europeus bem como da banca levou à manutenção da taxa directora do Banco Central Europeu em 0,05% que aliado a uma inflação reduzida na zona euro leva a que a Euribor esteja em mínimos históricos.

Gráfico 6 – Variação da Euribor a 6 meses (2015)



Fonte: <http://www.euribor.org/>

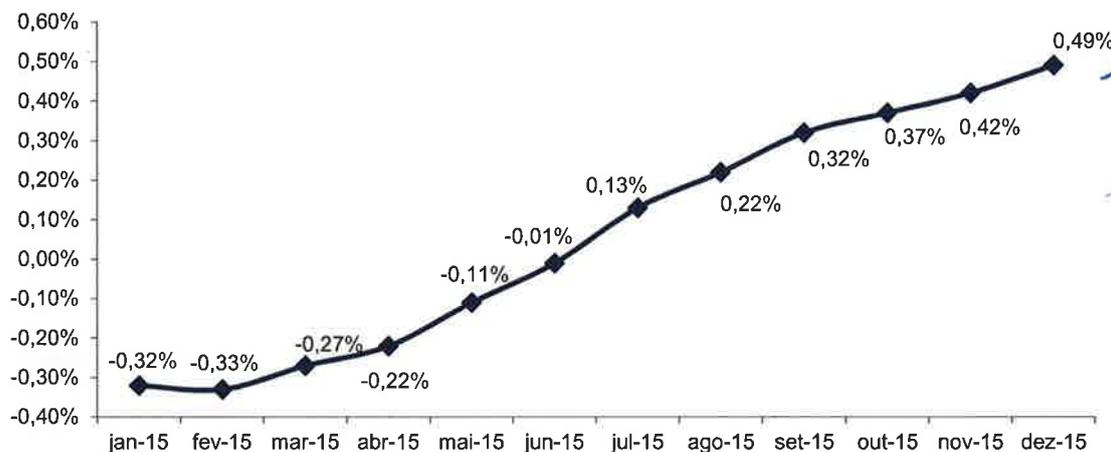
Enquanto não se vislumbrar uma recuperação económica efectiva é de prever uma manutenção das taxas de juro em consonância com a taxa directora do BCE, que vai beneficiar os empréstimos já obtidos. Contudo, para os novos empréstimos, os clientes serão obrigados a apresentar mais garantias e contar com um spread superior ao existente antes da crise. Prevê-se assim um agravar da situação financeira das pessoas e empresas endividadas e uma diminuição do peso dos empréstimos bancários na economia.

4.2. – Economia Nacional

2015 foi um ano de ligeira recuperação económica em Portugal. A guerra da Síria, aliado à grande turbulência política nos países do médio oriente e norte de África tem levado a que muitos dos europeus que passavam férias nessas zonas, tenham mudado as suas reservas para a península ibérica, que levou a um aumento das receitas turísticas do Algarve, o motor da economia regional. O maior dinamismo económico interno (com a recuperação do consumo interno) e externo (com o aumento das exportações) levou também a uma diminuição da taxa de desemprego, apesar de continuar a níveis muito elevados. O apoio público ao resgate do BANIF provocou um agravar do défice público e impediu a saída por Portugal do processo por défices excessivos, aberto pela Comissão.

Os custos de financiamento do estado mantiveram-se no mesmo nível, tendo a taxa de juro das Obrigações do Tesouro a 10 anos, fixando-se nos 2,5% em Dezembro de 2015, mais 0,1% da constante no período homólogo de 2014. No entanto, dado que o Banco Central Europeu compra dívida nacional do mercado secundário (Quantitative Easing europeu), as despesas com os juros da dívida pública deverão manter-se em mínimos históricos.

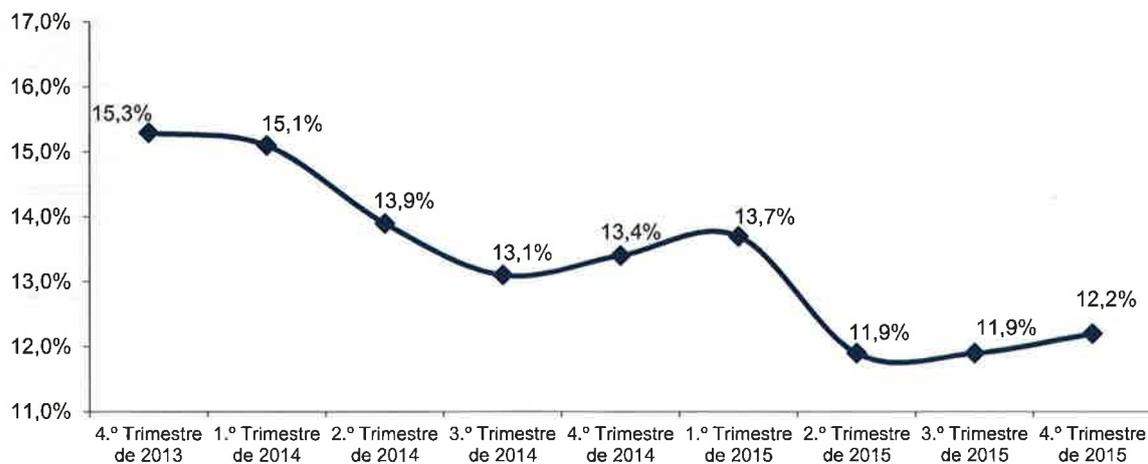
Gráfico 7 – Inflação (Taxa de Variação Média)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A taxa de inflação média de Portugal voltou em 2015 para terreno positivo, mas ainda assim sem representar um grande dinamismo económico. A taxa média passou de -0,32% em Janeiro para 0,49% em Dezembro, sendo influenciado principalmente pela componente não-energética. O objectivo do Banco Central Europeu para a inflação é de um valor a rondar os 2%.

Gráfico 8 – Taxa de Desemprego



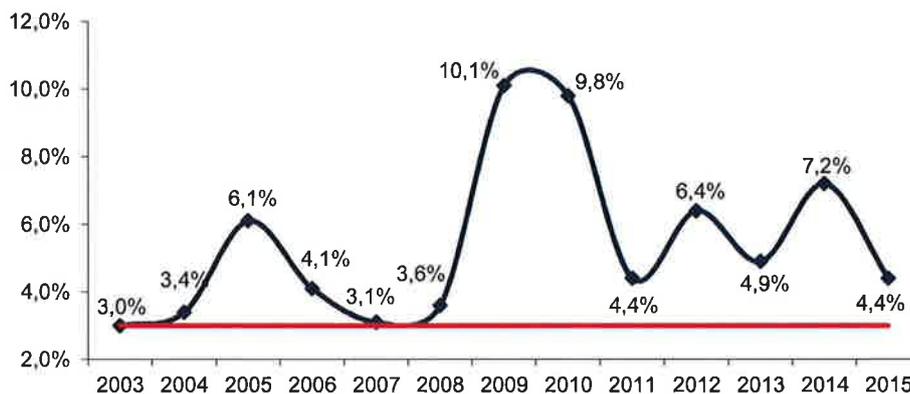
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A taxa de desemprego em 2015 manteve a tendência de descida, influenciada pela melhoria da económica nacional e ao forte aumento do turismo. Manteve-se como a quinta maior taxa da União Europeia e quarta na zona euro, ficando atrás apenas da Grécia (24,6%), Espanha (20,5%), Croácia (17,9%) e Chipre (15,3%). A taxa de desemprego

jovem diminuiu para 31% (33,8% em 2014). No futuro a tendência dependerá da adopção de medidas de apoio ao emprego e do crescimento económico.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some initials.

Gráfico 9 – Défice Público

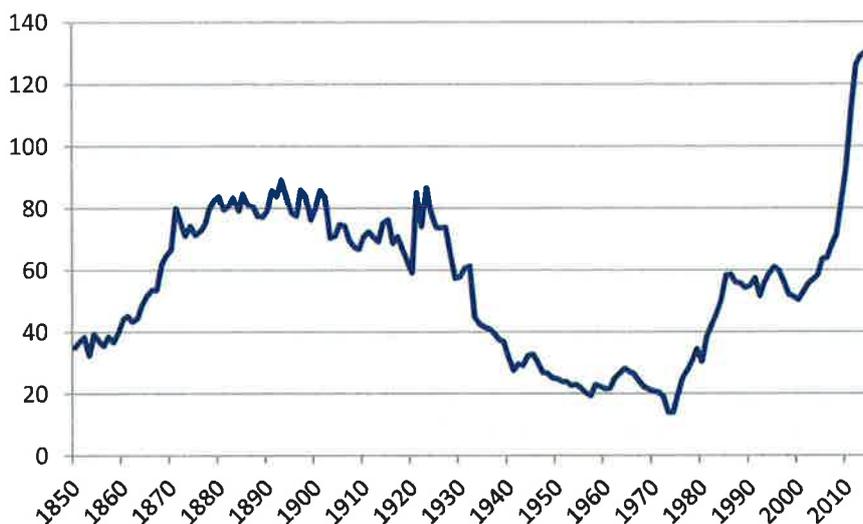


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Em 2015 verificou-se uma diminuição do défice público para 4,4%, ainda assim insuficiente tendo em conta o acordado com a Comissão Europeia (abaixo dos 3%). Sem contar com as medidas extraordinárias (entre as quais se inclui a medida de resolução do BANIF) o défice orçamental fixou-se nos 3,1%, impedindo assim o encerramento do processo por défices excessivos, cujo limite se situa nos 3%. Ficou também 0,3% acima do objectivo do governo, que se situava nos 2,8%.

De futuro espera-se a manutenção de políticas restritivas no sentido de inverter o nível de endividamento público e défice orçamental. Ao nível do Município de Silves é de prever uma redução das transferências por parte do Estado, diminuindo assim as receitas da autarquia.

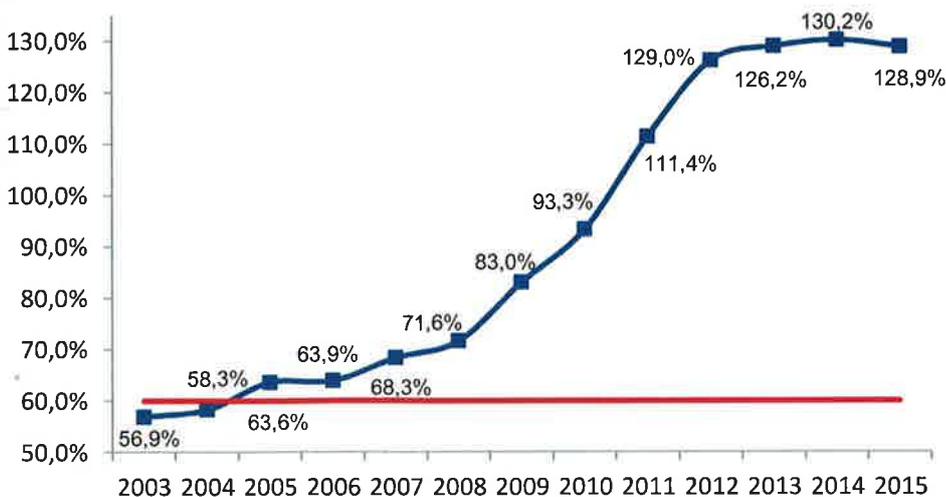
Gráfico 10 – Dívida Pública desde 1850 (em % do PIB)



Fonte: <http://desmitos.blogspot.pt/2011/01/divida-publica-desde-1850.html>

Com as despesas a serem constantemente superiores às suas receitas, o Estado fica dependente do financiamento externo, estando actualmente em zona de máximos históricos. Uma elevada dívida pública implica um maior risco financeiro, sendo exigido uma taxa de juro superior. Será necessário um grande esforço no equilíbrio das contas públicas para que a dívida pública volte para valores sustentáveis.

Gráfico 11 – Dívida Pública (em % do PIB)



Fonte: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Em 2015 e pela primeira vez, a dívida pública portuguesa começou a inverter a tendência ascendente, tendo diminuído o seu peso relativamente ao PIB em 1,3%. Tendo em conta

que de acordo com o Tratado de Maastricht, o limite de dívida pública é 60% do PIB, Portugal encontra-se muito longe de atingir esse patamar.

Quadro 1 – Endividamento total da Economia Portuguesa

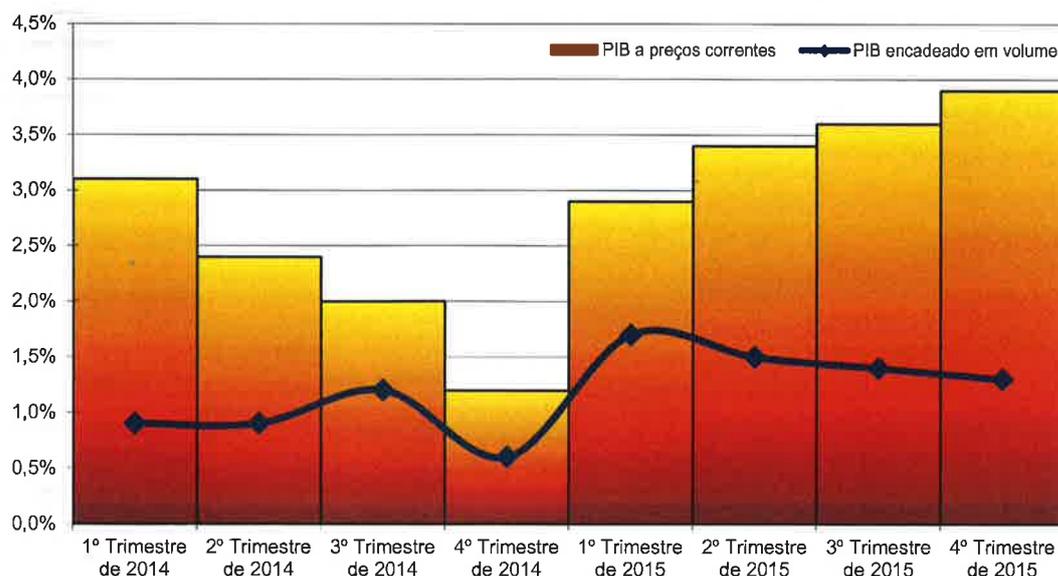
	Dívida em % do PIB				Dívida em Euros (MM€)		
	Sector público não financeiro	Privada individual	Empresarial	Total privada	Total	Dívida Pública	Dívida Privada
2007	85,8%	90,4%	138,1%	228,5%	314,3%	120	401
2008	91,2%	92,0%	146,5%	238,5%	329,7%	128	427
2009	105,2%	95,4%	151,5%	246,9%	352,1%	147	433
2010	118,8%	93,6%	153,2%	246,8%	365,6%	173	444
2011	139,6%	93,1%	155,7%	248,8%	388,4%	196	438
2012	157,7%	94,8%	165,6%	260,4%	418,1%	213	438
2013	162,1%	91,0%	159,8%	250,8%	412,9%	220	427
2014	166,3%	85,1%	152,6%	237,7%	404,0%	226	412
2015	163,9%	80,2%	144,9%	225,1%	389,0%	231	466

Fonte: Banco de Portugal

O endividamento da economia nacional mantém-se num nível muito elevado, totalizando 389% do PIB, nomeadamente a administração pública com 163,9%, as empresas privadas com 144,9% e os particulares com 80,2%. Comparativamente com 2014, apenas diminuiu 15% (era 404%), sendo das mais elevadas a nível mundial.

Em termos nominais, tanto a dívida pública como a dívida privada não pára de aumentar, sendo 231 mil milhões de euros no público e 466 mil milhões de euros no privado.

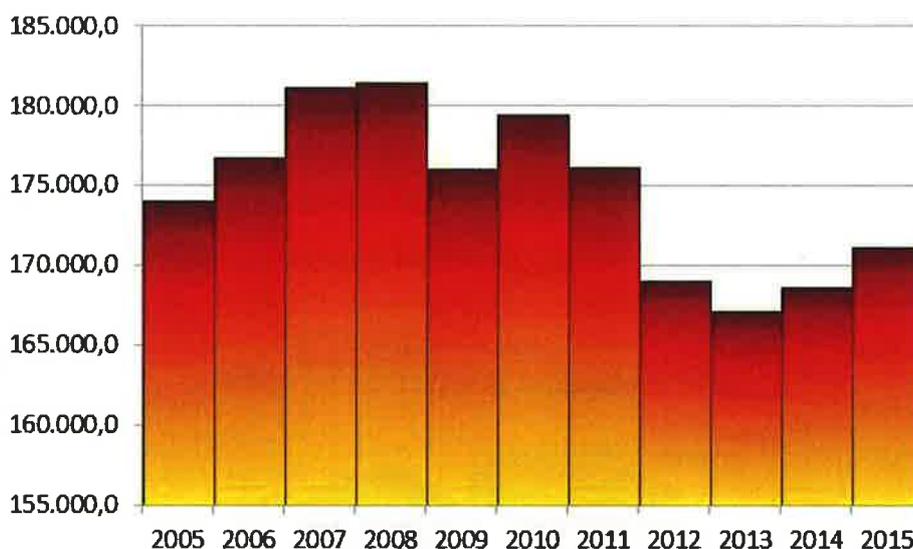
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Em 2015 o PIB nacional aumentou 1,5%, melhorando dos 0,9% em 2014 e dos -1,4% em 2013. Foi influenciado por um aumento da procura interna e pelo contributo menos negativo da procura externa, nomeadamente a exportação de bens e serviços. As importações reflectiram a diminuição acentuada dos preços dos bens energéticos, no entanto verificou-se também uma diminuição do investimento. Apesar do acentuar da recuperação económica existem ainda muitas ameaças a uma recuperação efectiva.

Gráfico 13 – Produto Interno Bruto Nominal



Fonte: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Em termos nominais, o PIB situou-se em cerca de 171,2 mil milhões de euros (168,7 mil milhões de euros em 2014 e 167,2 mil milhões de euros em 2013). Apesar da recuperação verificada nos últimos 3 anos, 2015 está ainda 5,7% abaixo do maior valor nominal do PIB (181,5 mil milhões de euros em 2008). Pelo segundo ano consecutivo o PIB nominal aumentou, estando em níveis similares a 2003.

5. Recursos Humanos

5.1. – Balanço Social

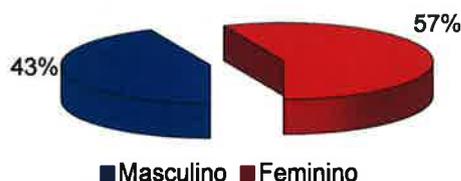
A 31 de Dezembro de 2015 o número de trabalhadores ao serviço da autarquia era de 658, representando uma diminuição de 1,5%, distribuídos pelos seguintes vínculos:

Quadro 2 – Efectivos segundo a Relação Jurídica de Emprego

Comissão de Serviço	10
Contrato por Tempo Indeterminado	648
Total	658

A maioria dos efectivos do Município de Silves está no regime de Contrato por Tempo Indeterminado (98,48%), seguindo-se o regime de Comissão de Serviço com 1,52%.

Gráfico 14 – Efectivos segundo o Sexo



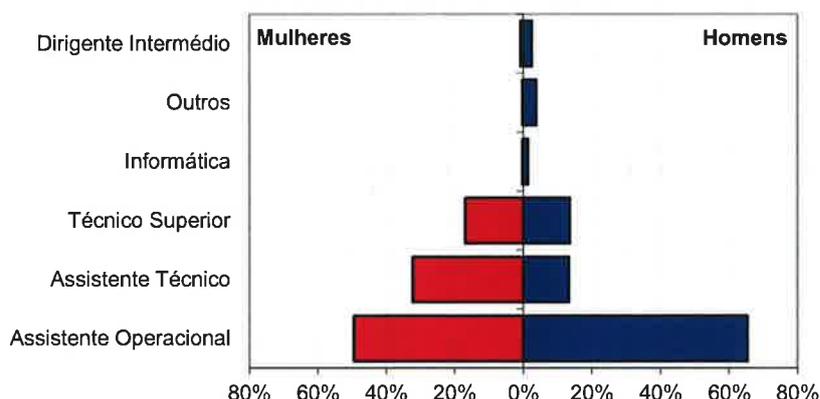
Do total dos funcionários, 286 são homens e 372 mulheres, relevando algum equilíbrio neste parâmetro.

Quadro 3 – Efectivos por Grupo Profissional

Grupo Profissional	Número	%
Assistente Operacional	371	56,38%
Assistente Técnico	158	24,01%
Técnico Superior	102	15,50%
Informática	5	0,76%
Dirigente Intermédio	10	1,52%
Outros	12	1,82%
Total	658	100%

Os grupos profissionais mais representativos são o assistente operacional e assistente técnico, que representam 80,4% do total dos funcionários do Município.

Gráfico 15 – Pirâmide Segundo o Grupo Profissional



No universo dos homens, 65,4% estão inseridos na categoria de Assistente Operacional e 13,6% estão inseridos na Técnica Superior. No universo das mulheres, 49,5% estão inseridos na categoria Assistente Operacional, seguida de 32,3% na Assistente técnico e 16,9% na técnica superior. Nos restantes grupos há equilíbrio na relação entre efectivos femininos e masculinos.

A taxa de tecnicidade em sentido restrito (pessoal técnico superior/pessoal assistente administrativo) é de 64,56% sendo repartido da seguinte forma:

Quadro 4 – Taxa de Tecnicidade em Sentido Restrito

	Masculino	Feminino	Total
Pessoal Técnico Superior			
Pessoal Assistente Administrativo	102,63%	52,50%	64,56%

A taxa de tecnicidade em sentido lato (pessoal Técnico Superior + Informática/Efectivos Globais) representa 17,33%, repartindo-se da seguinte forma:

Quadro 5 – Taxa de Tecnicidade em Sentido Lato

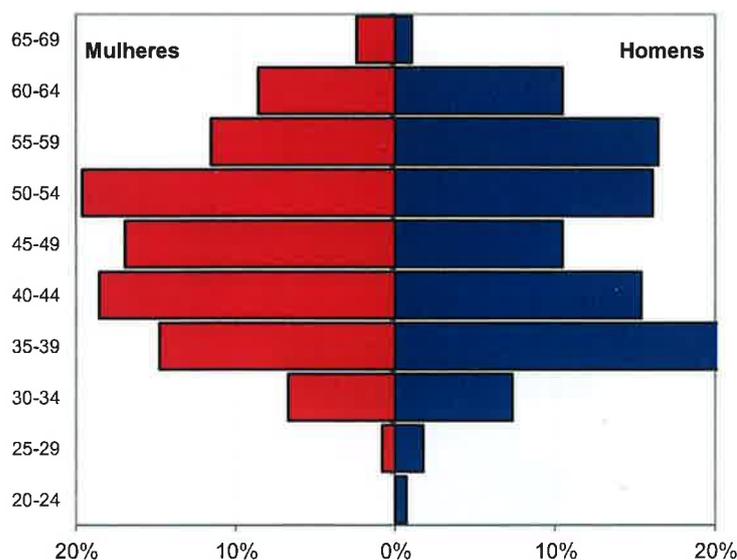
	Masculino	Feminino	Total
Pessoal Técnico Superior + Informática			
Efectivos Globais	17,48%	17,20%	17,33%

Quadro 6 – Efectivos por Escalão Etário

Idade	Número	%
Menos de 20 anos	0	0,00%
20 a 24 anos	2	0,30%
25 a 29 anos	8	1,22%
30 a 34 anos	46	6,99%
35 a 39 anos	113	17,17%
40 a 44 anos	113	17,17%
45 a 49 anos	93	14,13%
50 a 54 anos	119	18,09%
55 a 59 anos	90	13,68%
60 a 64 anos	62	9,42%
65 a 69 anos	12	1,82%
70 anos ou mais	0	0,00%
Total	658	100%

Analisado o quadro 6, verificamos que a estrutura mais representativa do pessoal do Município de Silves é constituída pelos funcionários com idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos com 18,09% e que os funcionários com mais de 35 anos representam 91,49% do total da estrutura de pessoal (um aumento de 2,72% em comparação com o ano anterior).

Gráfico 16 – Pirâmide Etária



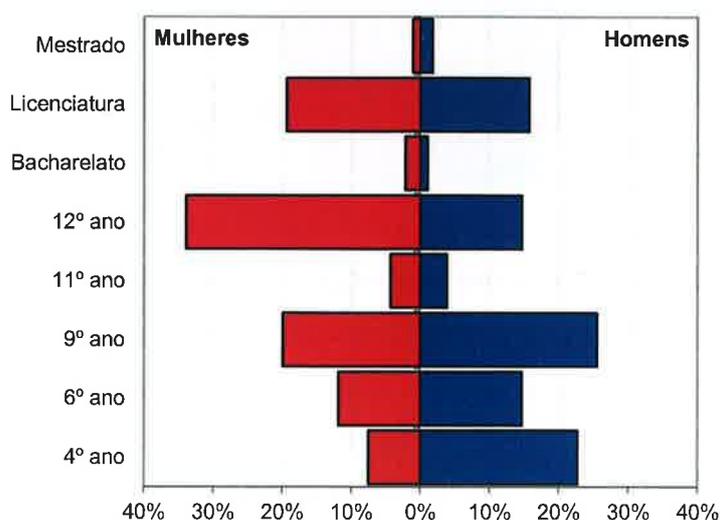
Do gráfico 16 conclui-se que, devido a factores como o emprego tardio e as políticas de contratação mais restritivas, as faixas etárias mais altas representam uma maior percentagem no quadro de pessoal, que tenderá a agravar-se com o aumento da idade da reforma e o congelamento das entradas no quadro.

Quadro 7 – Efectivos por Escolaridade

Habilitações	Número	%
Menos que 4º ano	0	0,00%
4º ano	93	14,13%
6º ano	86	13,07%
9º ano	147	22,34%
11º ano	27	4,10%
12º ano	168	25,53%
Bacharelato	11	1,67%
Licenciatura	117	17,78%
Mestrado	9	1,37%
Total	658	100%

O nível de escolaridade apresenta-se muito baixo (49,54% tem até ao 9º ano) mas com tendência a melhorar, pois a escolaridade obrigatória tem vindo a aumentar nos últimos anos, bem como a procura de técnicos cada vez mais qualificados.

Gráfico 17 – Pirâmide Segundo a Escolaridade



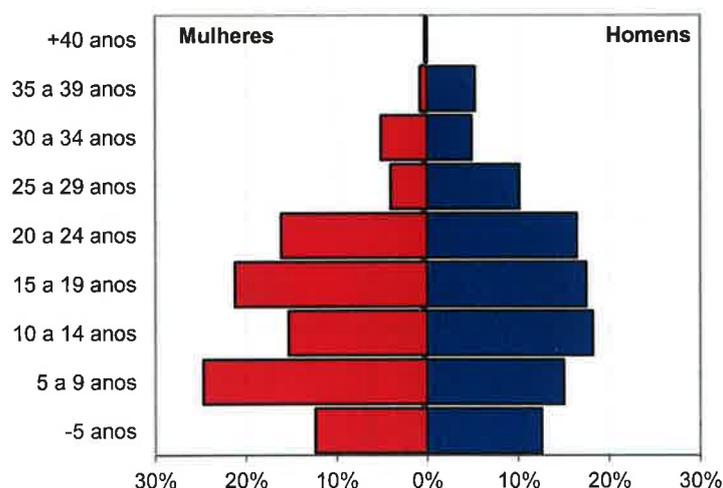
A análise deste gráfico revela que, no geral, a escolaridade dos homens é mais baixa que a das mulheres, em virtude de uma grande percentagem dos homens pertencer ao grupo de

assistente operacional. Por sua vez as mulheres têm um grau de escolaridade mais elevado, essencialmente o 12º ano e licenciatura, ocupando maioritariamente lugares administrativos e de técnicos superiores.

Quadro 8 – Efectivos Segundo a Antiguidade

Antiguidade	Número	%
Menos de 5 anos	82	12,46%
5 a 9 anos	135	20,52%
10 a 14 anos	109	16,57%
15 a 19 anos	129	19,60%
20 a 24 anos	107	16,26%
25 a 29 anos	44	6,69%
30 a 35 anos	33	5,02%
36 a 39 anos	18	2,74%
40 ou mais	1	0,15%
Total	658	100%

Gráfico 18 – Pirâmide Segundo a Antiguidade



A estrutura dos efectivos segundo a antiguidade mostra que há um grande número de funcionários que entraram nos últimos 15 anos, representando 49,54% do actual quadro de pessoal. Se considerarmos os últimos 20 anos a taxa aumenta para 69,15%. As entradas realizadas nos últimos 5 anos foram afectadas pelas novas atribuições e competências relacionadas com a gestão de estabelecimentos de ensino, bem como do presente condicionamento à entrada de novos funcionários.

Quadro 9 – Ausências ao Serviço

Tipo de Ausências	Dias		
	2013	2014	2015
Casamento	30	0	87
Protecção à parentalidade	1736	1566	1.007
Falecimento de familiar	229	152	157
Doença	6394	7158	9.000
Por acidente de serviço	1722	1014	1.447
Assistência a familiares	414	236	89
Trabalhador estudante	207	117	74
Por conta do período de férias	1107	1162	997
Com perda de vencimento	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar	0	0	0
Greve	591	354	408
Injustificadas	3	0	0
Outras	0	0	0
Total	12.433	11.759	13.266

Do total das ausências verificadas no ano de 2015 no Município de Silves, 67,84% foram devidas a doença, 10,91% por acidentes de serviço e 7,59% por protecção à parentalidade. Comparativamente como ano anterior, registou-se um aumento a nível de ausências em cerca de 12,82%.

Quadro 10 – Suplementos Remuneratórios

Suplementos Remuneratórios	Valor		
	2013	2014	2015
Trabalho extraordinário	147.233,89 €	213.873,80 €	228.306,81 €
Abono para fálhas	34.527,88 €	22.941,89 €	16.533,91 €
Ajudas de custo	16.894,25 €	15.437,32 €	24.288,86 €
Subsídio de trabalho nocturno	13.405,16 €	11.108,33 €	12.224,86 €
Indemnizações por cessão de funções	120.744,38 €	24.271,20 €	53.353,71 €
Outros suplementos e prémios	37.027,40 €	37.779,55 €	38.399,41 €
Total	369.832,96 €	325.412,09 €	373.107,56 €

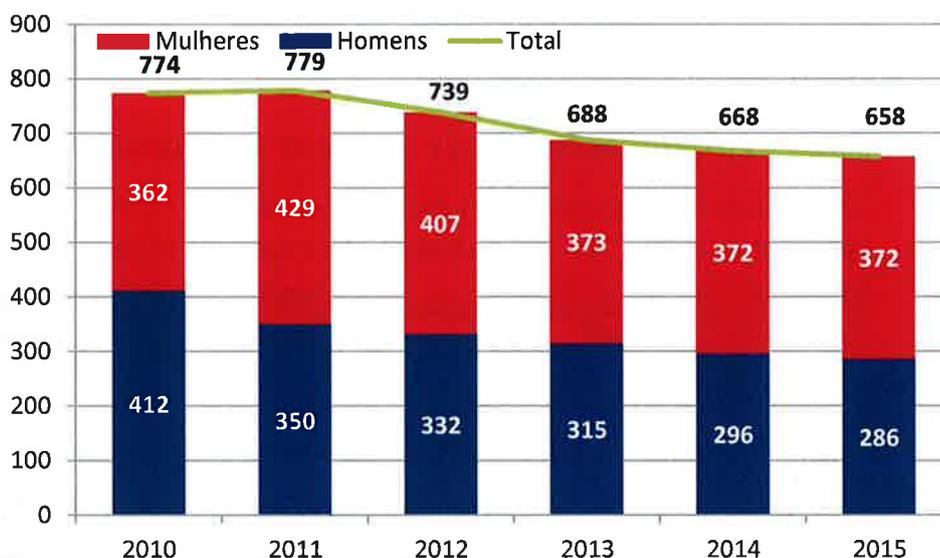
Verifica-se que a grande maioria dos suplementos remuneratórios é referente a trabalho extraordinário, na sua grande maioria em trabalho nocturno. Há também um equilíbrio dos suplementos remuneratórios ao longo dos 3 anos analisados.

Quadro 11 – Variação do Número de Funcionários (2010 a 2015)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Homens	412	350	332	315	296	286
Mulheres	362	429	407	373	372	372
Total	774	779	739	688	668	658

O número de funcionários da autarquia tem vindo a diminuir, cumprindo desta forma com as exigências legais.

Gráfico 19 – Variação do Número de Funcionários (2010 a 2015)



Entre 2011, ano em que o Município registou o maior número de funcionários (779) e 2015, verificou-se uma redução de 15,53% no total de funcionários.

Quadro 12 – Trabalhadores Portadores de Deficiência

Cargo	Número	%
Técnico Superior	3	17,65%
Assistente Técnico	6	35,29%
Assistente Operacional	8	47,06%
Total	17	100%

Gráfico 20 – Trabalhadores Portadores de Deficiência por Sexo



No município de Silves existem 17 funcionários portadores de deficiência, sendo a sua maioria mulheres (82%) e da categoria assistente operacional (47,06%).

5.2. – Despesas com Pessoal

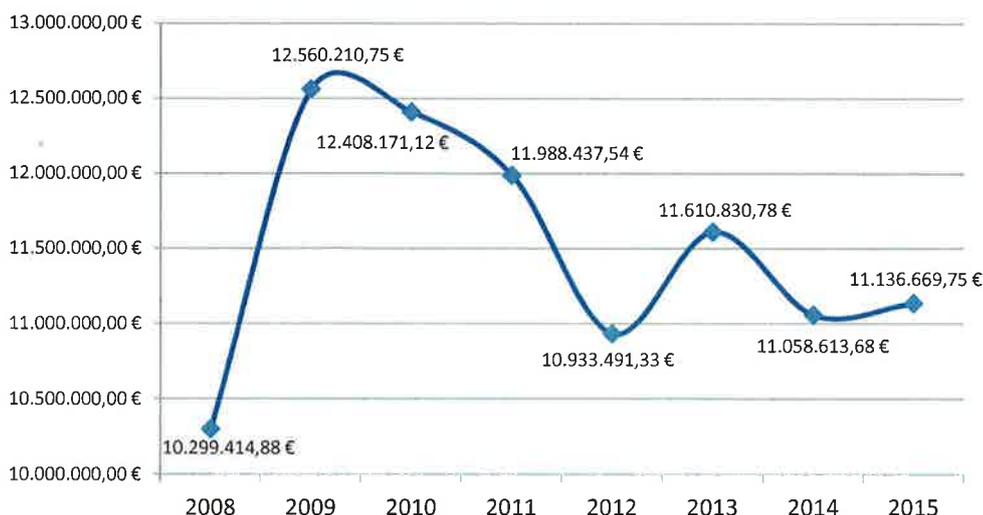
A despesa total da rubrica de Pessoal teve a seguinte decomposição:

Quadro 13 – Despesas Totais efectuadas com Pessoal

01.01 Remunerações certas e permanentes	8.319.620,16 €
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	373.107,56 €
01.03 Segurança Social	2.443.942,03 €
Total	11.136.669,75 €

Durante o exercício de 2015 constata-se que o valor das despesas com pessoal aumentou cerca de 80.000,00€ em termos globais, no entanto o número de funcionários teve uma redução de 10 elementos. Este aumento resulta de vários factores, nomeadamente uma indemnização pela rescisão por mútuo acordo, pela reversão em 20% da redução remuneratória dos funcionários autárquicos e pela actualização do salário mínimo nacional.

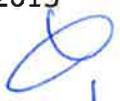
Gráfico 21 – Variação Anual das Despesas com Pessoal



5.3. – Implementação da Segurança e Saúde no Trabalho

Em 27 de Novembro de 2014, foi outorgado um contrato de prestação de serviços externos de segurança e saúde no trabalho com a firma Workview, pelo valor contratual de 33.399,00 €; por um período de um ano prorrogável por igual período até ao máximo de dois anos. Mensalmente, o serviço de medicina no trabalho acarreta uma despesa de 1.125,00€, valor isento de IVA, enquanto o serviço de segurança no trabalho acarreta uma despesa de 291.63 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Por ter sido outorgado no final do ano de 2014, a prestação de serviços em apreço destacou-se mais proeminentemente no ano de 2015. Neste ano, foram realizadas, pela primeira vez nesta edilidade, consultas de medicina no trabalho à generalidade dos trabalhadores do Município de Silves. Foi também no ano de 2015 que, no âmbito do contrato atrás aludido, a empresa Workview incrementou, de uma forma mais visível, a prestação de serviços de segurança do trabalho.

Ainda em 2015, foi outorgado um contrato para o fornecimento de calçado de proteção com a firma Roberto Amazonas, no valor contratual de 10.000,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Para além disso, foram adquiridos equipamentos de proteção diversos, no valor de 6.269,15 €, com IVA incluído, assim como, em contexto de higiene no trabalho, foi adquirido um contentor balneário e respetivos cacifos, cujo custo de aquisição cifrou-se em 17.975,84 €; com IVA incluído.

X H.





6. Fluxos de Caixa

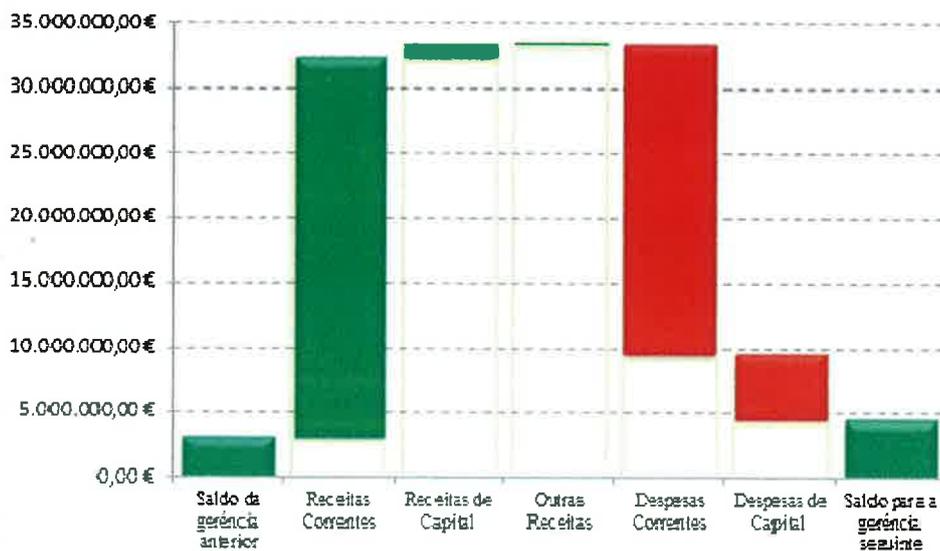
Relativamente ao exercício de 2015, o mapa resumo de fluxos de caixa apresenta-se como segue:

Quadro 14 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa

Recebimentos		
Saldo da gerência anterior:		3.210.990,27 €
Execução Orçamental	2.727.015,24 €	
Operações de Tesouraria	483.975,03 €	
Total das Receitas Orçamentais:		30.273.487,81 €
Receitas Correntes		29.205.608,32 €
Receitas de Capital		1.065.035,77 €
Outras Receitas		2.843,72 €
Operações de Tesouraria		2.157.815,56 €
Total		35.642.293,64 €

Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais:		28.938.346,52 €
Despesas Correntes		23.889.903,92 €
Despesas de Capital		5.048.442,60 €
Operações de Tesouraria		2.152.168,07 €
Saldo para a gerência seguinte		4.551.779,05 €
Execução Orçamental	4.062.156,53 €	
Operações de Tesouraria	489.622,52 €	
Total		35.642.293,64 €

Gráfico 22 – Mapa dos Fluxos de Caixa - Execução Orçamental





Conforme consta no quadro 12, após se considerar todas as receitas e despesas, o saldo de gerência para o ano seguinte aumentou para 4.551.779,05 €, implicando uma revisão orçamental em 2016 no valor de 4.062.156,53 € correspondente ao saldo de execução orçamental.

7. Análise das Receitas Correntes e de Capital

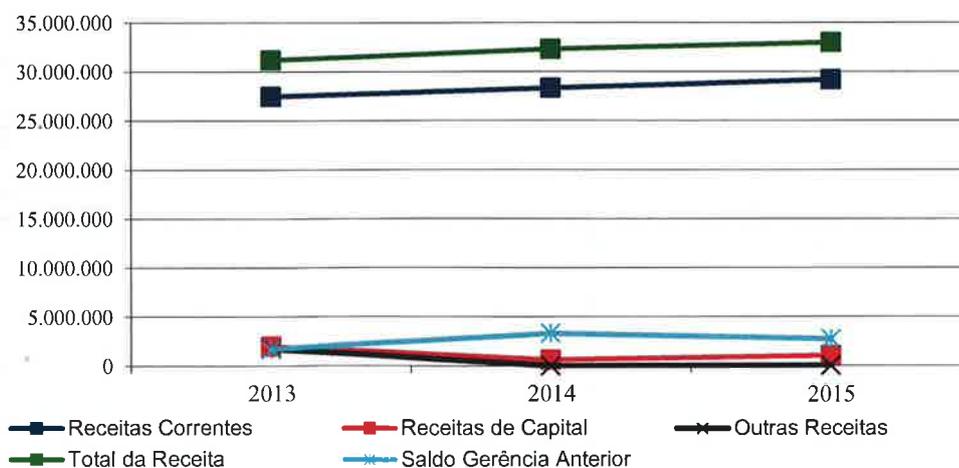
As Receitas Cobradas Brutas ascenderam a 33.000.503,05 €, correspondendo 29.205.608,32 € a receitas correntes, 1.065.035,77 € a receitas de capital, 2.843,72 € a outras receitas e 2.727.015,24 € de saldo da gerência anterior, representando 88,5%, 3,23%, 0,01% e 8,26%, respectivamente.

Em comparação com o período homólogo de 2014, registou-se um aumento de 699.504,46 € no total da receita, correspondendo mais 871.480,30 € de receitas correntes, mais 425.369,00 € de receitas de capital, menos 7.514,10 € de outras receitas e menos 589.830,74 € relativamente ao saldo da gerência anterior.

Quadro 15 – Evolução das Receitas – 2013 a 2015

Rubricas / Anos	2013	%	2014	%	2015	%
Receitas Correntes	27.488.324,53 €	88,13%	28.334.128,02 €	87,72%	29.205.608,32 €	88,50%
Receitas de Capital	1.982.974,26 €	6,36%	639.666,77 €	1,98%	1.065.035,77 €	3,23%
Outras Receitas	1.720.236,37 €	5,52%	10.357,82 €	0,03%	2.843,72 €	0,01%
Saldo Gerência Anterior	1.705.734,99 €	5,47%	3.316.845,98 €	10,27%	2.727.015,24 €	8,26%
Total da Receita	31.191.535,16 €	100,00%	32.300.998,59 €	100,00%	33.000.503,05 €	100,00%

Gráfico 23 – Evolução das Receitas – 2013 a 2015



Quadro 16 – Variações Anuais da Evolução das Receitas

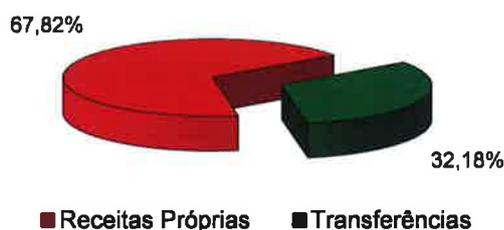
Rubricas / Anos	12/13	13/14	14/15
Receitas Correntes	5,73%	3,08%	3,08%
Receitas de Capital	-36,18%	-67,74%	66,50%
Outras Receitas	12893,74%	-99,40%	-72,55%
Saldo Gerência Anterior		94,45%	-17,78%
Total da Receita	7,12%	3,56%	2,17%

Comparativamente ao ano de 2014, verificou-se um aumento em termos globais ao nível da receita. Ao nível das receitas correntes constatou-se uma evolução semelhante ao ano anterior, em termos proporcionais, sendo que relativamente às receitas de capital verificamos um considerável aumento proveniente da venda de bens de investimento.

Quadro 17 – Resumo das Receitas 2015/2014

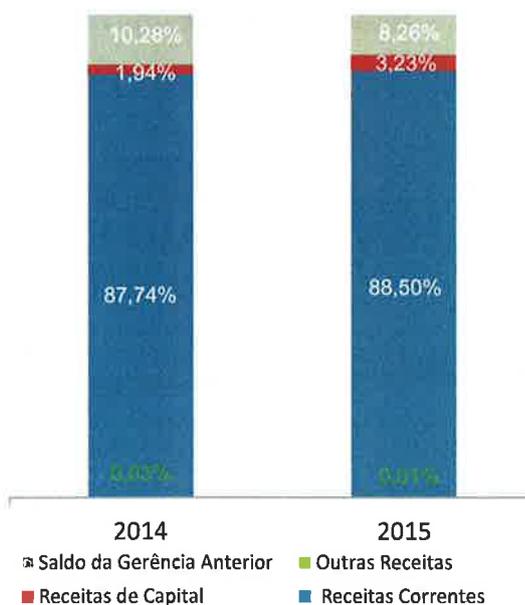
Rubricas	Estrutura			
	2015	Total	2014	Total
Impostos Directos				
Imposto municipal sobre imóveis	7.173.671,50 €	21,74%	6.947.857,79 €	21,51%
Imposto único de circulação	869.761,44 €	2,64%	895.774,98 €	2,77%
Imposto Mun. s/ Transm. Onerosas	2.538.539,16 €	7,69%	2.472.686,29 €	7,66%
Impostos abolidos	3.227,23 €	0,01%	4.021,34 €	0,00%
Impostos indirectos	162.610,09 €	0,49%	152.123,70 €	0,47%
Taxas, multas e outras penalidades	553.077,62 €	1,68%	678.629,70 €	2,10%
Rendimentos da propriedade	1.893.057,89 €	5,74%	1.907.956,46 €	5,91%
Transferências correntes	9.843.806,21 €	29,83%	9.662.280,46 €	29,91%
Venda de bens	2.282.207,58 €	6,92%	1.977.114,82 €	6,12%
Serviços	2.481.661,01 €	7,52%	2.209.242,05 €	6,84%
Rendas	122.106,28 €	0,37%	108.958,83 €	0,34%
Outras receitas correntes	1.281.882,31 €	3,88%	1.317.481,60 €	4,08%
Total da Receita Corrente	29.205.608,32 €	88,51%	28.334.128,02 €	87,71%
Venda de bens de investimento	289.319,56 €	0,88%	0,00 €	0,00%
Transferências de capital	775.716,21 €	2,35%	636.468,77 €	1,97%
Passivos financeiros		0,00%	0,00 €	0,00%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	3.198,00 €	0,01%
Total da Receita Capital	1.065.035,77 €	3,30%	639.666,77 €	1,98%
Outras Receitas	2.843,72 €	0,01%	10.357,82 €	0,03%
Total das Outras Receitas	2.843,72 €	0,01%	10.357,82 €	0,03%
Saldo da Gerência Anterior	2.727.015,24 €	8,26%	3.316.845,98 €	10,27%
Total Geral da Receita	33.000.503,05 €	100%	32.300.998,59 €	100%

Gráfico 24 – Composição das Receitas Totais 2015



Deste modo, pode-se concluir que o Município de Silves evidencia uma capacidade para gerar receitas próprias de 67,82%. Comparativamente ao ano anterior, em que as receitas próprias representavam 64,46%, verifica-se um ligeiro aumento. A venda de bens e serviços aumentou 577.511,72 € e o Imposto Municipal sobre Imóveis aumentou 225.813,71 €. Em sentido contrário o saldo da gerência anterior diminuiu 589.830,74 € bem como as taxas, multas e outras penalidades diminuiram 125.552,08 €.

Gráfico 25 – Estrutura da Receita



O peso das receitas correntes na receita total da autarquia manteve a mesma proporção entre 2014 e 2015, ficando perto dos 90% do total das receitas obtidas. Tal situação deve-se ao facto que o valor das receitas de capital ainda ser reduzido.

8. Análise das Despesas Correntes e de Capital

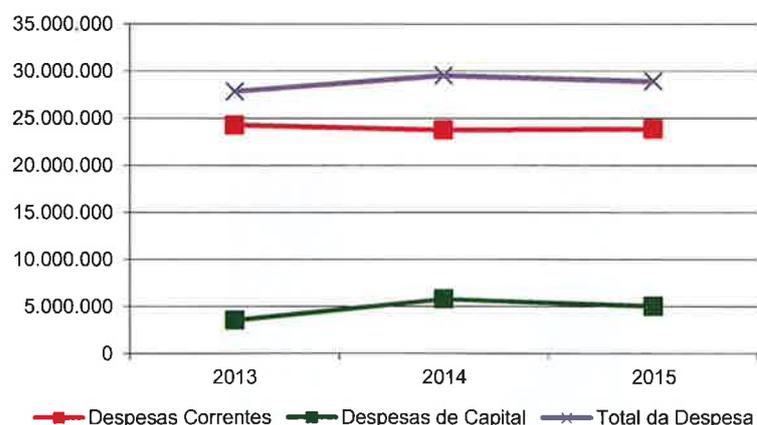
As despesas totais ascenderam a um montante de 28.938.346,52 € correspondendo a 23.889.903,92 € de despesas correntes e 5.048.442,60 € de despesas de capital, representando 82,55% e 17,45%, respectivamente.

Quadro 18 – Evolução das Despesas – 2013 a 2015

Rubricas / Anos	2013	%	2014	%	2015	%
Despesas Correntes	24.319.086,92 €	87,24%	23.789.487,42 €	80,44%	23.889.903,92 €	82,55%
Despesas de Capital	3.555.602,26 €	12,76%	5.784.495,93 €	19,56%	5.048.442,60 €	17,45%
Total da Despesa	27.874.689,18 €	100,00%	29.573.983,35 €	100,00%	28.938.346,52 €	100,00%

Comparando com o ano anterior, registou-se uma diminuição da despesa total no valor de 635.636,83 € correspondendo a mais 100.416,50 € de despesas correntes e menos 736.053,33 € de despesas de capital.

Gráfico 26 - Evolução das Despesas – 2013 a 2015



Quadro 19 – Variações Anuais da Evolução das Despesas

Rubricas / Anos	12/13	13/14	14/15
Despesas Correntes	-2,71%	-2,18%	2,62%
Despesas de Capital	-4,75%	62,69%	-10,79%
Total da Despesa	-2,98%	6,10%	-2,15%

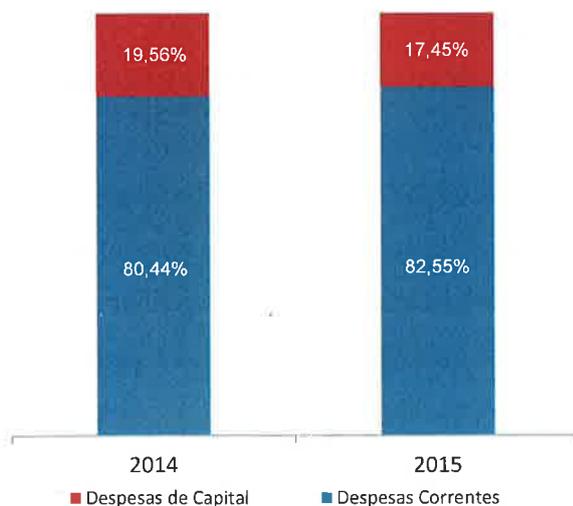
No cômputo geral, as despesas totais registaram uma variação negativa de 2,15% relativamente ao ano anterior, influenciado pela forte diminuição das despesas de capital da autarquia e a manutenção do nível de despesas correntes.

Quadro 20 – Estrutura das Despesas - 2015/2014

Rubricas	2015	Estrutura		2014	Estrutura	
		Classe	Total		Classe	Total
Despesas de Funcionamento	22.266.558,42 €	100%	76,94%	21.824.607,62 €	100%	73,80%
Pessoal	11.136.669,75 €	51,03%	38,48%	11.058.613,68 €	50,67%	37,39%
Aquisição de Bens e Serviços	10.675.180,21 €	48,91%	36,89%	10.394.889,82 €	47,63%	35,15%
Outras Despesas Correntes	454.708,46 €	2,08%	1,57%	371.104,12 €	1,70%	1,25%
Serviço de Dívida	1.911.500,49 €	100%	6,61%	3.601.731,24 €	100%	12,18%
Encargos Financeiros	155.157,86 €	8,12%	0,54%	567.502,04 €	15,76%	1,92%
Passivos Financeiros	1.756.342,63 €	91,88%	6,07%	3.034.229,20 €	84,24%	10,26%
Investimento Global	3.292.099,97 €	100%	11,38%	2.738.070,11 €	100%	9,26%
Investimento Directo	3.009.419,59 €	91,41%	10,40%	2.674.444,15 €	97,68%	9,04%
Transferências de Capital	69.344,38 €	2,11%	0,24%	63.625,96 €	2,32%	0,22%
Activos Financeiros	213.336,00 €	6,48%	0,74%	0,00 €	0,00%	0,00%
Restantes Despesas	1.468.187,64 €	100%	5,07%	1.409.574,38 €	100%	4,77%
Transferências Correntes	1.468.187,64 €	104,16%	5,07%	1.397.377,76 €	99,13%	4,73%
Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00%	0,00%	12.196,62 €	0,87%	0,04%
Total da Despesa	28.938.346,52 €		100%	29.573.983,35 €		100%

Na análise à estrutura das despesas do Município, constata-se que as rubricas de maior relevância são as despesas de funcionamento (pessoal e aquisição de bens e serviços) e o investimento global, representando 88,32% do total da despesa.

Gráfico 27 – Estrutura da Despesa



O peso das despesas correntes aumentou ligeiramente, que reflecte o menor peso do investimento realizado pela autarquia.

Y
H.
D.

9. Análise dos desvios entre Receitas e Despesas corrigidas e realizadas

No decurso do exercício de 2015, verificaram-se alguns desvios entre a dotação corrigida das receitas e despesas e a sua respectiva execução.

A receita cobrada líquida foi de 32.995.179,56 €, correspondendo a uma execução de 93,293% face à previsão corrigida de 35.367.215,24 €, registando-se deste modo um desvio negativo de apenas 6,707%.

A previsão corrigida da receita corrente foi de 31.792.351,00 € e a receita cobrada líquida no montante de 29.200.284,83 €, resultando assim um desvio negativo de 8,153% (menos 4,37% em 2014). Relativamente à receita de capital a previsão corrigida foi de 842.849,00 € e a receita cobrança líquida de 1.065.035,77 €, verificando-se um desvio positivo de 26,36% (menos 79,87% em 2014). Por fim nas Outras Receitas (Reposições não abatidas) a previsão corrigida foi de 5.000,00 € e a receita cobrada líquida de 2.843,72 €, verificando-se um desvio negativo de 44,13%.

As despesas totais atingiram um montante de 28.938.346,52 €, correspondendo a uma execução orçamental de 81,823%, face a uma previsão corrigida de 35.367.215,24 € registando-se um desvio negativo de 18,177%.

A despesa corrente paga foi de 23.889.903,92 €, tendo de dotações corrigidas no orçamento 27.480.035,00 €, verificando-se um desvio negativo de 13,06%. Relativamente à despesa de capital, a previsão corrigida foi de 7.887.180,24 €, executando-se o montante de 5.048.442,60 €, o que deu origem a um desvio negativo de 35,91%.

Quadro 21 – Desvios Orçamentais

Rubricas	Previsão		Execução (3)	Diferenças	
	Inicial (1)	Final (2)		Valor (4)=(3)-(2)	Grau de Execução
RECEITAS CORRENTES					
Impostos Directos	6.910.880,00 €	6.910.880,00 €	7.173.671,50 €	262.791,50 €	103,80%
Imposto municipal sobre imóveis	892.160,00 €	892.160,00 €	869.641,04 €	-22.518,96 €	97,48%
Imposto único de circulação	2.292.646,00 €	2.292.646,00 €	2.538.539,16 €	245.893,16 €	110,73%
Imposto Mun. s/ Transm. Onerosas	7.216,00 €	7.216,00 €	3.227,23 €	-3.988,77 €	44,72%
Impostos abolidos	539.335,00 €	539.335,00 €	161.683,69 €	-377.651,31 €	29,98%
Impostos indirectos	759.688,00 €	759.688,00 €	552.506,49 €	-207.181,51 €	72,73%
Taxas, multas e outras penalidades	1.982.007,00 €	1.982.007,00 €	1.893.057,89 €	-88.949,11 €	95,51%
Rendimentos da propriedade					
Transferências correntes					
Sociedades e quase sociedades não financeiras					
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.761.657,00 €	5.761.657,00 €	5.761.657,00 €	0,00 €	100,00%
Fundo Social Municipal	798.604,00 €	798.604,00 €	798.604,00 €	0,00 €	100,00%
Participação fixa no IRS	981.176,00 €	981.176,00 €	981.176,00 €	0,00 €	100,00%
Outras	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	-1.000,00 €	0,00%
Estado - Particip. Comum. Projectos Co-financiado	89.413,00 €	89.413,00 €	44.385,82 €	-45.027,18 €	49,64%
Serviços e Fundos Autónomos	2.802.925,00 €	2.802.925,00 €	2.256.776,02 €	-546.148,98 €	80,52%
Administração Local					
Venda de bens	2.570.000,00 €	2.570.000,00 €	2.281.726,06 €	-288.273,94 €	88,78%
Serviços	3.364.400,00 €	3.364.400,00 €	2.480.989,01 €	-883.410,99 €	73,74%
Rendas	120.000,00 €	120.000,00 €	121.777,69 €	1.777,69 €	101,48%
Outras receitas correntes	1.919.244,00 €	1.919.244,00 €	1.280.866,23 €	-638.377,77 €	66,74%
Total da Receita Corrente	31.792.351,00 €	31.792.351,00 €	29.200.284,83 €	-2.592.066,17 €	91,85%
DESPEAS CORRENTES					
Pessoal	11.690.500,00 €	11.437.400,00 €	11.136.669,75 €	-300.730,25 €	97,37%
Aquisição de Bens	5.095.150,00 €	5.255.673,10 €	4.150.575,12 €	-1.105.097,98 €	78,97%
Aquisição de Serviços	7.395.580,00 €	8.379.230,00 €	6.524.605,09 €	-1.854.624,91 €	77,87%
Juros e Outros Encargos	193.490,00 €	194.140,00 €	155.157,86 €	-38.982,14 €	79,92%
Transferências Correntes	1.645.025,00 €	1.673.581,90 €	1.468.187,64 €	-205.394,26 €	87,73%
Outras Despesas Correntes	305.010,00 €	540.010,00 €	454.708,46 €	-85.301,54 €	84,20%
Total da Despesa Corrente	26.324.755,00 €	27.480.035,00 €	23.889.903,92 €	-3.590.131,08 €	86,94%

Rubricas	Previsão		Execução (3)	Diferenças	
	Inicial (1)	Final (2)		Valor (4)=(3)-(2)	Grau de Execução
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de bens de investimento	4.680,00 €	4.680,00 €	289.319,56 €	284.639,56 €	6182,04%
Transferências de capital					
Sociedade e quase-sociedades não financeiras	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	-5.000,00 €	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	640.184,00 €	640.184,00 €	640.184,00 €	0,00 €	100,00%
Cooperação Técnica e Financeira	3.985,00 €	3.985,00 €	0,00 €	-3.985,00 €	0,00%
Estado - Particip. Comunit. Proj. Co-Financ.	181.900,00 €	181.900,00 €	135.532,21 €	-46.367,79 €	74,51%
Serviços e fundos autónomos	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	-1.000,00 €	0,00%
Outras receitas de capital	6.100,00 €	6.100,00 €	0,00 €	-6.100,00 €	0,00%
Total da Receita de Capital	842.849,00 €	842.849,00 €	1.065.035,77 €	222.186,77 €	126,36%
Outras Receitas	5.000,00 €	5.000,00 €	2.843,72 €	-2.156,28 €	56,87%
Total das Outras Receitas	5.000,00 €	5.000,00 €	2.843,72 €	-2.156,28 €	56,87%
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos:					
Terrenos	38.420,00 €	155.420,00 €	7.927,50 €	-147.492,50 €	5,10%
Habitaciones					
Reparação e Beneficiação	183.770,00 €	176.390,00 €	136.472,77 €	-39.917,23 €	77,37%
Edifícios					
Instalação de Serviços	131.260,00 €	258.300,00 €	110.275,73 €	-148.024,27 €	42,69%
Mercados e Instalações de Fiscaliz. Sanitária	7.000,00 €	94.140,00 €	0,00 €	-94.140,00 €	0,00%
Escolas	12.000,00 €	162.120,00 €	53.888,51 €	-108.231,49 €	33,24%
Outros	500,00 €	500,00 €	0,00 €	-500,00 €	0,00%
Construções Diversas					
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	138.740,00 €	218.750,00 €	122.583,78 €	-96.166,22 €	56,04%
Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	545.258,00 €	623.758,00 €	525.816,57 €	-97.941,43 €	84,30%
Estações de Tratamento de Águas Residuais	6.038,00 €	6.038,00 €	5.027,75 €	-1.010,25 €	83,27%

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Rubricas	Previsão		Execução (3)	Diferenças	
	Inicial (1)	Final (2)		Valor (4)=(3)-(2)	Grau de Execução
Iluminação Pública	10.000,00 €	10.000,00 €	0,00 €	-10.000,00 €	0,00%
Parques e jardins	15.510,00 €	57.010,00 €	45.856,78 €	-11.153,22 €	80,44%
Instalações desportivas e recreativas	197.570,00 €	62.620,00 €	10.823,84 €	-51.796,16 €	17,28%
Captação e distribuição de água	279.398,00 €	299.498,00 €	246.999,99 €	-52.498,01 €	82,47%
Viação rural	588.947,00 €	871.467,00 €	485.146,42 €	-386.320,58 €	55,67%
Sinalização e trânsito	43.500,00 €	101.600,00 €	59.184,50 €	-42.415,50 €	58,25%
Cemitérios	105.150,00 €	72.260,00 €	71.247,50 €	-1.012,50 €	98,60%
Outros	621.130,00 €	638.130,00 €	120.046,96 €	-518.083,04 €	18,81%
Material de transporte					
Outros	188.000,00 €	243.000,00 €	171.175,02 €	-71.824,98 €	70,44%
Equipamento de informática	102.550,00 €	104.650,00 €	91.674,20 €	-12.975,80 €	87,60%
Software informático	36.000,00 €	36.000,00 €	7.731,90 €	-28.268,10 €	21,48%
Equipamento administrativo	42.830,00 €	72.830,00 €	18.405,55 €	-54.424,45 €	25,27%
Equipamento básico					
Outro	346.680,00 €	766.685,24 €	539.894,76 €	-226.790,48 €	70,42%
Ferramentas e utensílios	10.500,00 €	22.500,00 €	14.363,27 €	-8.136,73 €	63,84%
Artigos e objectos de valor	10,00 €	3.960,00 €	3.931,03 €	-28,97 €	99,27%
Investimentos incorpóreos	363.250,00 €	533.020,00 €	120.303,46 €	-412.716,54 €	22,57%
Outros investimentos	25.510,00 €	31.510,00 €	18.350,26 €	-13.159,74 €	58,24%
Locação Financeira					
Material de Transporte	105.000,00 €	105.000,00 €	0,00 €	-105.000,00 €	0,00%
Bens de domínio público					
Bens do património histórico, artístico e cultural	109.240,00 €	76.840,00 €	22.291,54 €	-54.548,46 €	29,01%
Transferências de capital					
Administração local	9.388,00 €	9.388,00 €	9.213,46 €	-174,54 €	98,14%
Instituições sem fins lucrativos	83.510,00 €	104.010,00 €	60.130,92 €	-43.879,08 €	57,81%
Activos Financeiros					
Unidades de Participação	213.336,00 €	213.336,00 €	213.336,00 €	0,00 €	100,00%
Passivos financeiros					
Societ. financeiras - Bancos e outras instit. financeiras	1.755.450,00 €	1.756.450,00 €	1.756.342,63 €	-107,37 €	99,99%
Outras Despesas de Capital					
Total das Despesas de Capital	6.315.445,00 €	7.887.180,24 €	5.048.442,60 €	-2.838.737,64 €	64,01%



10. Relação entre Receitas e Despesas Correntes e de Capital

Quadro 22 – Análise entre as Receitas e Despesas

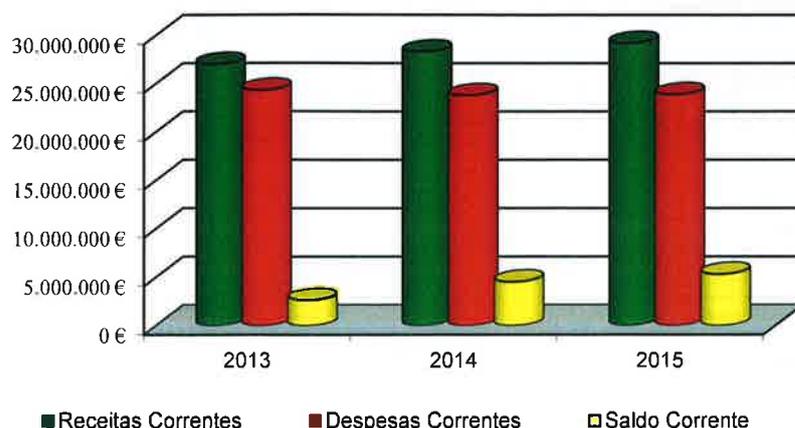
	2015
Total das Receitas Correntes	29.200.284,83 €
Total das Despesas Correntes	<u>23.889.903,92 €</u>
Diferença	5.310.380,91 €
Total das Receitas de Capital	1.065.035,77 €
Total das Despesas de Capital	<u>5.048.442,60 €</u>
Diferença	-3.983.406,83 €

Pode-se constatar que as receitas correntes ultrapassaram as despesas da mesma natureza em 5.310.380,91 €, o que significa que a autarquia utilizou cerca de 81,81%, destas receitas para o seu funcionamento, gerando inclusivamente uma poupança corrente. Relativamente às despesas e receitas de capital, verificou-se parte da poupança corrente foi utilizada em despesa de capital, gerando um défice no montante de 3.983.406,83 €.

Quadro 23 – Análise da relação Receitas e Despesas Correntes

Anos	Receitas Correntes	Despesas Correntes	DC/RC %	Saldo Corrente	%
2013	27.002.752,26 €	24.319.086,92 €	90,06%	2.683.665,34 €	9,94%
2014	28.312.845,00 €	23.789.487,42 €	84,02%	4.523.357,58 €	15,98%
2015	29.200.284,83 €	23.889.903,92 €	81,81%	5.310.380,91 €	18,19%

Gráfico 28 – Evolução da Poupança Corrente



Analisando os valores apresentados, pode concluir-se que o Município tem, em 2015, uma situação financeira equilibrada ao nível da estrutura das receitas e despesas correntes. O POCAL, no ponto 3.1.1. refere o princípio do equilíbrio orçamental, que na elaboração e execução do orçamento o mesmo “prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. A execução do orçamento cumpre este princípio orçamental, com a formação de poupança corrente a financiar as despesas de capital.

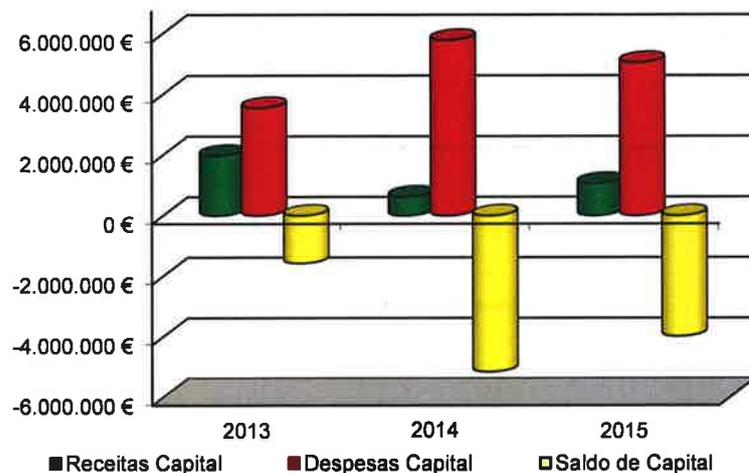
Quadro 24 – Análise da Poupança Corrente do Exercício

	2013	2014	2015	Varição 2013/2014	Varição 2014/2015
Receita Corrente Bruta	27.488.324,53 €	28.334.128,02 €	29.205.608,32 €	3,08%	3,08%
Despesa Corrente Paga	24.319.086,92 €	23.171.963,35 €	23.889.903,92 €	-4,72%	3,10%
Poupança Corrente Executada	3.169.237,61 €	5.162.164,67 €	5.315.704,40 €	62,88%	2,97%
Compromissos por Pagar da Gerência Anterior	1.303.435,20 €	864.773,61 €	1.879.228,21 €	-33,65%	117,31%
Compromissos por Pagar para a Gerência Seguinte	-864.773,61 €	-1.879.228,21 €	-2.669.243,81 €	117,31%	42,04%
Receita por Cobrar do Exercício	1.678.648,38 €	1.618.349,37 €	2.059.590,83 €	-3,59%	27,26%
Poupança Corrente do Exercício	5.286.547,58 €	5.766.059,44 €	6.585.279,63 €	9,07%	14,21%

Se à poupança corrente bruta se acrescentar o valor das dívidas transitadas do exercício anterior bem como o montante da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício e se retirar o valor das dívidas que transitam para a gerência seguinte, obtém-se a poupança corrente do exercício, que permite uma análise mais rigorosa da capacidade de autofinanciamento dos serviços. Em 2015, a poupança corrente do exercício aumentou mais de 14%.

Quadro 25 – Análise da relação Receitas e Despesas de Capital

Anos	Receitas Capital	Despesas Capital	DC/RC %	Saldo de Capital	%
2013	1.982.974,26 €	3.555.602,26 €	179,31%	-1.572.628,00 €	-79,31%
2014	627.470,15 €	5.784.495,93 €	921,88%	-5.157.025,78 €	-821,88%
2015	1.065.035,77 €	5.048.442,60 €	474,02%	-3.983.406,83 €	-374,02%

Gráfico 29 – Evolução do Défice de Capital

Quanto à relação entre receitas e despesas de capital, verifica-se um défice de 374,02%, na medida em que as receitas obtidas não cobrem a totalidade das despesas realizadas no exercício de 2015. Deste modo, ao contrário do que sucede a nível das receitas e despesas correntes, a estrutura de capital encontra-se numa situação de desequilíbrio, apesar de se verificar uma ligeira melhoria verificada em 2015.



Quadro 26 – Relação entre Receitas Líquidas e Despesas Correntes e de Capital

DESIGNAÇÃO	Valor	%	DESIGNAÇÃO	Valor	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Impostos Directos	10.585.199,33 €	32,08%	Pessoal	11.136.669,75 €	38,48%
Impostos Indirectos	162.610,09 €	0,49%	Aquisição de bens	4.150.575,12 €	14,34%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	553.077,62 €	1,68%	Aquisição de serviços	6.524.605,09 €	22,55%
Rendimentos de Propriedade	1.893.057,89 €	5,74%	Juros e Outros Encargos	155.157,86 €	0,54%
Transferências Correntes	9.843.806,21 €	29,83%	Transferências Correntes	1.468.187,64 €	5,07%
Venda de Bens	2.282.207,58 €	6,92%	Subsídios	0,00 €	0,00%
Venda de Serviços	2.481.661,01 €	7,52%	Outras Despesas Correntes	454.708,46 €	1,57%
Rendas	122.106,28 €	0,37%			
Outras Receitas Correntes	1.281.882,31 €	3,88%			
Total das Receitas Correntes	29.205.608,32 €	88,50%	Total das Despesas Correntes	23.889.903,92 €	82,55%
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de Bens de Investimento	289.319,56 €	0,88%	Aquisição de Bens de Capital	3.009.419,59 €	10,40%
Transferências de Capital	775.716,21 €	2,35%	Transferências de Capital	69.344,38 €	0,24%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	Activos Financeiros	213.336,00 €	0,74%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%	Passivos Financeiros	1.756.342,63 €	6,07%
Outras Receitas de Capital	0,00 €	0,00%	Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00%
Total das Receitas Capital	1.065.035,77 €	3,23%	Total das Despesas de Capital	5.048.442,60 €	17,45%
Outras Receitas	2.843,72 €	0,01%			
Saldo da Gerência Anterior	2.727.015,24 €	8,26%			
TOTAL GERAL DA RECEITA	33.000.503,05 €	100,00%	TOTAL GERAL DA DESPESA	28.938.346,52 €	100,00%

[Handwritten signature and initials in blue ink]

11. Análise das Despesas Pagas por Funções

Quadro 27 – Resumo das Despesas Pagas por Funções das Grandes Opções do Plano de 2015

01 Apoio à Economia Local e à Criação de Emprego		
0101 Turismo	13.093,38 €	0,09%
0102 Mecados e Feiras	16.832,59 €	0,12%
0103 Apoio à Economia Local	25.450,00 €	0,18%
Total do Objectivo 1	55.375,97 €	0,39%
02 Aumento e Melhoria da Rede de Águas, Saneamento Básico		
0201 Rede de Água	2.957.567,90 €	21,08%
0202 Saneamento	1.385.048,63 €	9,87%
0203 Eletricidade	1.041.039,84 €	7,42%
Total do Objectivo 2	5.383.656,37 €	38,38%
03 Reforço da Limpeza e Higiene Pública		
0301 Resíduos Sólidos	858.854,92 €	6,12%
Total do Objectivo 3	858.854,92 €	6,12%
04 Requalificação dos Equipamentos e Serviços Públicos		
0401 Edifícios Municipais	51.805,15 €	0,37%
0402 Edifícios Culturais e Desportivos	10.823,84 €	0,08%
0403 Outros Espaços Públicos	257.031,04 €	1,83%
0404 Aquisição e Beneficiação de Equipamentos	867.813,36 €	6,19%
Total do Objectivo 4	1.187.473,39 €	8,46%
05 Melhoria da Rede Viária		
0501 Conservação e Reparação da Rede Viária	585.619,78 €	4,17%
0502 Sinalização e Trânsito	59.184,50 €	0,42%
Total do Objectivo 5	644.804,28 €	4,60%
06 Salvaguarda do Património Cultural		
0601 Salvaguarda do Património Cultural	22.291,54 €	0,16%
Total do Objectivo 6	22.291,54 €	0,16%
07 Contributo para a Melhoria da Educação		
0701 Parque Escolar	162.601,38 €	1,16%
0702 Espaços Educativos	20.405,99 €	0,15%
0703 Acção Social Escolar	973.365,30 €	6,94%
Total do Objectivo 7	1.156.372,67 €	8,24%
08 Reforço da Intervenção Social		
0801 Habitação Social	105.222,17 €	0,75%
0802 Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	28,07 €	0,00%
0803 Acções de Carácter Social	853,12 €	0,01%
Total do Objectivo 8	106.103,36 €	0,76%
09 Dinamização de Actividades Desportivas e Culturais		
0901 Actividades Culturais	393.783,99 €	2,81%
0902 Actividades Desportivas	28.998,40 €	0,21%
Total do Objectivo 9	422.782,39 €	3,01%
10 Defesa e Apoio do Movimento Associativo		
1001 Programas de Apoio Associativo - Acção Social	69.714,16 €	0,50%
1002 Programas de Apoio Associativo - Cultura	55.099,00 €	0,39%
1003 Programas de Apoio Associativo - Desporto e Juventude	191.119,34 €	1,36%
Total do Objectivo 10	315.932,50 €	2,25%
11 Protecção Civil e Segurança		
1101 Protecção Civil	13.309,79 €	0,09%
1102 Apoio a Bombeiros	335.014,65 €	2,39%
Total do Objectivo 11	348.324,44 €	2,48%
12 Reforço de Cooperação Entre Administrações		
1201 Colaboração e Descentralização para Freguesias	574.833,48 €	4,10%
1202 Cooperação com Outras Administrações	34.908,62 €	0,25%
Total do Objectivo 12	609.742,10 €	4,35%
13 Apoio a Organizações de carácter Cívico e Religioso		
1301 Apoio a Centros Paroquiais e Outros	32.500,00 €	0,23%
Total do Objectivo 13	32.500,00 €	0,23%
14 Operações Financeiras		
1401 Empréstimos a Médio e Longo Prazos	1.805.471,94 €	12,87%
1402 Fundo de Apoio Municipal	213.336,00 €	1,52%
Total do Objectivo 14	2.018.807,94 €	14,39%
15 Processo Viga D'Ouro		
1502 BCP	500.000,40 €	3,56%
1503 CGD	356.461,92 €	2,54%
Total do Objectivo 15	856.462,32 €	6,10%
16 Reforço da Imagem e Comunicação do Município		
1601 Gabinete de Informação e Relações Públicas	9.484,96 €	0,07%
Total do Objectivo 16	9.484,96 €	0,07%
Total Geral	14.028.969,15 €	100,00%

De acordo com a informação constante no quadro 25, destacam-se as despesas pagas no âmbito do acréscimo e melhoria da rede de águas e saneamento básico, que representam cerca de 38,38% da totalidade do investimento realizado, tendo como prioridades o abastecimento de água. Operações financeiras (14,39%), requalificação dos equipamentos e serviços públicos (8,46%) e contributo para a melhoria da educação (8,24%) também representam investimentos significativos.

O nível de execução anual das Grandes Opções do Plano foi de 75,66% e o nível de execução global foi de 90,99%. Salienta-se que neste âmbito, mantiveram-se os parâmetros verificados no exercício anterior, em que se apurou uma execução anual de 77,14% e a nível global de 89,75%.

Quadro 28 – Resumo das Despesas Pagas por Funções do Plano Plurianual de Investimentos de 2015

01 Apoio à Economia Local e à Criação de Emprego		
0102 Mercados e Feiras	16.832,59 €	0,56%
Total do Objectivo 1	16.832,59 €	0,56%
02 Aumento e Melhoria da Rede de Águas, Saneamento Básico		
0201 Rede de Água	109.598,45 €	3,64%
0202 Saneamento	72.976,90 €	2,42%
Total do Objectivo 2	182.575,35 €	6,07%
04 Requalificação dos Equipamentos e Serviços Públicos		
0401 Edifícios Municipais	51.805,15 €	1,72%
0402 Edifícios Culturais e Desportivos	10.823,84 €	0,36%
0403 Outros Espaços Públicos	257.031,04 €	8,54%
0404 Aquisição e Beneficiação de Equipamentos	867.813,36 €	28,84%
Total do Objectivo 4	1.187.473,39 €	39,46%
05 Melhoria da Rede Viária		
0501 Concervação e Reparação da Rede Viária	585.619,78 €	19,46%
0502 Sinalização e Trânsito	59.184,50 €	1,97%
Total do Objectivo 5	644.804,28 €	21,43%
06 Salvaguarda do Património Cultural		
0601 Salvaguarda do Património Cultural	22.291,54 €	0,74%
Total do Objectivo 6	22.291,54 €	0,74%
07 Contributo para a Melhoria da Educação		
0701 Parque Escolar	98.968,84 €	3,29%
0702 Espaços Educativos	2.653,46 €	0,09%
Total do Objectivo 7	101.622,30 €	3,38%
08 Reforço da Intervenção Social		
0801 Habitação Social	98.986,97 €	3,29%
0802 Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	28,07 €	0,00%
Total do Objectivo 8	99.015,04 €	3,29%
09 Dinamização de Actividades Desportivas e Culturais		
0901 Actividades Culturais	12.000,00 €	0,40%
Total do Objectivo 9	12.000,00 €	0,40%
11 Protecção Civil e Segurança		
1101 Protecção Civil	5.426,12 €	0,18%
Total do Objectivo 11	5.426,12 €	0,18%
15 Processo Viga D'Ouro		
1502 BCP	437.047,20 €	14,52%
1503 CGD	300.331,78 €	9,98%
Total do Objectivo 15	737.378,98 €	24,50%
Total Geral	3.009.419,59 €	100,00%

De acordo com a informação constante no quadro 26, a requalificação dos equipamentos e serviços públicos representam 39,46%, as despesas pagas no âmbito do processo Viga D'Ouro representam cerca de 24,50% e a melhoria da rede viária representa 21,43%.

O nível de execução anual do Plano Plurianual de Investimentos foi de 51,85% (tinha sido 48,75% em 2014) e o nível de execução global foi de 82,14% (86,20% em 2014).

É de facto de salientar o forte investimento realizado pela autarquia na aquisição e beneficiação de equipamentos, um esforço que visa claramente um melhor serviço público.

Quadro 29 – Resumo das Despesas Pagas por Funções das Actividades Mais Relevantes de 2015

01 Apoio à Economia Local e à Criação de Emprego		
0101 Turismo	13.093,38 €	0,12%
0103 Apoio à Economia Local	25.450,00 €	0,23%
Total do Objectivo 1	38.543,38 €	0,35%
02 Aumento e Melhoria da Rede de Águas, Saneamento Básico		
0201 Rede de Água	2.847.969,45 €	25,84%
0202 Saneamento	1.312.071,73 €	11,91%
0203 Eletricidade	1.041.039,84 €	9,45%
Total do Objectivo 2	5.201.081,02 €	47,20%
03 Reforço da Limpeza e Higiene Pública		
0301 Resíduos Sólidos	858.854,92 €	7,79%
Total do Objectivo 3	858.854,92 €	7,79%
07 Contributo para a Melhoria da Educação		
0701 Parque Escolar	63.632,54 €	0,58%
0702 Espaços Educativos	17.752,53 €	0,16%
0703 Acção Social Escolar	973.365,30 €	8,83%
Total do Objectivo 7	1.054.750,37 €	9,57%
08 Reforço da Intervenção Social		
0801 Habitação Social	6.235,20 €	0,06%
0803 Acções de Carácter Social	853,12 €	0,01%
Total do Objectivo 8	7.088,32 €	0,06%
09 Dinamização de Actividades Desportivas e Culturais		
0901 Actividades Culturais	381.783,99 €	3,46%
0902 Actividades Desportivas	28.998,40 €	0,26%
Total do Objectivo 9	410.782,39 €	3,73%
10 Defesa e Apoio do Movimento Associativo		
1001 Programas de Apoio Associativo - Acção Social	69.714,16 €	0,63%
1002 Programas de Apoio Associativo - Cultura	55.099,00 €	0,50%
1003 Programas de Apoio Associativo - Desporto e Juventude	191.119,34 €	1,73%
Total do Objectivo 10	315.932,50 €	2,87%
11 Protecção Civil e Segurança		
1101 Protecção Civil	7.883,67 €	0,07%
1102 Apoio a Bombeiros	335.014,65 €	3,04%
Total do Objectivo 11	342.898,32 €	3,11%
12 Reforço de Cooperação Entre Administrações		
1201 Colaboração e Descentralização para Freguesias	574.833,48 €	5,22%
1202 Cooperação com Outras Administrações	34.908,62 €	0,32%
Total do Objectivo 12	609.742,10 €	5,53%
13 Apoio a Organizações de carácter Cívico e Religioso		
1301 Apoio a Centros Paroquiais e Outros	32.500,00 €	0,29%
Total do Objectivo 13	32.500,00 €	0,29%
14 Operações Financeiras		
1401 Empréstimos a Médio e Longo Prazos	1.805.471,94 €	16,38%
1402 Fundo de Apoio Municipal	213.336,00 €	1,94%
Total do Objectivo 14	2.018.807,94 €	18,32%
15 Processo Viga D'Ouro		
1502 BCP	62.953,20 €	0,57%
1503 CGD	56.130,14 €	0,51%
Total do Objectivo 15	119.083,34 €	1,08%
16 Reforço da Imagem e Comunicação do Município		
1601 Gabinete de Informação e Relações Públicas	9.484,96 €	0,09%
Total do Objectivo 16	9.484,96 €	0,09%
Total Geral	11.019.549,56 €	100,00%

De acordo com a informação constante no quadro 27, as despesas pagas no âmbito do aumento e melhoria da rede de águas e saneamento básico representam cerca de 47,20% da totalidade do investimento realizado, seguido das operações financeiras (18,32%) e o contributo para a melhoria da educação (9,57%).

O nível de execução anual das Actividades Mais Relevantes foi de 86,51% e o nível de execução global foi de 94,27%. Em 2014 tinha-se assistido a uma execução anual de 88,54% e global de 91,36%.

12. Endividamento

12.1. – Regra do Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro 29, o Município de Silves, cumpriu em 2015 a regra do equilíbrio orçamental, ou seja a receita corrente bruta é superior à despesa corrente e às amortizações médias de empréstimos em 2,3 milhões de euros.

Quadro 30 – Regra do Equilíbrio Orçamental

	2015
Receita Corrente Bruta	29.205.608,32 €
Despesa Corrente	25.481.840,27 €
Amortização Média	1.410.955,25 €
Margem	2.312.812,80 €

12.2. – Endividamento Municipal

No decurso da Gerência, foram liquidados encargos (amortização e juros) referentes a empréstimos de médio e longo prazo no valor de 1.805.471,94 €, correspondendo 1.756.342,63 € a amortizações e 49.129,31 € a juros.

Para o cálculo do endividamento do Município, reportada a 31 de Dezembro de 2015, são excluídos daqueles limites os encargos de empréstimos (450.238,54 €) celebrados com os seguintes objectivos:

- Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infraestruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - LOE/1998) – 340.499,21 €;

- Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Exas. os Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004 – 109.739,33 €.

Apesar da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), já ter sido revogada, o método de cálculo do endividamento líquido ainda é considerado pela DGAL para controlo da dívida e demonstra-se no quadro seguinte o cálculo dos limites ao endividamento municipal para 2015:

Quadro 31 – Demonstração do Cálculo dos Limites ao Endividamento Municipal 2015

	Designação	Valor	Observações
(1)	Imposto Municipal sobre Imóveis 2014	6.947.857,79 €	Receitas arrecadadas em 2014 por conta de impostos municipais
(2)	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas 2014	2.472.686,29 €	
(3)	Imposto Único de Circulação 2014	895.774,98 €	
(4)	Contribuição Autárquica 2014	4,96 €	
(5)	SISA 2014	4.016,38 €	
(6)	Derrama 2014	0,00 €	Receitas arrecadadas em 2014 a título de derrama sobre o IRC
(7)	Sector Empresarial Local 2014	120.170,08 €	Receitas arrecadadas em 2014 pela participação de resultados no sector empresarial local
(8)	FEF + IRS 2014	7.383.017,00 €	Fundo Equilíbrio Financeiro 2014 + IRS 2014 (Mapa XIX do OE 2015 - Transferências para os Municípios)
(9)	Total de receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	17.823.527,48 €	(9) = somatório (1) a (8)
(10)	Limite ao endividamento de curto prazo	1.782.352,75 €	(10) = 10% * (9)
(11)	Limite ao endividamento de médio e longo prazos	17.823.527,48 €	(11) = 100% * (9)
(12)	Limite ao endividamento líquido	22.279.409,35 €	(12) = 125% * (9)

Para o apuramento dos valores constantes no cálculo dos limites ao endividamento municipal para 2015 foram consideradas as receitas brutas arrecadadas pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) no ano de 2014. Juntamente com este valor foi incluído o valor dos Fundos Municipais do Orçamento de Estado para 2014, no montante de 7.007.118,00 €. Estes limites têm um carácter permanente, uma vez que representam o somatório dos impostos directos e dos fundos municipais do OE/2015.

Quadro 32 – Situação face aos Limites ao Endividamento Municipal 2015

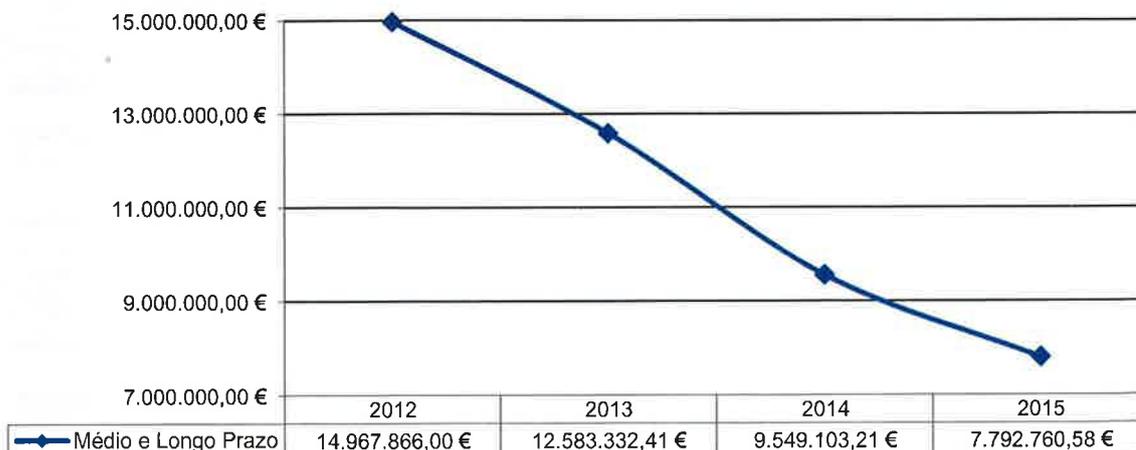
	Designação	2015	Observações
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazos	7.792.760,58 €	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos a médio e longo prazos
(2)	Endividamento líquido	4.060.834,99 €	Diferença entre passivos e activos financeiros (não se consideram as contas 2745, 2749 e 414)
(3)	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	450.238,54 €	Excepções - alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.ºs 5 a 7 do art.º 33.º do OE/2007
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00 €	Dívidas à EDP, consolidadas até Dezembro de 1988, excepcionados ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL
(5)	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	7.342.522,04 €	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados (5) = (1) - (3)
(6)	Endividamento líquido a considerar	3.610.596,45 €	Endividamento líquido a considerar, excluindo montantes legalmente excepcionados (6) = (2) - (3) - (4)
(A)	Endividamento médio e longo prazos	-10.481.005,44 €	(A) = (5) quadro 7 - (11) quadro 6
(B)	Endividamento líquido	-18.668.812,90 €	(B) = (6) quadro 7 - (12) quadro 6

O endividamento a médio e longo prazo, deduzido do capital em dívida excepcionado, foi de 7.342.522,04 €, valor inferior ao limite considerado no ponto 11 do quadro 28 (17.823.527,48 €), o que indica que no ano de 2015, a nível de endividamento de médio e longo, existiria uma margem positiva de 10.481.005,44 €.

Tendo em conta a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, (Antiga Lei das Finanças Locais) o endividamento líquido a considerar foi de 3.610.596,45 €, ficando abaixo do limite legal de 22.279.409,35 €, tendo o diferencial de 18.668.812,90 €.

12.3. – Endividamento a Médio e Longo Prazo

Gráfico 30 – Evolução da Dívida a Médio e Longo Prazo – 2012 a 2015



Durante o exercício de 2015 não se verificou a contabilização de novos empréstimos, facto pelo qual o valor em dívida decresceu devido à amortização de capital e juros efectuada durante este ano. Importa contudo referir que foi contratado um empréstimo a médio e longo prazo para a realização de diversos investimentos públicos, no valor de 4.390.010,44 €, cujo contrato foi assinado com o Banco Português de Investimentos a 15 de Setembro de 2015. Obteve autorização prévia da Assembleia Municipal de 12 de Junho de 2015, foi aprovado em reunião de câmara em 8 de Agosto de 2015 e aprovado em Assembleia Municipal a 28 de Agosto de 2015. Obteve visto do Tribunal de Contas a 19 de Novembro de 2015 (processo n.º 1997/2015). Refira-se que o valor deste empréstimo será disponibilizado a partir de 2016, sendo dessa forma contabilizado apenas no exercício seguinte.

12.4. – Dívida Total

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objectivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

A dívida total do município é obtida pela seguinte fórmula:

$$\text{Dívida total} = \text{dívida total de operações orçamentais} + \text{dívida total das entidades participadas pelo município};$$

Sendo que

$$\text{Dívida total de operações orçamentais} = \text{total das dívidas de 3.ºs no balanço} - \text{dívidas resultantes de operações não orçamentais}$$

O cálculo da dívida total de operações orçamentais é calculado da seguinte forma:

Quadro 33 – Dívida Total de Operações Orçamentais em 2015

Grupo de Endividamento	Conta POCAL	Prazo	Valor Final	Operações Não Orçamentais
10-Cauções	217-CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES	Não Orçamental	76.957,51 €	
3-Empréstimos	2312-DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Médio e Longo Prazo	7.792.760,58 €	
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	2421-TRABALHO DEPENDENTE	Não Orçamental	62.881,00 €	62.881,00 €
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	2422-TRABALHO INDEPENDENTE	Não Orçamental	1.218,83 €	1.218,83 €
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	2424-PREDIAIS	Não Orçamental	91,04 €	91,04 €
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	2425-...	Não Orçamental	0,00 €	
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	244-RESTANTES IMPOSTOS	Não Orçamental	155,80 €	155,80 €
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	245-CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	Não Orçamental	68.219,37 €	68.219,37 €
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	249-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	Não Orçamental	392,00 €	392,00 €
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	262-PESSOAL	Não Orçamental		
6-Estado e outros entes públicos (contas 24 a 263)	263-SINDICATOS	Não Orçamental	1.924,33 €	1.924,33 €
2-Factoring	2689-...	Curto Prazo	2.393.036,96 €	
4-Fornecedores (contas 221 a 228)	221-FORNECEDORES, C/C	Curto Prazo	187,66 €	
4-Fornecedores (contas 221 a 228)	228-FORNECEDORES - FACTURAS EM RECEPÇÃO E CONFERÊNCIA	Curto Prazo	318.250,26 €	
5-Fornecedores de imobilizado (contas 2611 a 2618)	2611-FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C	Curto Prazo	0,00 €	
5-Fornecedores de imobilizado (contas 2611 a 2618)	2618-...	Curto Prazo	200.777,69 €	
11-Outros	2681-...	Curto Prazo	213.338,00 €	
11-Outros	2681-...	Médio e Longo Prazo	1.066.682,36 €	
11-Outros	2684-CREDORES DE TRANSFERÊNCIAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	Curto Prazo	4.690,00 €	
11-Outros	2685-...	Não Orçamental	233.180,00 €	233.180,00 €
11-Outros	2686-...	Curto Prazo	204,00 €	
11-Outros	2687-...	Não Orçamental	44.602,64 €	44.602,64 €
11-Outros	2688-...	Não Orçamental	0,00 €	0,00 €
			12.479.548,03 €	412.665,01 €
Dívida Total de Operações Orçamentais				10.786.864,66 €

A dívida referente ao Fundo de Apoio Municipal (conta 2681) não releva para o cálculo da dívida total do município

A dívida total das entidades participadas pelo Município é obtida mediante o envio dos dados por parte das entidades participadas, compostas pelas seguintes entidades: AMAL, Município, Associação de Municípios Portugueses do Vinho, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico e Qualifica.

A dívida total do município é de 10.795.646,13€, incluindo as dívidas das entidades participadas.

Quadro 34 – Dívida Total

	2014	2015
Dívida do Município	13.317.214,20 €	10.786.864,66 €
Dívida das Entidades	12.093,59 €	8.781,47 €
Dívida Total	13.329.307,79 €	10.795.646,13 €

De acordo com o n.º 1 do art.º 52º, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, calculado da seguinte forma:

Quadro 35 – Limite à Dívida Total e Cálculo da Margem

Rubricas	2015
a Dívida Orçamental Total (31/12/2014)	14.810.568,56 €
b Fundo de Apoio Municipal	1.493.354,36 €
c Dívida das Entidades	12.093,59 €
d Dívida Total (d=a-b+c)	13.329.307,79 €
e Média da Receita Corrente Líquida (2012 a 2014)	27.100.937,18 €
f Limite de Endividamento (f=1,5*e)	40.651.405,78 €
g Margem de Endividamento 2015 (g=f-d)	27.322.097,99 €
h Margem Utilizável em 2015 (h=0,2*g)	5.464.419,60 €

Receita Corrente Líquida - 2012	25.987.214,29 €
Receita Corrente Líquida - 2013	27.002.752,26 €
Receita Corrente Líquida - 2014	28.312.845,00 €
Média (2012 - 2014)	27.100.937,18 €

Deste modo, perante estes valores é possível reconhecer que a dívida total existente é inferior ao seu limite, o que representa um factor positivo na situação financeira do Município.

De acordo com a al. b) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o município “só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios”. Apesar de o Município de Silves poder aumentar a dívida em 5.464.419,60 €, conseguiu reduzir a mesma em 2.533.861,31 €, para 10.795.446,48 €.

12.5. – Fundos Disponíveis

Quadro 36 – Fundos Disponíveis

	2015		
	Compromissos Assumidos	Compromissos Assumidos por Pagar	Fundos Disponíveis
Janeiro	7.358.539,65 €	5.577.803,99 €	1.551.713,38 €
Fevereiro	8.204.197,32 €	4.668.337,77 €	486.657,11 €
Março	9.510.003,03 €	3.799.726,60 €	1.611.629,30 €
Abril	11.938.060,89 €	4.193.041,73 €	939.442,81 €
Mai	15.485.204,25 €	5.566.721,09 €	547.850,46 €
Junho	17.764.960,60 €	4.276.004,86 €	1.397.718,33 €
Julho	20.589.518,95 €	4.381.988,09 €	929.533,85 €
Agosto	22.856.720,17 €	4.449.591,91 €	979.933,28 €
Setembro	25.049.657,56 €	4.324.086,38 €	1.092.807,54 €
Outubro	27.060.019,59 €	4.121.991,79 €	1.464.487,83 €
Novembro	29.118.155,08 €	3.560.080,12 €	2.373.591,60 €
Dezembro	31.607.590,33 €	2.669.243,81 €	2.894.167,00 €

Este indicador demonstra a capacidade de o Município de Silves realizar novos compromissos. Em 2015, o cálculo dos fundos disponíveis, manteve-se em valores positivos, tendo um aumento considerável no último trimestre de 2015.

12.6. – Compromissos Assumidos

Com base nos valores constantes nos mapas de controlo orçamental da despesa, importa realçar os seguintes dados:

Quadro 36 – Compromissos Assumidos

Compromissos Assumidos	2013	2014	2015
No exercício	30.764.002,25 €	31.982.591,25 €	31.607.590,33 €
Não pagos a 31 de Dezembro	2.889.313,07 €	2.408.607,90 €	2.669.243,81 €
Exercícios Futuros	1.999.212,10 €	13.658.920,40 €	11.791.269,48 €
Saldo para a gerência seguinte	3.316.845,98 €	2.727.015,24 €	4.062.156,53 €

No período entre 2013 a 2015, o saldo que transita para a gerência do ano seguinte tem sido sempre superior aos compromissos não pagos a 31 de Dezembro, evidenciando uma grande capacidade em pagar tais compromissos.

Verificou-se ainda um grande aumento dos compromissos para anos futuros a partir de 2014, que resultam da implementação dos planos de pagamentos do processo “Viga de Ouro”, da celebração de contratos de fornecimentos contínuos de energia eléctrica e combustíveis, contrato de leasing, entre outros.

Quadro 37 – Mapa de Empréstimos de Médio e Longo Prazo de 2015

8.3.6.1 - Empréstimos (a)

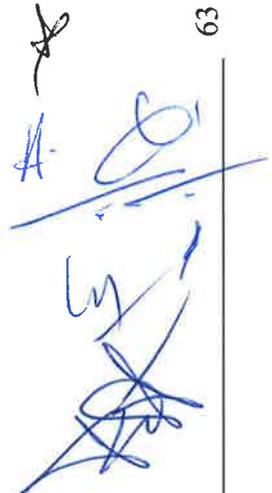
 Município de Silves
 (designação da autarquia)

Ano 2015

Caracterização do empréstimo (designação da autarquia)	Data de aprovação pela Ass. Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo contratado	Anos decorridos	Anos Remanescentes	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	CAPITAL		ENCARGOS DO ANO			Erros do ano vencidos e não pagos	Divida em 1 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro	Amortização média dos empréstimos	Obs.	
						N.º do Registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total						Juros de mora
						Inicial %	Actual %		Amortização	Juros	Total	Juros de mora							
Total																			
Médio e Longo Prazos (b)	30.06.98	16.07.98	20	17	3	26830	13.08.98	Repar. Danos Intemp. Out.-Nov. 97-DL 345/97	1.541.554,85	1.541.554,85	5,9796	5,85	110.940,85	0,00	110.940,85	0,00	340.499,21	113.499,74	BFI
	28.02.02	24.07.02	20	13	7	1371	04.07.02	Investimentos Diversos	3.749.388,97	3.749.388,97	3,876	0,79	229.124,25	0,00	247.671,24	0,00	1.669.781,92	238.540,27	CGD
	28.02.02	09.05.02	20	13	7	1372	04.07.02	Aquisição de Terrenos	1.335.681,00	1.335.681,00	3,875	0,497	81.700,07	0,00	85.253,56	0,00	584.602,59	83.514,66	CCA
	30.12.02	20.07.04	20	11	9	648	07.07.04	Pav. VNC 25 CM 1027 e CM 1077	226.678,70	215.821,46	1,00	0,92	10.835,70	0,00	12.031,13	0,00	97.521,32	10.835,70	CGD
	30.12.02	20.07.04	12	11	1	1198	07.07.04	Cam. Pico Alto/VNC 21 CM 1085 e CM 1086	150.013,47	133.540,81	1,00	0,92	12.218,01	0,00	12.461,91	0,00	12.218,01	12.218,01	CGD
	27.12.04	28.07.04	15	11	4	2525	17.02.05	Obras Municipais:Castelo Silves e Centro Histórico	515.470,00	515.470,00	2,619	0,46	43.073,76	0,00	44.471,69	0,00	173.202,60	43.800,65	CGD
	27.12.04	09.02.05	15	10	5	2180	03.11.05	Obras-Estacionamento Público Armazém de Pêra	82.735,00	82.735,00	2,545	0,423	6.747,99	0,00	9.183,23	0,00	34.227,93	6.845,59	BES
	29.09.06	26.07.06	20	9	11	2031	20.12.06	CM 1168, EN 526 e Arranjo Paisagístico Palácio Justiça	1.234.025,00	1.234.025,00	3,435	0,113	61.702,00	0,00	61.893,33	0,00	678.707,00	61.700,64	Sanander Total
	16.12.08	20.07.09	5	0	5	1157	20.07.09	Programa de Regularização de Dividas do Estab. - DCT F	6.000.000,00	6.000.000,00	0,606	0,338	1.200.000,00	0,00	1.221.565,00	0,00	4.200.000,00	840.000,00	DGTF
Total									14.835.546,99	14.808.217,09			1.756.342,63	49.129,31	1.805.471,94	0,00	7.792.760,58	1.410.955,25	

 Amortizações anuais relativamente à amortização média dos empréstimos 124%
 Valor dos juros retirados da conta 030 003

- (a) As colunas serão preenchidas quando se justifique
 (b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade
 (c) Utilizar (I) - se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N) no caso contrário



13. Análise da Situação Económica e Financeira do Município

Neste capítulo é considerada uma análise patrimonial evolutiva de bens, direitos e obrigações através da apresentação de mapas contabilísticos representativos do ativo, passivo e fundos próprios do Município, bem como os custos ocorridos e proveitos obtidos no decorrer da actividade ao longo de 2015. Igualmente foram calculados os indicadores económicos considerados mais relevantes nesta abordagem por forma a aferir acerca do posicionamento económico-financeiro do Município no final de 2015.

13.1. Análise da Situação Económica

Quadro 38 – Activo Imobilizado (Líquido)

BALANÇO		2015	%
Imobilizado		86.550.222,38 €	90,87%
Bens de domínio público		41.013.026,65 €	43,06%
451	Terrenos e recursos naturais	2.638.449,76 €	2,77%
452	Edifícios		
453	Outras construções e infra-estruturas	37.537.264,07 €	39,41%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	205.527,57 €	0,22%
459	Outros bens de domínio público		
445	Imobilizações em curso	631.785,25 €	0,66%
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		
Imobilizações incorpóreas		551.397,22 €	0,58%
431	Despesas de instalação		
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	306.837,18 €	0,32%
433	Propriedade industrial e outros direitos	180.309,58 €	0,19%
443	Imobilizações em curso	64.250,46 €	0,07%
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		
Imobilizações Corpóreas		41.703.941,40 €	43,78%
421	Terrenos e recursos naturais	3.925.838,80 €	4,12%
422	Edifícios e outras construções	34.575.276,34 €	36,30%
423	Equipamento básico	1.737.716,41 €	1,82%
424	Equipamento de transporte	224.146,22 €	0,24%
425	Ferramentas e utensílios	29.980,79 €	0,03%
426	Equipamento administrativo	128.232,38 €	0,13%
427	Taras e vasilhame		
429	Outras imobilizações corpóreas	893.486,49 €	0,94%
442	Imobilizações em curso	189.263,97 €	0,20%
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		
Investimentos Financeiros		3.281.857,11 €	3,45%
411	Partes de capital	1.763.502,75 €	1,85%
412	Obrigações e títulos de participação	1.518.354,36 €	1,59%
414	Investimentos em imóveis		
415	Outras aplicações financeiras		
441	Imobilizações em curso		
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		

Conforme consta no quadro acima apresentado, as rubricas de maior peso no ativo imobilizado correspondem a outras construções e infra-estruturas de domínio público e a edifícios e outras construções de domínio privado do Município.

Nesta rubrica do balanço é de salientar o aumento verificado ao nível de equipamento de transporte, tendo sido realizado algum investimento na aquisição viaturas para fazer face às necessidades existentes, facultando dessa forma mais meios para melhor desempenho das tarefas inerentes a cada um dos serviços municipais.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) passou a ser necessário proceder à consolidação de contas com as entidades detidas ou participadas.

A lista das entidades participadas pelo Município de Silves, bem como o respectivo valor e percentagem do capital social é o seguinte:

Quadro 39 – Entidades Participadas

	Denominação	Participação	
		Valor	%
1	Algar, SA	231.043,19 €	3,09%
2	Águas do Algarve, SA	1.156.033,64 €	3,73%
3	Municipia, SA	24.939,89 €	0,77%
5	Caixa Crédito Agríc. Mútuo de Silves	505,00 €	0,00041%
6	Pavilhão do Arade, SA	16.200,00 €	1,01%
	Soma de Controlo	1.428.721,72 €	

Dado que as percentagens de todas as participações são impeditivas de um controlo de forma directa ou indirecta das entidades ou de conseguir ter uma influência significativa (§19 a 22 da NCRF¹ 13), deverá proceder-se à consolidação das contas na devida proporção da participação ou detenção (n.º 6 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013). Para a referida consolidação deverá utilizar-se o método de Equivalência Patrimonial (§57 a 63 da NCRF¹ 13).

¹ Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

O Método de Equivalência Patrimonial aplica-se à participação social em 3 empresas, nomeadamente a Algar, SA, Águas do Algarve, SA e Município, SA, e foi obtido da seguinte forma:

Quadro 40 – Equivalência Patrimonial a Entidades Participadas

Denominação	Participação		Valor da Participação em 2014	Resultado Líquido do Exercício da Entidade	Resultado Líquido da Autarquia	Distribuição de Resultados em 2015	Valor Contabilizado (591)	Valor da Participação em 2015
	Valor	%						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(7)	(8)
1 Algar, SA	231.043,19 €	3,09%	356.992,93 €	267.279,84 €	8.258,95 €	8.148,87 €	112,28 €	357.105,21 €
2 Águas do Algarve, SA	1.156.033,64 €	3,73%	1.319.766,51 €	4.882.231,18 €	185.762,25 €	161.984,10 €	44.380,82 €	1.364.147,13 €
3 Município, SA	24.939,89 €	0,77%	25.262,92 €	36.686,81 €	282,49 €		282,49 €	25.545,41 €
5 Caixa Crédito Agríc. Mútuo de Silves	505,00 €	0,00434%	505,00 €	83.237,00 €		6,91 €		505,00 €
Soma de Controlo	1.428.721,72 €		1.702.527,36 €				44.775,39 €	1.747.302,75 €

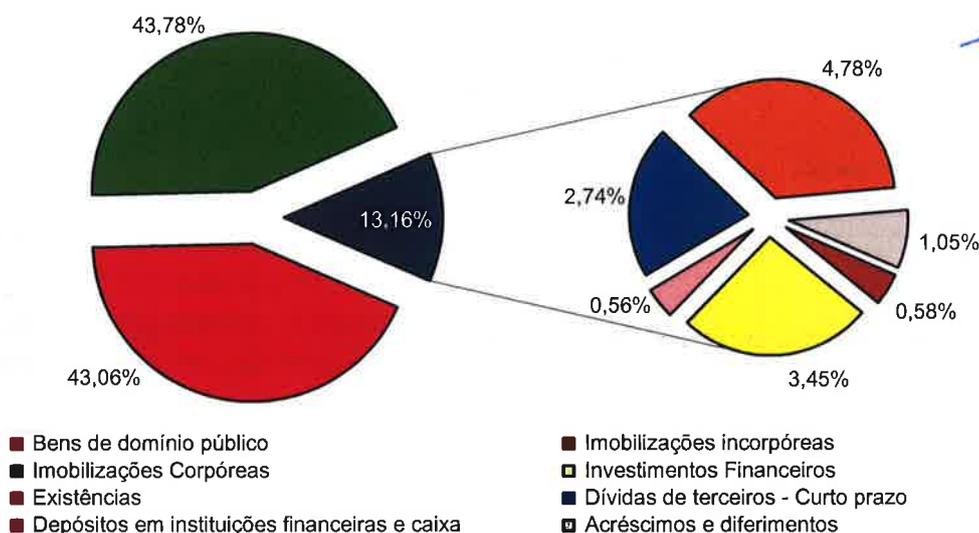
A Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Silves é uma cooperativa, cujo valor da participação social, em caso de venda da mesma, é garantida pela própria entidade, pelo valor de subscrição. A Pavilhão do Arade, SA, apesar das diligências efetuadas, não apresentou os documentos financeiros necessários para o cálculo da participação social.

Quadro 41 – Activo Circulante (Líquido)

BALANÇO		2015	%
	Circulante	8.699.392,59 €	9,13%
	Existências	533.515,49 €	0,56%
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	533.515,49 €	0,56%
35	Produtos e trabalhos em curso		
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
33	Produto acabados e intermédios		
32	Mercadorias		
37	Adiantamentos por conta de compras		
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00 €	0,00%
21812	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.613.463,46 €	2,74%
28	Empréstimos concedidos		
211	Clientes, c/c	1.956.484,29 €	2,05%
212	Contribuintes, c/c	217,07 €	
213	Utentes, c/c		
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	27,69 €	0,00%
251	Devedores pela execução do orçamento		
229	Adiantamentos a fornecedores		
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
24	Estado e outros entes públicos	656.734,41 €	0,69%
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores		0,00%
	Títulos negociáveis	0,00 €	0,00%
151	Ações		
152	Obrigações e títulos de participação		
153	Títulos de dívida pública		
159	Outros títulos		
18	Outras aplicações de tesouraria		
	Depósitos em instituições financeiras e caixa	4.551.779,05 €	4,78%
12	Depósitos em instituições financeiras	4.545.170,01 €	4,77%
11	Caixa	6.609,04 €	0,01%
	Acréscimos e diferimentos	1.000.634,59 €	1,05%
271	Acréscimos de proveitos	951.949,93 €	1,00%
272	Custos diferidos	48.684,66 €	0,05%
	Total do Activo	95.249.614,97 €	100,00%

Relativamente ao activo circulante assistiu-se em 2015 a um ligeiro aumento na sua representatividade no activo global, nomeadamente devido à contabilização efectuada de acréscimos de proveitos bem como o acréscimo do valor da conta de depósitos em instituições financeiras.

Gráfico 31 – Tipo de Activo



O gráfico acima permite concluir a existência de uma baixa rotatividade do ativo, uma vez que perto de 90% do mesmo corresponde a bens de imobilizado, nomeadamente bens de domínio público e imobilizações corpóreas.

Quadro 42 – Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS		58.700.027,38 €	61,63%
51	Património	20.664.013,42 €	21,69%
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas	1.641.652,17 €	1,72%
571	Reservas legais	1.641.652,17 €	1,72%
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	413.552,59 €	0,43%
576	Doações	1.536.128,93 €	1,61%
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	30.488.720,17 €	32,01%
88	Resultado líquido do exercício	3.955.960,10 €	4,15%

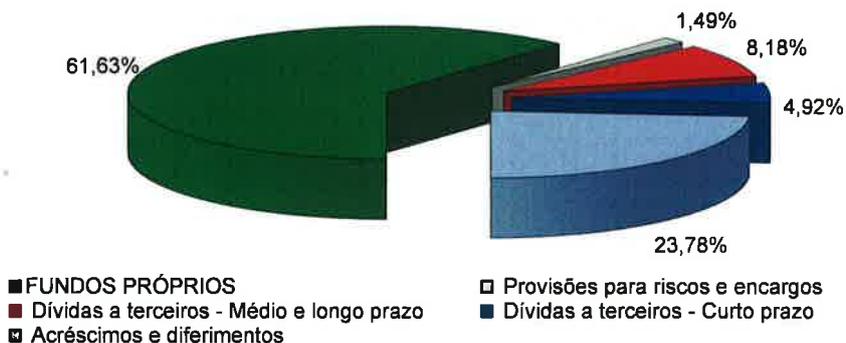
Os fundos próprios aumentaram em 2015 devido, principalmente, à contabilização de doações, no valor de 468.229,48 €, valor apurado após a avaliação realizada pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis, das cedências feitas ao Município de Silves ao abrigo dos Alvarás de Loteamento nos anos de 2013 e 2015, tendo-se procedido à respectiva contabilização.

Quadro 43 – Passivo

PASSIVO		36.549.587,59 €	38,37%
292	Provisões para riscos e encargos	1.416.390,78 €	1,49%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		7.792.760,58 €	8,18%
2312	Dívidas a instituições de crédito	7.792.760,58 €	8,18%
Dívidas a terceiros - Curto prazo		4.686.787,45 €	4,92%
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	187,66 €	0,00%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	318.250,26 €	0,33%
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	76.957,51 €	0,08%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		0,00%
24	Estado e outros entes públicos	132.958,04 €	0,14%
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	3.957.656,29 €	4,16%
2618	Facturas em recepção e conferência	200.777,69 €	0,21%
Acréscimos e diferimentos		22.653.648,78 €	23,78%
273	Acréscimos de custos	1.928.635,17 €	2,02%
274	Proveitos diferidos	20.725.013,61 €	21,76%
Total de Fundos Próprios e Passivo		95.249.614,97 €	100,00%

O Passivo baixou 3.769.272,92 € em relação ao ano de 2014, devido essencialmente à diminuição das dívidas a instituições de crédito (1.756.342,63 €) e de outros credores (977.550,80 €). Em sentido contrário, as provisões para riscos e encargos tiveram um ligeiro aumento (144.147,08 €).

Gráfico 32 – Tipo de Passivo + Capital Próprio

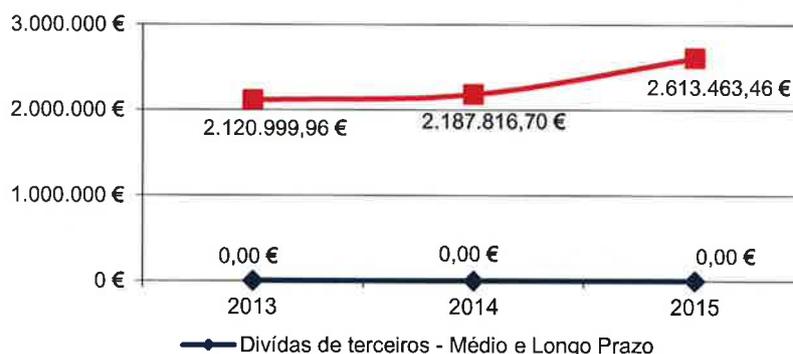


Quadro 44 – Evolução das Dívidas de Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo

		2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
					Valor	%
21812	Dívidas de terceiros - Médio e Longo Prazo					
	Cobrança em atraso médio/longo prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Dívidas de terceiros - Curto Prazo					
211	Clientes, c/c	1.432.784,19 €	1.516.334,65 €	1.956.484,29 €	440.149,64 €	29,03%
212	Contribuintes c/c			217,07 €	217,07 €	
21811	Cobrança em atraso curto prazo	6.960,73 €	457,04 €	27,69 €	-429,35 €	-93,94%
24	Estado e outros entes públicos	681.255,04 €	671.025,01 €	656.734,41 €	-14.290,60 €	-2,13%
262+263+267+268	Outros devedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	TOTAL	2.120.999,96 €	2.187.816,70 €	2.613.463,46 €	425.646,76 €	19,46%

Relativamente ao mapa acima apresentado, importa referir que a totalidade do valor de dívidas de terceiros-médio longo prazo contabilizadas na conta 21812 encontra-se devidamente provisionado a 100% na respectiva conta patrimonial 2912, cujo valor no final do ano é de 103.038,08 € conforme consta no Balanço.

Gráfico 33 – Evolução das Dívidas de Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo



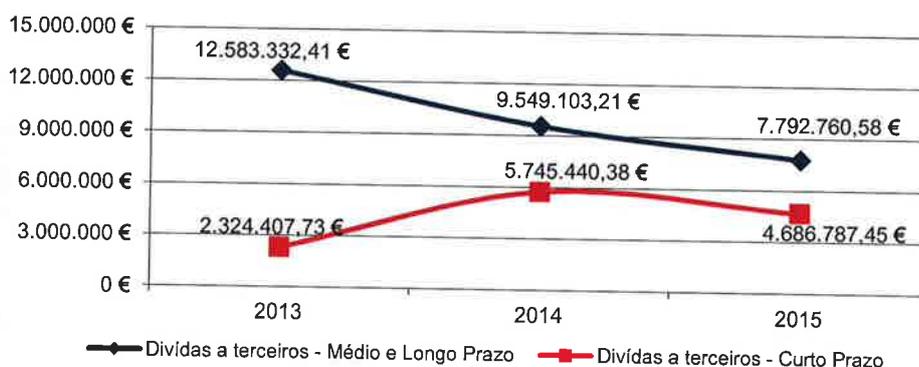
As dívidas de terceiros a curto prazo aumentaram ligeiramente em 2015 em cerca de 29,03%, com especial incidência para as dívidas de clientes c/c (mais 440 mil euros). A conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos reporta valores de IVA a recuperar por parte do Município.

As dívidas de terceiros a médio e longo prazo, conforme acima foi descrito, estão totalmente provisionadas.

Quadro 45 – Evolução das Dívidas a Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo

		2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
					Valor	%
2312	Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo					
	Dívidas a instituições de crédito	12.583.332,41 €	9.549.103,21 €	7.792.760,58 €	-1.756.342,63 €	-18,39%
	TOTAL	12.583.332,41 €	9.549.103,21 €	7.792.760,58 €	-1.756.342,63 €	-18,39%
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo					
221	Fornecedores, c/c	601.970,28 €	12.729,75 €	187,66 €	-12.542,09 €	-98,53%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	134.650,49 €	456.137,20 €	318.250,26 €	-137.886,94 €	-30,23%
217	Clientes e utentes c/ cauções	76.960,81 €	76.957,51 €	76.957,51 €	0,00 €	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	9.249,60 €	6.123,80 €	0,00 €	-6.123,80 €	-100,00%
24	Estado e outros entes públicos	145.989,48 €	133.334,66 €	132.958,04 €	-376,62 €	-0,28%
262+263+267+268	Outros credores	1.232.651,13 €	4.935.207,09 €	3.957.656,29 €	-977.550,80 €	-19,81%
2618	Fornecedores de imobilizado - Fact. recep. confer.	122.935,94 €	124.950,37 €	200.777,69 €	75.827,32 €	60,69%
	TOTAL	2.324.407,73 €	5.745.440,38 €	4.686.787,45 €	-1.058.652,93 €	-18,43%

Gráfico 34 – Evolução das Dívidas a Terceiros a Curto, Médio e Longo Prazo



Em 2015 verificou-se uma diminuição de 18,43% nas dívidas a terceiros de curto prazo, em grande medida devido ao pagamento de quase 1 milhão de euros da dívida de Outros Credores. As dívidas a longo prazo continuaram num sentido descendente, com a inexistência de novos empréstimos e amortização da dívida existente.

Quadro 46 – Acordos de Pagamento

Entidade	Natureza	Data Aprovação	Valor do Acordo	Valor pago previamente ao plano	Valor pago anos anteriores	Valor pago 2015	Valor em dívida	Última prestação
Banco Comercial Português, S.A.	Proc. Judicial 541/13.OTBSLV	27-12-2013	1.948.188,87 €	382.103,00 €	254.944,20 €	437.047,20 €	874.094,47 €	Dezembro 2017
Caixa Leasing e Factoring, S.A.	Proc. Judicial 2163/13.6TVLSB	26-09-2014	1.883.758,68 €		52.326,62 €	313.959,72 €	1.517.472,34 €	Janeiro 2020

No âmbito do processo judicial n.º 541/13.OTBSLV (Banco Comercial Português, S. A.), foi condenado o Município de Silves ao pagamento de 1.948.188,87 € respeitante a dívida comercial. Os valores em dívida respeitam a créditos provenientes da prestação de serviços/execução de empreitadas de obras públicas por parte do fornecedor/empreiteiro



Vida D'Ouro - Construções, Lda., que foram adquiridos pelo Banco Comercial Português, S. A.

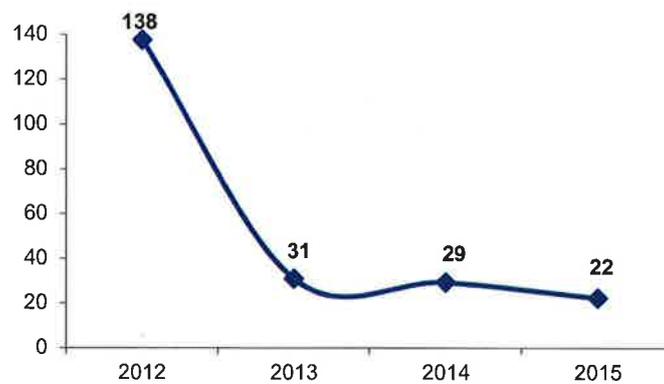
Por deliberação da Câmara Municipal de Silves de 18 de Dezembro de 2013 foi aprovada a minuta de acordo de pagamento para regularização da referida dívida e concedidos os poderes necessários à Presidente da Câmara Municipal de Silves para proceder à sua outorga.

Por deliberação da Assembleia Municipal de Silves de 27 de Dezembro de 2013, foi aprovada a minuta de acordo de pagamento para regularização da dívida que o Município de Silves possui para com o Banco Comercial Português, S. A. e consequentemente, os encargos plurianuais subjacentes ao cumprimento daquele acordo.

No âmbito do processo judicial n.º 2163/13.6TVLSB (Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira e de Crédito, S.A.), foi condenado o Município de Silves ao pagamento de 1.883.758,68 € respeitante a dívida comercial, quantia essa relativa às facturas vencidas e não pagas, respeitantes às cessões de créditos efectuadas pelo fornecedor/empreiteiro Viga D'Ouro – Construções, Lda. à Caixa Leasing e Factoring, S.A.

Por deliberação da Câmara Municipal de Silves de 10 de Setembro de 2014 foi aprovada, por unanimidade, a minuta de acordo de pagamento para regularização da referida dívida e concedidos os poderes necessários à Presidente da Câmara Municipal de Silves para proceder à sua outorga.

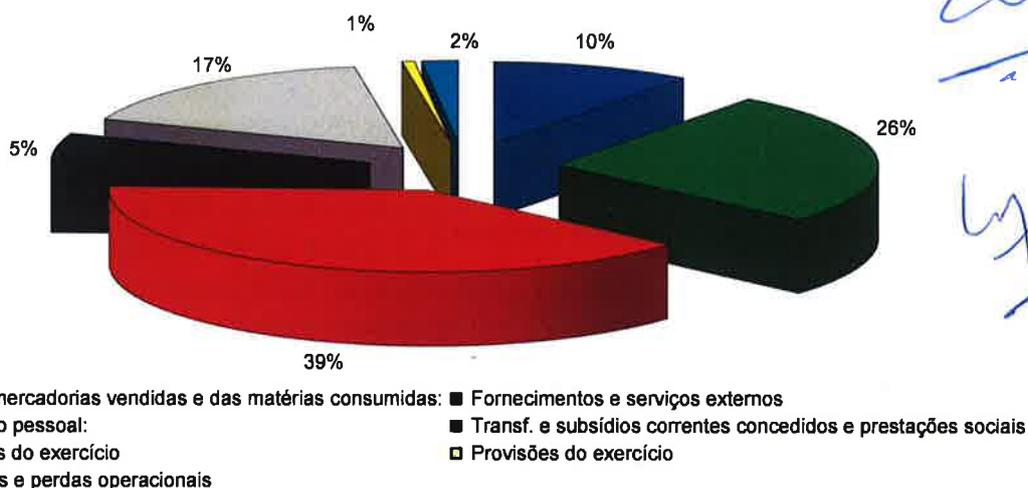
Por deliberação da Assembleia Municipal de Silves de 26 de Setembro de 2014, foi igualmente aprovada, por unanimidade, a minuta de acordo de pagamento para regularização da dívida que o Município de Silves possui para com a Caixa Leasing e Factoring, S. A., e simultaneamente, autorizados os encargos plurianuais subjacentes ao cumprimento daquele acordo.

Gráfico 35 – Prazo Médio de Pagamentos

De acordo com o gráfico anterior, manteve-se a mesma tendência de descida do prazo médio de pagamentos, factor positivo e representativo do controlo financeiro verificado ao longo do exercício de 2015.

Este resultado implicou que o spread final do empréstimo obtido do Estado ao abrigo do PREDE fixou-se em 0,3%. Refira-se que para o período de 2014 a 2018 o Município de Silves está obrigado a manter o prazo médio de pagamento abaixo do valor apurado para 2013 (31 dias), pelo que também cumpriu com esta obrigação.

Gráfico 36 – Custos e Perdas Operacionais



Conforme se verifica através do gráfico, os custos com pessoal representam a maior fatia na estrutura de custos do Município, apresentando igualmente a rubrica de fornecimentos e serviços externos uma percentagem considerável. No seu conjunto superam metade dos custos globais do exercício. Importa portanto evidenciar a sua relevância, numa análise mais aprofundada através de um sistema de contabilidade de custos, cuja implementação decorre no Município, como se faz referência no presente relatório.

Quadro 48 – Custos e Perdas Operacionais

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2015	2014
61	Custos merc. vendidas e mat. consumidas	2.914.000,01 €	2.778.930,74 €
62	Fornecimentos e serviços externos	7.594.694,35 €	7.159.462,19 €
63	Transf. sub. Cor. concedidos e prest. sociais	1.449.293,54 €	1.422.535,17 €
64	Custos com Pessoal	11.250.851,85 €	11.077.239,37 €
66	Amortizações do exercício	4.851.307,11 €	4.696.246,43 €
67	Provisões do exercício	182.156,88 €	1.158.170,42 €
65	Outros custos e perdas operacionais	526.853,26 €	434.422,86 €
	Resultados Operacionais	681.395,02 €	-1.644.726,29 €
		29.450.552,02 €	27.082.280,89 €

Depois de se ter verificado em 2014 um resultado operacional negativo, em 2015 apurou-se o valor positivo de 681.395,02 €, explicado pela grande redução das provisões do exercício, que compensou um ligeiro aumento dos custos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos.

Quadro 49 – Custos e Perdas Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2015	2014
681	Juros suportados	179.144,95 €	431.806,00 €
682	Perdas em entidades participadas	0,00 €	0,00 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €
688	Outros custos e perdas financeiros	29.948,26 €	27.677,32 €
	Resultados Financeiros	1.707.963,09 €	1.478.760,87 €
		1.917.056,30 €	1.938.244,19 €

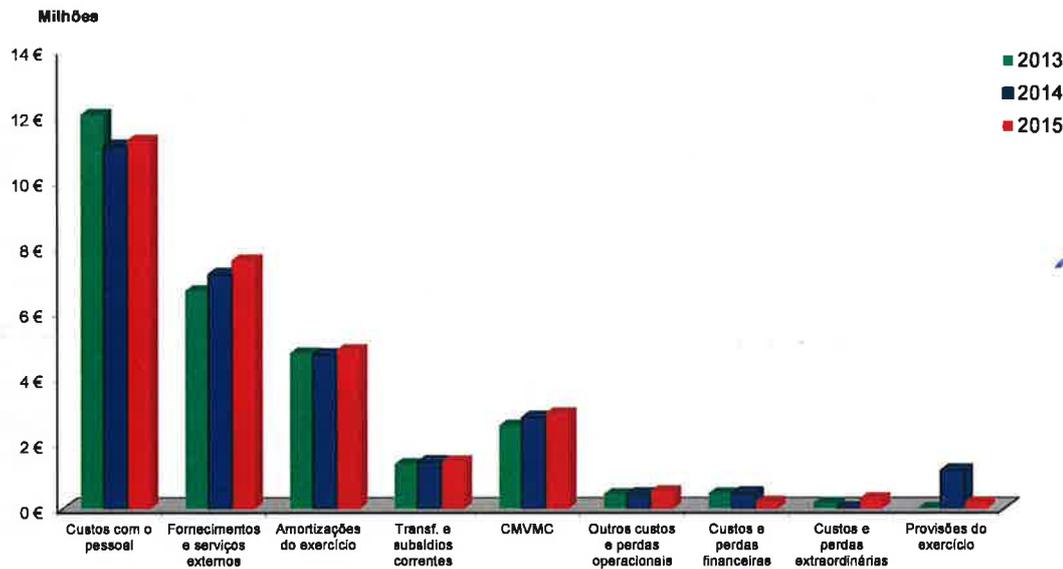
Os custos e perdas diminuíram 54,49% em 2015 comparativamente a 2014. A diminuição é explicada pela diminuição dos juros suportados pelos acordos de pagamentos e os juros de empréstimos bancários a médio e longo prazo.

Quadro 50 – Custos e Perdas Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	69.344,38 €	62.390,54 €
692	Dívidas incobráveis	0,00 €	103.376,03 €
693	Perdas em existências	62.547,79 €	49.455,19 €
694	Perdas em imobilizações	13.652,88 €	31.710,15 €
695	Multas e penalidades	600,00 €	556,00 €
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00 €	0,00 €
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	7.510,01 €	176.905,70 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	159.270,24 €	128.522,61 €
	Resultados extraordinários	1.566.601,99 €	790.256,60 €
		1.879.527,29 €	1.343.172,82 €

Os custos e perdas extraordinários sofreram uma redução de 56,60%, devido essencialmente à inexistência de valores contabilizados na rubrica de dívidas incobráveis, bem como uma efectiva redução de lançamentos inerentes a correcções relativas a exercícios anteriores. Desta forma, os resultados extraordinários aumentaram cerca de 50%.

Gráfico 37 – Evolução dos Custos e Perdas



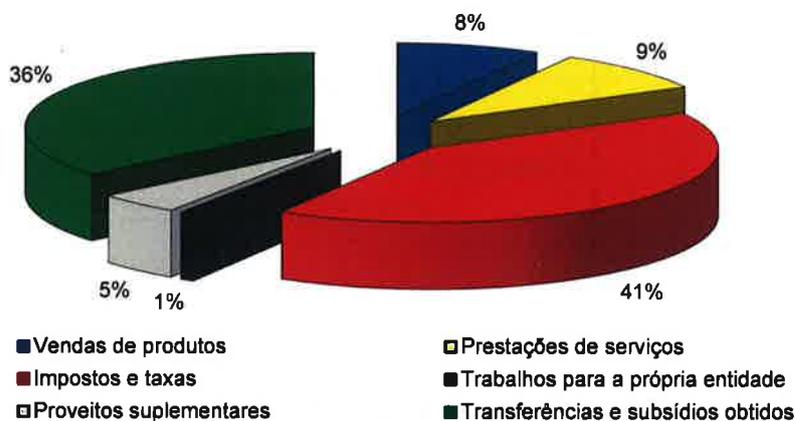
Os Custos com Pessoal aumentaram 1,57%, os fornecimentos e serviços externos aumentaram 3,79% e as amortizações do exercício aumentaram 3,3%. Em sentido contrário as Provisões do Exercício diminuíram 84,27%, os Custos e Perdas Financeiros diminuíram 54,49 %.

Quadro 51 – Proveitos e Ganhos

		2015	
PROVEITOS E GANHOS			
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Vendas de mercadorias	0,00 €	
7112+7113	Vendas de produtos	2.369.635,85 €	
712	Prestações de serviços	2.671.553,15 €	5.041.189,00 €
72	Impostos e taxas	12.192.367,74 €	
75	Trabalhos para a própria entidade	236.227,13 €	
73	Proveitos suplementares	1.362.453,10 €	
74	Transferências e subsídios obtidos	10.618.315,05 €	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	24.409.363,02 €
	(B)		29.450.552,02 €
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.917.056,30 €	1.917.056,30 €
	(D)		31.367.608,32 €
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.879.527,29 €	1.879.527,29 €
	(F)		33.247.135,61 €
	Resumo:		
	Resultados operacionais (B)-(A)		681.395,02 €
	Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		1.707.963,09 €
	Resultados correntes (D)-(C)		2.389.358,11 €
	Resultado líquido do exercício (F)-(E)		3.955.960,10 €

Os proveitos e ganhos operacionais representam 88,58% da totalidade dos proveitos, seguido pelos proveitos e ganhos financeiros com 5,77% e extraordinários com 5,65%. Relativamente aos proveitos, apresenta-se de seguida os elementos fundamentais para uma análise à sua composição.

Gráfico 38 – Proveitos e Ganhos Operacionais



A composição de proveitos manteve os parâmetros de 2014, sendo a rubrica com mais peso os impostos e taxas, nomeadamente pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) com 41%, seguido das transferências e subsídios obtidos (36%). As vendas de produtos e prestações de serviços representaram apenas 17%, valor idêntico ao ano transacto.

Quadro 52 – Proveitos e Ganhos Operacionais

Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014
711	Vendas de produtos	2.369.635,85 €	1.930.173,33 €
712	Prestações de serviços	2.671.553,15 €	2.208.727,65 €
72	Impostos e taxas	12.192.367,74 €	11.055.966,10 €
75	Trabalhos para a própria entidade	236.227,13 €	240.867,37 €
73	Proveitos suplementares	1.362.453,10 €	1.359.993,83 €
74	Transferências e subsídios obtidos	10.618.315,05 €	10.286.552,61 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	0,00 €
		29.450.552,02 €	27.082.280,89 €

Os proveitos e ganhos operacionais mantêm desta forma a mesma tendência, aumentando cerca de 8,74%, em virtude do aumento dos impostos e taxas (10,28%), das vendas de

produtos (22,77%) e das prestações de serviços (20,95%), diminuindo ligeiramente o valor apurado de trabalhos para a própria entidade (-1,93%).

Quadro 53 – Proveitos e Ganhos Financeiros

Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014
781	Juros obtidos	1.456,09 €	4.875,23 €
782	Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00 €
783	Rendimentos de imóveis	1.721.484,12 €	1.782.911,15 €
784	Rendimentos de participações de capital	170.117,68 €	120.170,08 €
785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00 €	0,00 €
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	29,45 €
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	23.998,41 €	30.258,28 €
		1.917.056,30 €	1.938.244,19 €

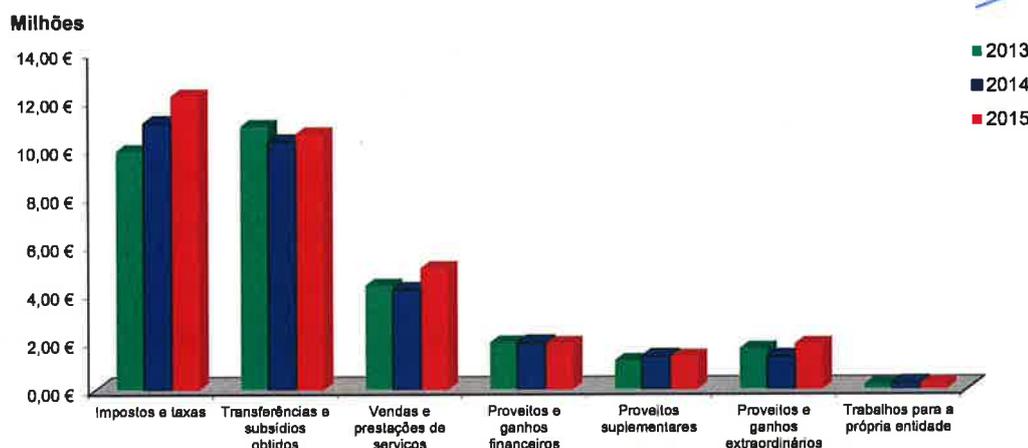
Os proveitos e ganhos financeiros diminuíram apenas 1,09%, considerando uma ligeira redução a nível dos rendimentos de imóveis, tendo por outro lado aumentado a rubrica de rendimentos de participações de capital.

Quadro 54 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014
791	Restituições de impostos	0,00 €	0,00 €
792	Recuperação de dívidas	0,00 €	0,00 €
793	Ganhos em existências	42.503,40 €	47.562,44 €
794	Ganhos em imobilizações	289.319,56 €	0,00 €
795	Benefícios de penalidades contratuais	44.482,62 €	69.430,60 €
796	Reduções de amortizações e de provisões	36.952,02 €	151.050,38 €
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	23.356,96 €	66.073,95 €
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.442.912,73 €	1.009.055,45 €
		1.879.527,29 €	1.343.172,82 €

Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram 39,93%, resultado do aumento de 43% nos outros proveitos e ganhos extraordinários e os ganhos em imobilizações. Por outro lado diminuíram as reduções em amortizações e provisões (-75,54%), as correcções relativas a exercícios anteriores (-64,65%) e benefícios de penalidades contratuais (-35,93%).

Gráfico 39 – Evolução dos Proveitos e Ganhos



Relativamente à evolução dos Proveitos e Ganhos, verificou-se um aumento nos impostos e taxas (10,28%), nas vendas e prestações de serviços (21,8%) e nos proveitos e ganhos extraordinários (39,93%). Em sentido contrário, diminuíram os proveitos e ganhos financeiros (-1,09%) e os trabalhos para a própria entidade (-1,93%).

Em termos globais, os Proveitos e Ganhos em 2015 foram de 33.247.135,61 €, tendo apresentado no ano anterior o montante de 30.363.697,90 €, verificando-se desta forma um ligeiro aumento na ordem dos 3 milhões de euros.

13.3. Contabilidade de Custos

De acordo com o ponto 2.8.3.1 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL) a contabilidade de custos passou a ser obrigatória para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. Regra geral, este ramo da contabilidade tem sido de difícil aplicação em organizações tão complexas como o são as autarquias, sendo as regras e procedimentos definidos neste sistema, por vezes, inflexíveis e, em algumas matérias, escassos e exigentes a nível de produção de informação interna, cuja implementação passa pelo ajustamento e alteração de muitos dos procedimentos que até ao momento eram norma na generalidade dos Municípios.

Este sistema contabilístico é extremamente importante para auxiliar o processo racional de tomada de decisão por parte dos gestores e administradores autárquicos. No entanto, os

outputs e informação extraída deste ramo da contabilidade pode ser útil na tomada de decisões em diversas áreas e para vários objectivos. Assim sendo, para que a informação produzida seja pertinente e útil, a sua recolha deve ser permanente, referente às várias funções/actividades existentes e desenvolvidas no Município, complementando sempre tal informação com outros dados considerados relevantes. Estes dados são obtidos através das demonstrações financeiras tradicionais (contabilidade patrimonial), tendo a contabilidade de custos o papel de complementar estas informações, discriminando-as de acordo com as necessidades da gestão e de informação específica.

Com efeito, a informação obtida através da contabilidade de custos é importante na fase de controlo, pretende facilitar a medição da eficiência, eficácia e economia com que se utilizam os recursos ao dispor da autarquia, permitindo, deste modo, melhorar e racionalizar a gestão destes recursos, sempre com o objectivo de redução eficiente e racional de custos.

O Município de Silves encontra-se numa fase de optimização e aperfeiçoamento da implementação deste sistema contabilístico através da reconciliação contabilística referente a totalidade dos custos contabilizados nas respectivas contas da classe 6. Além disso, está em desenvolvimento o ajustamento de diversos procedimentos que visam a recolha e posterior análise e contabilização de informação acerca da actividade dos serviços operacionais da Divisão de Obras Municipais e Trânsito e da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente. Pretende-se deste modo proceder gradualmente ao apuramento de valores específicos, detalhados e reais de obras e de bens e serviços prestados.

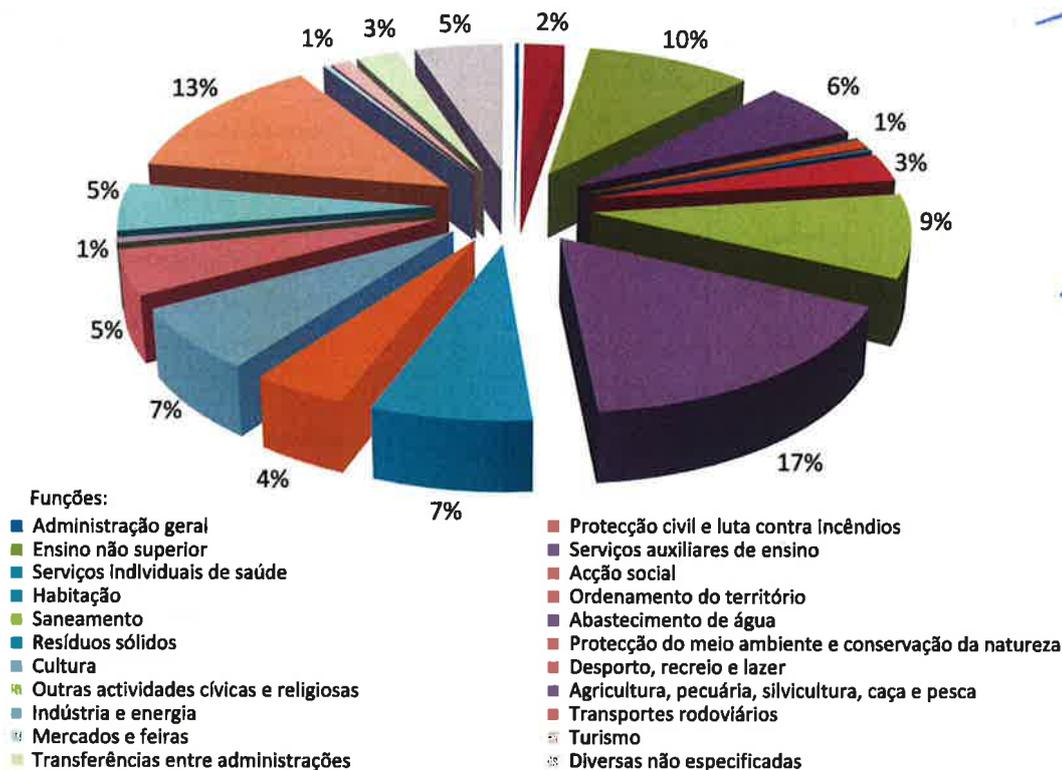
Neste âmbito, a informação trabalhada no decorrer do exercício de 2015 permitiu proceder ao apuramento de custos por função, tendo sido reconciliados e imputados os custos directos e indirectos a bens e serviços, bem como os custos indirectos a funções, conforme se apresenta no quadro abaixo.

Quadro 55 – Imputação de custos por Função

			2015
111	Administração geral	Diretos a Bens e Serviços	53.205,07 €
		Indiretos a Bens e Serviços	7.423,15 €
		C. Indiretos a Funções	0,00 €
			60.628,22 €
121	Protecção civil e luta contra incêndios	Diretos a Bens e Serviços	353.266,19 €
		Indiretos a Bens e Serviços	163.437,47 €
		C. Indiretos a Funções	72.600,20 €
			589.303,86 €
211	Ensino não superior	Diretos a Bens e Serviços	2.007.173,77 €
		Indiretos a Bens e Serviços	137.319,03 €
		C. Indiretos a Funções	301.854,25 €
			2.446.347,05 €
212	Serviços auxiliares de ensino	Diretos a Bens e Serviços	1.307.025,91 €
		Indiretos a Bens e Serviços	84.926,15 €
		C. Indiretos a Funções	200.963,80 €
			1.592.915,86 €
221	Serviços individuais de saúde	Diretos a Bens e Serviços	13.724,08 €
		Indiretos a Bens e Serviços	0,00 €
		C. Indiretos a Funções	1.829,17 €
			15.553,25 €
232	Acção social	Diretos a Bens e Serviços	105.738,51 €
		Indiretos a Bens e Serviços	118.751,06 €
		C. Indiretos a Funções	32.140,09 €
			256.629,66 €
241	Habitação	Diretos a Bens e Serviços	17.922,99 €
		Indiretos a Bens e Serviços	49.903,84 €
		C. Indiretos a Funções	9.582,28 €
			77.409,11 €
242	Ordenamento do território	Diretos a Bens e Serviços	0,00 €
		Indiretos a Bens e Serviços	768.617,94 €
		C. Indiretos a Funções	0,00 €
			768.617,94 €
243	Saneamento	Diretos a Bens e Serviços	1.992.455,99 €
		Indiretos a Bens e Serviços	8.032,72 €
		C. Indiretos a Funções	280.734,70 €
			2.281.223,41 €
244	Abastecimento de água	Diretos a Bens e Serviços	3.693.013,41 €
		Indiretos a Bens e Serviços	15.244,78 €
		C. Indiretos a Funções	521.134,76 €
			4.229.392,95 €
245	Resíduos sólidos	Diretos a Bens e Serviços	1.601.866,69 €
		Indiretos a Bens e Serviços	16.748,09 €
		C. Indiretos a Funções	227.284,18 €
			1.845.898,96 €

			2015
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	Diretos a Bens e Serviços	948.486,62 €
		Indiretos a Bens e Serviços	6.159,33 €
		C. Indiretos a Funções	133.188,90 €
			1.087.834,85 €
251	Cultura	Diretos a Bens e Serviços	1.156.640,54 €
		Indiretos a Bens e Serviços	362.257,71 €
		C. Indiretos a Funções	212.552,92 €
			1.731.451,17 €
252	Desporto, recreio e lazer	Diretos a Bens e Serviços	610.646,11 €
		Indiretos a Bens e Serviços	456.548,86 €
		C. Indiretos a Funções	150.883,18 €
			1.218.078,15 €
253	Outras actividades cívicas e religiosas	Diretos a Bens e Serviços	654,82 €
		Indiretos a Bens e Serviços	47,40 €
		C. Indiretos a Funções	83,01 €
			785,23 €
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	Diretos a Bens e Serviços	86.960,96 €
		Indiretos a Bens e Serviços	40.095,05 €
		C. Indiretos a Funções	17.875,97 €
			144.931,98 €
320	Indústria e energia	Diretos a Bens e Serviços	1.106.716,36 €
		Indiretos a Bens e Serviços	37.083,23 €
		C. Indiretos a Funções	160.911,37 €
			1.304.710,96 €
331	Transportes rodoviários	Diretos a Bens e Serviços	2.720.376,85 €
		Indiretos a Bens e Serviços	246.167,08 €
		C. Indiretos a Funções	426.947,92 €
			3.393.491,85 €
341	Mercados e feiras	Diretos a Bens e Serviços	35.437,66 €
		Indiretos a Bens e Serviços	38.053,78 €
		C. Indiretos a Funções	10.321,63 €
			83.813,07 €
342	Turismo	Diretos a Bens e Serviços	58.090,19 €
		Indiretos a Bens e Serviços	192.497,38 €
		C. Indiretos a Funções	35.874,64 €
			286.462,21 €
420	Transferências entre administrações	Diretos a Bens e Serviços	560.715,48 €
		Indiretos a Bens e Serviços	0,00 €
		C. Indiretos a Funções	78.264,57 €
			638.980,05 €
430	Diversas não especificadas	Diretos a Bens e Serviços	43.911,66 €
		Indiretos a Bens e Serviços	1.098.595,58 €
		C. Indiretos a Funções	163.567,18 €
			1.306.074,42 €
TOTAL		Diretos a Bens e Serviços	18.474.029,86 €
		Indiretos a Bens e Serviços	3.847.909,63 €
		C. Indiretos a Funções	3.038.594,72 €
			25.360.534,21 €

Gráfico 40 – Custos por Função em Percentagem



Em termos percentuais as funções mais representativas na estrutura global de custos por funções são o abastecimento de água (244) com 17%, seguido dos transportes rodoviários (331) com 13%, ensino não superior (211) com 10%, saneamento (243) com 9%, resíduos sólidos (245) com 7% e cultura (251) também com 7%. Salieta-se que no seu conjunto, os custos apurados nas cinco funções identificadas representam aproximadamente 50% dos custos imputados através deste sistema contabilístico, permitindo concluir que a função de abastecimento de água foi onde se verificou uma maior intervenção no sentido de garantir melhores condições na rede de abastecimento de água aos munícipes, sendo igualmente de referir a intervenção efectuada na rede viária municipal, tendo sido estes os principais focos de intervenção dos serviços no decorrer de 2015. Para melhor enquadramento e análise, no anexo V consta o mapa de custos por função obtido da aplicação informática de acordo com contabilização/imputação de custos efetuada através do sistema de contabilidade de custos.

14. Balanço

Município de Silves					
BALANÇO					
ANO : 2015					
Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2015			2014
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	2.638.449,76		2.638.449,76	2.168.192,76
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	72.505.225,40	34.967.961,33	37.537.264,07	40.237.460,05
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	220.578,21	15.050,64	205.527,57	130.237,27
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	631.785,25		631.785,25	327.544,76
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		75.996.038,62	34.983.011,97	41.013.026,65	42.861.434,86
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	4.102.154,33	3.795.317,15	306.837,16	516.056,46
433	Propriedade Industrial e outros direitos	1.297.315,33	1.117.005,75	180.309,56	145.675,29
443	Imobilizações em curso	64.250,46		64.250,46	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações Incorpóreas				
		5.463.720,12	4.912.322,90	551.397,22	661.731,75
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	3.925.838,80		3.925.838,80	3.932.762,72
422	Edifícios e outras construções	42.652.639,35	8.277.363,05	34.575.276,34	34.996.592,67
423	Equipamento básico	10.212.786,06	8.475.069,67	1.737.716,41	1.684.919,24
424	Equipamento de transporte	2.425.088,06	2.200.941,84	224.146,22	127.963,14
425	Ferramentas e utensílios	328.985,37	299.004,58	29.980,79	24.664,11
426	Equipamento administrativo	1.679.042,66	1.550.810,30	128.232,36	98.918,82
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	2.161.055,07	1.267.568,58	893.488,49	734.867,01
442	Imobilizações em curso	189.263,97		189.263,97	165.805,94
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		63.774.699,42	22.070.758,02	41.703.941,40	41.786.493,65
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1.763.502,75		1.763.502,75	1.718.727,36
412	Obrigações e títulos de participação	1.518.354,36		1.518.354,36	1.518.354,36
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.281.857,11	0,00	3.281.857,11	3.237.081,72
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	533.515,49		533.515,49	550.781,37
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				

Município de Silves					
BALANÇO					
ANO : 2015					
Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2015			2014
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		533.515,49	0,00	533.515,49	550.781,37
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
21812	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	103.038,08	103.038,08		
		103.038,08	103.038,08	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Cientes, c/c	1.956.484,29		1.956.484,29	1.516.334,65
212	Contribuintes, c/c	217,07		217,07	
213	Utentes, c/c				
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	55,39	27,70	27,69	228,52
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	656.734,41		656.734,41	671.025,01
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores				
		2.613.491,16	27,70	2.613.463,46	2.187.588,18
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	4.545.170,01		4.545.170,01	3.178.599,17
11	Caixa	6.609,04		6.609,04	32.391,10
		4.551.779,05		4.551.779,05	3.210.990,27
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	951.949,93		951.949,93	203,38
272	Custos diferidos	48.684,66		48.684,66	72.370,79
		1.000.634,59		1.000.634,59	72.574,17
	Total de amortizações		61.966.092,89		
	Total de provisões		103.065,78		
	Total do activo	157.318.773,84	62.069.158,67	95.249.614,97	94.548.675,93

Município de Silves		ANO : 2015	
BALANÇO		Exercícios	
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2015	2014
	Fundos próprios		
51	Património	20.664.013,42	20.662.766,43
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.641.652,17	1.610.437,81
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	413.552,59	413.552,59
576	Doações	1.536.128,93	1.067.899,49
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	30.488.720,17	29.850.868,16
88	Resultado líquido do exercício	3.955.960,10	624.291,18
		58.700.027,36	54.229.815,42
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	1.416.390,76	1.272.243,70
		1.416.390,76	1.272.243,70
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	7.792.760,56	9.549.103,21
		7.792.760,56	9.549.103,21
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	187,66	12.729,75
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	318.250,26	456.137,20
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	76.957,51	76.957,51
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		6.123,80
24	Estado e outros entes públicos	132.958,04	133.334,68
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	3.957.656,29	4.935.207,09
2618	Facturas em Recepção e Conferência	200.777,69	124.950,37
		4.686.787,45	5.745.440,38
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.928.635,17	1.586.026,09

Município de Silves			
BALANÇO		ANO : 2015	
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
274	Proveitos diferidos	20.725.013,61	22.166.047,13
		22.653.648,78	23.752.073,23
	Total dos fundos próprios e do passivo	95.249.614,97	94.548.675,93
<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em ... de de</p>		<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em ... de de</p>	

15. Demonstração de Resultados

Município de Silves
Demonstração de resultados

ANO : 2015

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2015		2014	
Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	2.914.000,01	2.914.000,01	2.778.930,74	2.778.930,74
62	Fornecimentos e serviços externos	7.594.694,35		7.159.462,19	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	8.749.791,12		8.728.052,15	
643 a 648	Encargos sociais	2.501.060,73	18.845.546,20	2.349.187,22	18.236.701,56
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.449.293,54	1.449.293,54	1.422.535,17	1.422.535,17
66	Amortizações do exercício	4.851.307,11		4.696.246,43	
67	Provisões do exercício	182.156,88	5.033.463,99	1.158.170,42	5.854.416,85
65	Outros custos e perdas operacionais	526.853,26	526.853,26	434.422,86	434.422,86
	(A)		28.769.157,00		28.727.007,18
68	Custos e perdas financeiras	209.093,21	209.093,21	459.483,32	459.483,32
	(C)		28.978.250,21		29.186.490,50
69	Custos e perdas extraordinárias	312.925,30	312.925,30	552.916,22	552.916,22
	(E)		29.291.175,51		29.739.406,72
88	Resultado líquido do exercício	0,00	3.955.960,10	0,00	624.291,18
			33.247.135,61		30.363.697,90
Proveitos e Ganhos					
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	2.369.635,85		1.930.173,33	
712	Prestações de serviços	2.671.553,15	5.041.189,00	2.208.727,65	4.138.900,98
72	Impostos e taxas	12.192.367,74		11.055.966,10	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	236.227,13		240.867,37	
73	Proveitos suplementares	1.362.453,10		1.359.993,83	
74	Transferências e subsídios obtidos	10.618.315,05		10.286.552,51	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	24.409.363,02	0,00	22.943.379,91
	(B)		29.450.552,02		27.082.280,89
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.917.056,30	1.917.056,30	1.938.244,15	1.938.244,15
	(D)		31.367.608,32		29.020.525,08
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.879.527,29	1.879.527,29	1.343.172,85	1.343.172,82
	(F)		33.247.135,61		30.363.697,90

Resultado:

Resultados operacionais: (B)-(A):	681.395,02	-1.644.726,29
Resultados financeiros: (D)-(B)-(C)-(A):	1.707.963,09	1.478.760,87
Resultados correntes: (D)-(C):	2.389.358,11	-165.965,42
Resultados líquido do exercício: (F)-(E):	3.955.960,10	624.291,18

16. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2. – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

No enquadramento da análise ao balanço e demonstração de resultados evidenciados na conta de gerência, tendo sido considerados os princípios contabilísticos definidos no POCAL, foram elaborados os seguintes esclarecimentos, através dos quais se pretende clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na análise aos mapas contabilísticos. As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial prevista no ponto n.º 8 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro e respectivas alterações. As notas não mencionadas não são aplicáveis ou respeitam a factos ou situações que se considera não existir informação que justifique a sua divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

8.2.1. – Relativamente a disposições do POCAL que tenham sido derrogadas, importa referir que a implementação da contabilidade de custos conforme prevista no ponto 2.8.3 do POCAL não se encontra concluída, tendo sido desenvolvido trabalho no sentido de se apurar custos por funções e bens ou serviços, essencialmente em termos de custos diretos de materiais.

Relativamente às rubricas de mão-de-obra e máquinas e viaturas, bem como outros custos indiretos, gradualmente têm sido ajustados os procedimentos através da reconciliação contabilística das contas de custos, embora neste momento não estejam totalmente refletidos todos os custos verificados no decorrer do exercício.

No cômputo geral, para além das dificuldades de avaliação e inventariação do património, devidamente justificadas, não foi derrogada qualquer outra disposição do POCAL que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos fundos próprios da autarquia. Contudo, existem ainda imóveis que não se encontram devidamente inventariados nem registados na competente Conservatória do Registo Predial devido a razões administrativo/legais de grande complexidade, embora tenham sido considerados no inventário e consequentemente nas contas de imobilizado o valor de alguns investimentos efectuados em imóveis que até ao momento não foi possível proceder ao registo.

8.2.2. – Neste ponto importa salientar que a conta 271 - Acréscimo de proveitos, conforme consta no Balanço, foi utilizada neste exercício económico tendo em conta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Foram nesta rubrica contabilizados valores referentes a receita de transferências provenientes da Administração Tributária relativos aos meses de Novembro e Dezembro, que darão entrada apenas em 2016, nomeadamente 878.747,10 € (Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis); 780,76 € (Imposto municipal SISA); 15.284,31 € (Imposto municipal sobre imóveis) e 55.280,25 € (Imposto único de circulação).

8.2.3. – Critérios Valorimétricos e Métodos de Amortizações e Provisões

Os principais critérios de valorimetria e métodos de cálculo de amortizações e provisões utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem as despesas de investigação e desenvolvimento relacionadas com projectos, registadas ao custo de aquisição, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês da sua aquisição ou início de utilização, num período máximo de cinco anos, de acordo com a Portaria n.º 671/2000 (2.ª série) – CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou produção, de acordo com as disposições legais. A amortização destes activos é calculada de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento, de acordo com a Portaria n.º 671/2000 (2.ª série) – CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Os encargos com a manutenção e reparação de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do imobilizado corpóreo são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos.

c) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou de produção e custeadas à saída do armazém ao custo médio ponderado.

d) Provisão para Dívidas de Cobrança Duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é constituída/reforçada tendo em consideração a avaliação dos riscos estimados pela não cobrança dos valores a receber de clientes e outros devedores. A constituição de provisões para cobranças duvidosas tem subjacente o risco de não cobrança das dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses.

O montante anual acumulado para cobertura de dívidas de terceiros é determinado pelas seguintes percentagens: 50% para as dívidas em mora há mais de seis meses e até doze meses; 100% para dívidas em mora há mais de doze meses.

e) Subsídios para Financiamento de Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público

As transferências de capital recebidas para o financiamento de imobilizações corpóreas e imobilizações de bens de domínio público, são registadas no passivo como proveitos diferidos, na rubrica “acréscimos e diferimentos”, e são reconhecidos em resultados extraordinários proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas e imobilizações de bens de domínio público subsidiadas.

f) Subsídios de Férias

Os encargos com férias (mês e subsídio de férias) e correspondentes encargos sociais são registados como custo do período em que os funcionários adquirem o direito ao seu recebimento, sendo incluídos no balanço na rubrica “acréscimos de custos”.

g) Trabalhos para a Própria Entidade

Os custos internos (materiais) incorridos na formação do activo imobilizado são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração de resultados na rubrica “Trabalhos para a própria entidade”

8.2.6. – Contas 431 (Despesas de Instalação) e 432 (Despesas de Investigação e Desenvolvimento)

431 - Despesas de Instalação

Não se verificou qualquer registo nesta rubrica.

432 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento

Esta conta regista os valores relacionados com os projectos das obras em execução ou a executar. O valor da movimentação anual nesta conta foi de 22.865,55 €, pelo que o saldo da conta no final do exercício é de 4.102.154,33 €.

8.2.7. – Mapa do Activo Bruto e Mapa das Amortizações e Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constante do Balanço e respectivas amortizações encontram-se devidamente evidenciados nos seguintes mapas:

Quadro 56 – Mapa do Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo final
De bens de domínio público							
Terrenos e recursos naturais	2.166.192,78 €		472.256,98 €				2.638.449,76 €
Edifícios							
Outras construções e infra-estruturas	72.127.619,49 €		44.462,03 €		333.143,88 €		72.505.225,40 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	140.686,74 €				79.891,47 €		220.578,21 €
Outros bens de domínio público							
Imobilizações em curso	327.544,76 €		737.085,33 €		432.844,84 €		631.785,25 €
Adiantamentos por conta de domínio público							
	74.762.043,77 €	0,00 €	1.253.804,34 €	0,00 €	845.880,19 €	0,00 €	75.996.038,62 €
De imobilizações incorpóreas							
Despesas de instalação							
Despesas de investigação e de desenvolvimento	4.079.288,78 €		22.865,55 €				4.102.154,33 €
Propriedade industrial e outros direitos	1.201.017,02 €		96.298,31 €				1.297.315,33 €
Imobilizações em curso			64.250,46 €				64.250,46 €
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas							
	5.280.305,80 €	0,00 €	183.414,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.463.720,12 €
De imobilizações corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	3.932.762,72 €	1.246,99 €	3.900,00 €	12.070,91 €			3.925.838,80 €
Edifícios	28.652.480,44 €		157.711,86 €		132.890,24 €		28.943.082,54 €
Outras construções	13.826.945,28 €		74.027,65 €		8.583,92 €		13.909.556,85 €
Equipamento básico	9.710.552,32 €		492.677,11 €		14.514,00 €	4.957,35 €	10.212.786,08 €
Equipamento de transporte	2.341.164,63 €		142.925,74 €			59.002,31 €	2.425.088,06 €
Ferramentas e utensílios	312.230,25 €		16.755,12 €				328.985,37 €
Equipamento administrativo	1.600.353,94 €	3,50 €	103.747,30 €			25.062,06 €	1.679.042,68 €
Taras e vasilhame							
Outras imobilizações corpóreas	1.908.777,55 €		253.796,57 €			1.519,05 €	2.161.055,07 €
Imobilizações em curso	165.805,94 €		159.636,70 €		136.178,67 €		189.263,97 €
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas							
	62.451.073,07 €	1.250,49 €	1.405.178,05 €	12.070,91 €	292.166,83 €	90.540,77 €	63.774.699,42 €
De investimentos financeiros							
Partes de capital	1.718.727,36 €	44.775,39 €					1.763.502,75 €
Obrigações e títulos de participação	1.518.354,36 €						1.518.354,36 €
Investimento em imóveis:							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Outras aplicações financeiras:							
Depósitos em instituições financeiras							
Títulos da dívida pública							
Outros títulos							
Imobilizações em curso							
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros							
	3.237.081,72 €	44.775,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.281.857,11 €
TOTAL	145.730.504,36 €	46.025,88 €	2.842.396,71 €	12.070,91 €	1.138.047,02 €	90.540,77 €	148.516.315,27 €

Quadro 57 – Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	31.890.159,44 €	3.077.801,89 €		34.967.961,33 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	10.449,47 €	4.601,17 €		15.050,64 €
Outros bens de domínio público				
31.900.608,91 €	3.082.403,06 €	0,00 €	34.983.011,97 €	
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	3.563.232,32 €	232.084,83 €		3.795.317,15 €
Propriedade industrial e outros direitos	1.055.341,73 €	61.664,02 €		1.117.005,75 €
4.618.574,05 €	293.748,85 €	0,00 €	4.912.322,90 €	
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios	4.128.693,98 €	399.685,06 €		4.528.379,04 €
Outras construções	3.354.139,07 €	395.147,32 €	302,38 €	3.748.984,01 €
Equipamento básico	8.025.633,08 €	454.091,56 €	4.654,97 €	8.475.069,67 €
Equipamento de transporte	2.213.201,49 €	46.742,66 €	59.002,31 €	2.200.941,84 €
Ferramentas e utensílios	287.566,14 €	11.438,44 €		299.004,58 €
Equipamento administrativo	1.501.435,12 €	74.316,16 €	24.940,98 €	1.550.810,30 €
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	1.173.910,54 €	93.734,00 €	75,96 €	1.267.568,58 €
20.684.579,42 €	1.475.155,20 €	88.976,60 €	22.070.758,02 €	
De investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimento em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
TOTAL	57.203.762,38 €	4.851.307,11 €	88.976,60 €	61.966.092,89 €

8.2.8. - Mapa Descritivo do Activo Imobilizado

O activo imobilizado demonstra-se de acordo com o anexo II.

8.2.12. - Imobilizações em poder de Terceiros

A estrutura e o valor das imobilizações em poder de terceiros demonstram-se como se segue:

Quadro 58 – Mapa das Imobilizações em poder de Terceiros

Rubrica	Valor
42 - Imobilizações Corpóreas	
421 - Terrenos e Recursos Naturais	1.444.667,08 €
422 - Edifícios e Outras Construções	
4221 - Edifícios	2.220.007,54 €
4222 - Outras Construções	413.304,42 €
45 - Bens de Domínio Público	
451 - Terrenos e Recursos Naturais	31.964,46 €
453 - Outras Construções e Infra-Estruturas	55.853,19 €

8.2.14. – Mapa dos Bens sem Valor

O activo immobilizado que não foi possível valorizar é o que consta ~~discriminado~~ na listagem correspondente ao anexo III. Relativamente ao exercício corrente, verifica-se existe um lote de equipamento informático, nomeadamente 55 monitores e 18 computadores que foram fornecidos e inventariados em 2015, mas que apenas serão valorizados através da respectiva fatura em 2016. Foram ainda inventariados neste ano dois aspiradores (com os códigos de inventário n.º 18991 e 18992, respectivamente), que foram entregues gratuitamente (oferta) ao Município aquando da aquisição de outros equipamentos.

8.2.15. – Mapa dos Bens do Domínio Público não Objecto de Amortização

Os bens do domínio público não objecto de amortização encontram-se discriminados na listagem no anexo IV, de acordo com a Portaria citada no ponto 8.2.3.

8.2.16. – Mapa das Entidades Participadas

As entidades participadas demonstram-se como se segue:

Quadro 59 – Mapa das Entidades Participadas

Município de Silves

(designação da autarquia local)

Ano: 2015

(unidade: €)

Denominação Social	NPC	Sede	Capital Social	Participação Municipal	Participação Percentual	Resultado Líquido
Águas do Algarve	505176300	Faro	29.230.875,00 €	1.156.033,64 €	3,95%	5.139.190,72 €
Algar	503600270	Faro	7.500.000,00 €	231.043,19 €	3,08%	267.279,84 €
Caixa Cred. Agr. Mutuo Silves	500998167	Silves	8.760.035,00 €	505,00 €	0,01%	83.237,00 €
Centro Tecnológico de Citricultura	504691678	Silves	342.567,24 €	25.000,00 €	7,30%	*
Municipia	504475606	Porto Salvo	3.236.678,67 €	24.939,89 €	0,77%	36.686,81 €
Pavilhão do Arade	503913731	Lagoa	1.611.000,00 €	16.200,00 €	1,01%	*

* Não forneceu dados.

8.2.22. – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

O valor das dívidas de cobrança duvidosa registado na conta 21811 é de 55,39 €

O valor das dívidas de cobrança duvidosa registado na conta 21812 é de 103.038,08 €.

8.2.26. – Mapa de Contas de Ordem

O mapa de contas de ordem demonstra-se como se segue:

Quadro 60 – Mapa de Contas de Ordem

Município de Silves

(designação da autarquia local)

Ano: 2015

(unidade: €)

Código	Contas Designação	Saldo Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo Gerência Seguinte	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	8.873.804,72 €		193.936,46 €		9.067.741,18 €	
09321	Prestadas por Fomecedores de c/c	53.760,33 €		76.009,51 €		129.769,84 €	
09322	Prestadas por Fomecedores de Imobilizado	4.750.847,14 €		117.926,95 €		4.868.774,09 €	
09323	Prestadas por Outros Credores	4.069.197,25 €				4.069.197,25 €	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				59.320,26 €		59.320,26 €
09331	Devolvidas a Fomecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fomecedores de Imobilizado				59.320,26 €		59.320,26 €
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas				32.530,59 €		32.530,59 €
09341	Accionadas a Fomecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fomecedores de Imobilizado				29.808,24 €		29.808,24 €
09343	Accionadas a Outros Credores				2.722,35 €		2.722,35 €
Total de Garantias e Cauções		8.873.804,72 €		193.936,46 €	91.850,85 €	8.976.690,33 €	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	A responsabilidade do Tesoureiro	89.368,43 €				89.368,43 €	
0922	A responsabilidade de Outros Agentes	1.500.297,83 €		5.036.439,28 €	4.603.196,44 €	1.933.540,67 €	
Total de Recibos para Cobrança		1.589.666,26 €		5.036.439,28 €	4.603.196,44 €	2.022.909,10 €	
TOTAL		10.463.470,98 €		6.230.375,74 €	4.696.047,29 €	10.996.789,43 €	

8.2.27. – Mapa das Provisões Acumuladas e do Exercício

As provisões acumuladas e do exercício demonstram-se como se segue:

Quadro 61 – Mapa das Provisões Acumuladas e do Exercício

Município de Silves

(designação da autarquia local)

Ano: 2015

(unidade: €)

Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobrança duvidosa	101.990,20	3.509,80	2.434,22	103.065,78
2911	Cobrança duvidosa de curto prazo	228,52	27,70	228,52	27,70
2912	Cobrança duvidosa de médio/longo prazo	101.761,68	3.482,10	2.205,70	103.038,08
292	Riscos e Encargos	1.272.243,70	178.647,08	34.500,00	1.416.390,78
2921	Proc. judiciais em curso	1.272.243,70	178.647,08	34.500,00	1.416.390,78
29212401	Viga d'Ouro	121.121,26			121.121,26
29215269	Geoarque	507.361,02			507.361,02
29214194	Vibeiras	291.760,22			291.760,22
29213073	Habipro	146.770,76			146.770,76
2921664	Rui Amador	19.000,00		19.000,00	0,00
29216625	Traintur	112.077,44			112.077,44
29216626	Almerindo Mendes	7.500,00			7.500,00
29216627	António Marujo	15.500,00		15.500,00	0,00
29210410	Imosoudos S.A.	0,00	151.931,77		151.931,77
29211568	Agência de Desenvolvimento do Barlavento - Associa	0,00	26.715,31		26.715,31
29213689	A.M. Pereira S. Leal O. Martins Júdice Assoc. Soc. Advogados	51.153,00			51.153,00
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

8.2.28. – Mapa dos movimentos da classe 5 – Fundo Patrimonial

O movimento ocorrido na rubrica Fundo Patrimonial durante o exercício de 2015 decorreu como indica o seguinte quadro:

Quadro 62 – Mapa dos Movimentos da Classe 5

Município de Silves

(designação da autarquia local)

Ano: **2015**
(unidade: €)

Código das contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
51	Património	20.662.766,43	1.246,99		20.664.013,42
511	Património Inicial	20.265.917,39			20.265.917,39
512	Património - Ajustamentos	396.849,04	1.246,99		398.096,03
57	Reservas	3.091.889,65	499.444,04		3.591.333,69
571	Reservas Legais	1.610.437,61	31.214,56		1.641.652,17
572	Reservas Estatutárias				
573	Reservas Contratuais				
574	Reservas Livres				
575	Subsídios	413.552,59			413.552,59
576	Doações	1.067.899,45	468.229,48		1.536.128,93
577	Reservas Decorrentes de Transferência de Activos				
59	Resultados Transitados	30.475.159,34	121.455,16	107.894,33	30.488.720,17
590001	Resultados Transitados - 2003	6.989.869,62			6.989.869,62
590002	Resultados Transitados - 2004	4.626.369,78			4.626.369,78
590003	Resultados Transitados - 2005	883.578,35			883.578,35
590004	Resultados Transitados - 2006	4.041.546,78			4.041.546,78
590005	Resultados Transitados - 2007	2.737.679,42			2.737.679,42
590006	Resultados Transitados - 2008	3.040.760,19			3.040.760,19
590007	Resultados Transitados - 2009	0,00			0,00
590008	Resultados Transitados - 2010	416.304,39			416.304,39
590009	Resultados Transitados - 2011	-1.450.936,59			-1.450.936,59
590010	Resultados Transitados - 2012	2.614.898,90			2.614.898,90
590011	Resultados Transitados - 2013	1.805.134,33			1.805.134,33
590012	Resultados Transitados - 2014	624.291,18		31.214,56	593.076,62
591	Regularizações de Exercícios Anteriores	4.145.662,99	121.455,16	76.679,77	4.190.438,38

A conta 576 – Doações teve movimentos, uma vez que durante o exercício de 2015 verificou-se a avaliação das cedências feitas ao Município de Silves ao abrigo dos alvarás de loteamento dos anos de 2013 a 2015, tendo-se procedido à respectiva contabilização nesta conta.

8.2.29. – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Quadro 63 – Mapa do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Município de Silves

Ano: **2015**
(unidade: €)

Movimentos	Mercadorias	Materiais diversos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Materiais economato
Existências Iniciais	0,00	261.649,56	279.813,99	9.317,82
Compras	2.590.403,93	138.212,02	162.488,36	27.193,26
Devoluções ao armazém	0,00	222,17	296,38	0,00
Regularizações de Existências(-)	0,00	40.226,85	22.439,56	2.348,50
Regularizações de Existências(+)	0,00	29.354,50	13.616,15	480,82
Existências Finais	0,00	247.887,53	277.819,65	7.808,31
Custos no Exercício	2.590.403,93	141.101,70	155.659,29	26.835,09

8.2.31. – Demonstração dos Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros demonstram-se como se segue:

Quadro 64 – Mapa da Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	179.144,95 €	431.806,00 €	781	Juros obtidos	1.456,09 €	4.875,23 €
682	Perdas em entidades participadas	0,00 €	0,00 €	782	Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €	783	Rendimentos de imóveis	1.721.484,12 €	1.782.911,15 €
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	784	Rendimentos de participações de capital	170.117,68 €	120.170,08 €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00 €	0,00 €
667	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	29,45 €
688	Outros custos e perdas financeiros	29.948,28 €	27.677,32 €	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €
	Resultados Financeiros	1.707.963,09 €	1.478.760,87 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	23.998,41 €	30.258,28 €
		1.917.056,30 €	1.938.244,19 €			1.917.056,30 €	1.938.244,19 €

8.2.32. – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários demonstram-se como se segue:

Quadro 65 – Mapa da Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	69.344,38 €	62.390,54 €	791	Restituições de impostos	0,00 €	0,00 €
692	Dívidas incobráveis	0,00 €	103.376,03 €	792	Recuperação de dívidas	0,00 €	0,00 €
693	Perdas em existências	62.547,79 €	49.455,19 €	793	Ganhos em existências	42.503,40 €	47.562,44 €
694	Perdas em imobilizações	13.652,88 €	31.710,15 €	794	Ganhos em imobilizações	289.319,56 €	0,00 €
695	Multas e penalidades	600,00 €	556,00 €	795	Benefícios de penalidades contratuais	44.482,62 €	69.430,60 €
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00 €	0,00 €	796	Reduções de amortizações e de provisões	36.952,02 €	151.050,38 €
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	7.510,01 €	178.905,70 €	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	23.356,96 €	66.073,95 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	159.270,24 €	128.522,61 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.442.912,73 €	1.009.055,45 €
	Resultados extraordinários	1.586.601,99 €	790.256,60 €			1.879.527,29 €	1.343.172,82 €
		1.879.527,29 €	1.343.172,82 €			1.879.527,29 €	1.343.172,82 €

17. Indicadores Econômicos / Financeiros

Rácios do Grau de Cobertura das Despesas

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Cobertura das Despesas pelas Receitas	0,977	0,998	1,013	1,102	0,979	1,047
Cobertura das Despesas sem Recurso a Empréstimos	0,391	0,447	0,492	0,650	0,656	0,778
Peso do Pessoal nas Despesas Correntes	0,459	0,458	0,437	0,477	0,465	0,466
Peso das Despesas Correntes nas Receitas Correntes	0,973	0,978	0,962	0,901	0,840	0,818
Peso das Despesas de Capital nas Receitas de Capital	1,350	1,143	1,201	3,688	9,219	4,740
Peso da Despesa Total na Receita Total	1,023	1,002	0,987	0,908	1,022	0,955
Grau de Cobertura das Despesas com o Pessoal pelos Fundos Municipais Correntes	0,470	0,461	0,482	0,570	0,623	0,677
Grau de Cobertura Despesas com Aquisição de Bens e Serv. p/ Fundos Municipais Correntes	0,499	0,488	0,439	0,639	0,663	0,706
Grau de Cobertura dos Juros + Amortização da Dívida pelos Fundos Autárquicos	11,256	7,092	10,347	25,741	12,143	48,605
Grau de Cobertura do Investimento pelos Fundos Municipais de Capital	0,761	0,992	1,863	1,204	0,234	0,213

Rádios Sobre o Grau de Financiamento do Investimento

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Peso das Receitas de Venda de Bens de Investimento Autárquico	0,000	0,010	0,002	0,000	0,000	0,071
Peso dos Fundos Comunitários de Capital no Investimento Municipal	0,761	0,992	1,863	1,204	0,234	0,213
Peso das Receitas de Transferências Comunitárias no Investimento Autárquico	0,205	0,317	0,107	0,061	-0,001	0,045
Peso dos Empréstimos no Investimento Autárquico	5,032	6,062	10,462	11,364	3,571	2,589
Peso do Investimento na Receita Total	0,119	0,091	0,049	0,036	0,092	0,099

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Outros Rácios

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Km² por Trabalhador Autárquico						
	$\frac{0,874}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{0,872}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{0,919}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{0,987}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{0,999}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{1,018}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$
Municípios por Trabalhador Autárquico						
	$\frac{43,539}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{47,659}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{50,238}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{53,419}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{54,047}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{55,100}{\text{N.º Trabalhadores autárquicos}}$
Despesas com Pessoal por Município						
	$\frac{366,78}{\text{População}}$	$\frac{322,91}{\text{População}}$	$\frac{294,50}{\text{População}}$	$\frac{315,92}{\text{População}}$	$\frac{300,90}{\text{População}}$	$\frac{303,02}{\text{População}}$
Despesas com Pessoal por Km²						
	$\frac{18268,80}{\text{Km}^2}$	$\frac{17650,82}{\text{Km}^2}$	$\frac{16097,60}{\text{Km}^2}$	$\frac{17094,86}{\text{Km}^2}$	$\frac{16281,82}{\text{Km}^2}$	$\frac{16396,75}{\text{Km}^2}$
Despesa com o Pessoal (média mensal) por Trabalhador Autárquico						
	$\frac{1330,78}{\text{N.º de trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{1282,46}{\text{N.º de trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{1232,92}{\text{N.º de trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{1406,35}{\text{N.º de trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{1355,22}{\text{N.º de trabalhadores autárquicos}}$	$\frac{1391,39}{\text{N.º de trabalhadores autárquicos}}$
Investimento por Km²						
	$\frac{5713,63}{\text{Km}^2}$	$\frac{4192,64}{\text{Km}^2}$	$\frac{2106,46}{\text{Km}^2}$	$\frac{1630,32}{\text{Km}^2}$	$\frac{3937,64}{\text{Km}^2}$	$\frac{4430,83}{\text{Km}^2}$
Investimento por Município						
	$\frac{114,71}{\text{População}}$	$\frac{76,70}{\text{População}}$	$\frac{38,54}{\text{População}}$	$\frac{30,13}{\text{População}}$	$\frac{72,77}{\text{População}}$	$\frac{81,88}{\text{População}}$
Aquisição de Bens e Serviços por Km²						
	$\frac{17233,58}{\text{Km}^2}$	$\frac{16683,70}{\text{Km}^2}$	$\frac{17670,10}{\text{Km}^2}$	$\frac{15247,04}{\text{Km}^2}$	$\frac{15304,61}{\text{Km}^2}$	$\frac{15717,29}{\text{Km}^2}$
Aquisição de Bens e Serviços por Município						
	$\frac{346,00}{\text{População}}$	$\frac{305,22}{\text{População}}$	$\frac{323,26}{\text{População}}$	$\frac{281,77}{\text{População}}$	$\frac{282,84}{\text{População}}$	$\frac{290,47}{\text{População}}$

RÁCIOS ECONÓMICO-RESULTADOS

		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Rendibilidade Líquida das Vendas e Prestações de Serviços	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Vendas e Prestações de Serviços}}$	0,170	-0,406	0,676	0,440	0,151	0,785
Rendibilidade Operacional das Vendas e Prestações de Serviços	$\frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Vendas e Prestações de Serviços}}$	-0,662	-0,987	0,083	-0,293	-0,397	0,135
Rendibilidade dos Fundos Próprios	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Fundos Próprios}}$	0,019	-0,030	0,054	0,036	0,012	0,067
Rendibilidade dos Capitais Permanentes	$\frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Capitais Permanentes}}$	-0,051	-0,054	0,005	-0,019	-0,026	0,010
Rendibilidade do Activo	$\frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Activo Líquido}}$	-0,032	-0,034	0,003	-0,013	-0,017	0,007

RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,518	0,435	2,109	2,788	1,035	1,643
Liquidez Reduzida (<i>Quick ratio, acid test</i> ou <i>rácio de tesouraria</i>)	$\frac{\text{Activo Circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,471	0,380	1,878	2,571	0,940	1,529
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,194	0,188	0,997	1,660	0,559	0,971
Solvabilidade I	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Fundos Alheios}}$	1,508	1,734	2,972	3,574	3,546	4,704
Solvabilidade II	$\frac{\text{Activo Líquido}}{\text{Passivo}}$	1,806	1,897	2,085	2,222	2,345	2,606
Solvabilidade Adaptada	$\frac{\text{Activo Líquido} - \text{Bens Dom. Pub.}}{\text{Passivo}}$	0,953	0,963	1,072	1,180	1,282	1,484
Debt to Equity	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Capitais Próprios}}$	1,241	1,115	0,922	0,818	0,743	0,623
Endividamento	$\frac{\text{Fundos Alheios}}{\text{Fundos Próprios} + \text{Fundos Alheios}}$	0,399	0,366	0,252	0,219	0,220	0,175
Estrutura do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Fundos Alheios}}$	0,361	0,384	0,134	0,156	0,376	0,376
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo Líquido}}$	0,446	0,473	0,520	0,550	0,574	0,616
Rendibilidade do Activo Total	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Activo Líquido}}$	0,008	-0,014	0,028	0,020	0,007	0,042
Rendibilidade das Vendas	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas} + \text{Prestações de Serviços}}$	0,170	-0,406	0,676	0,440	0,151	0,785
Rotação do Activo	$\frac{\text{Vendas} + \text{Prestações de Serviços}}{\text{Activo Líquido}}$	0,049	0,035	0,041	0,045	0,044	0,053

Os rácios de liquidez analisam a capacidade do município em honrar os compromissos financeiros a curto prazo. Conforme se pode verificar na apresentação evolutiva dos rácios, em termos de liquidez geral verifica-se uma situação positiva nos últimos 4 anos, uma vez que tem sido apurado um valor superior à unidade, o que revela estabilidade ao nível de equilíbrio financeiro da autarquia. Note-se que mesmo excluindo o valor referente às existências em stock (que como se sabe não será tão imediato a transformar em dinheiro) e igualmente o valor das dívidas a receber c/prazo (clientes), o valor do rácio mantém-se praticamente ao nível da unidade, o que permite afirmar que o município encontra-se no final de 2015 numa situação positiva em termos de liquidez imediata, ou seja, as disponibilidades existentes permitem fazer face imediata ao passivo de curto prazo.

O Rácio de Solvabilidade é um rácio financeiro indicador da proporção relativa dos ativos financiados por capitais próprios versus ativos financiados por capitais alheios, sendo que quanto mais elevado for este rácio, mais estável financeiramente se encontra a autarquia. Neste parâmetro, verifica-se que no final de 2015 este rácio apresenta valores confortáveis, que definem uma situação financeira estável e um bom desempenho económico-financeiro ao longo dos 6 anos em análise.

No caso do rácio Debt to Equity indica a estrutura de capitais do município e avalia a capacidade do município em pagar as dívidas contraídas. Uma boa situação financeira implica um valor inferior a 1, que acontece.

A nível de rácio de endividamento verificamos que o valor é reduzido, o que revela que o peso dos fundos alheios relativamente ao total de fundos financiados é baixo, aferindo-se desta forma o recurso a fundos alheios para financiar a actividade do município e reduzido.

Tendo em conta a estrutura de funcionamento de uma autarquia, é natural que a rendibilidade do activo total seja bem baixa, tal como a rotação do activo.

RÁCIOS DE GESTÃO OU ACTIVIDADE

		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) ou Crédito Médio Concedido a Clientes, Contribuintes e Utentes	$\frac{\text{Clientes, Contribuintes e Utentes}}{(\text{Vendas, Prest. Serv. e Imp. e Taxas}) / 365}$	54	36	34	37	36	41
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) ou Crédito Concedido por Fornecedores	$\frac{\text{Fornecedores}}{(\text{Compras e FSE}) / 365}$	131	151	65	29	17	10
Rotação do Activo	$\frac{\text{Vendas}}{\text{Activo}}$	0,036	0,024	0,028	0,029	0,027	0,032

O prazo médio de recebimentos indica os dias que os clientes do município demoram, em média, a regularizar as suas responsabilidades a partir do momento da venda. Este rácio é importante para aferir da eficácia dos serviços para proceder às cobranças. O prazo tem-se mantido estável, entre os 34 e os 54 dias.

O prazo médio de pagamentos indica os dias que os fornecedores do município demoram, em média, a receber os seus direitos a partir do momento da compra. Este prazo tem diminuído fortemente nos últimos 3 anos.

A rotação do activo assinala a produtividade dos activos em termos de geração de vendas, que tendo em conta a estrutura de uma autarquia, representa sempre um valor reduzido. O aumento continuado do valor deste rácio poderá significar uma melhor eficiência no aproveitamento dos activos do município.

18. Indicadores do Balanço Social

RÁCIOS DE BALANÇO SOCIAL

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Formação Superior	<u>Bacharelatos + Licenciaturas + Mestrados</u> Efectivos Globais	17,76%	15,63%	17,97%	20,30%	19,62%	20,51%	20,82%
Taxa de Tecnicidade em Sentido Restrito	<u>Pessoal Técnico Superior</u> Pessoal Assistente Técnico	76,34%	65,43%	71,17%	71,97%	66,45%	72,03%	64,56%
Taxa de Tecnicidade em Sentido Lato	<u>Pessoal Técnico Superior + Informática</u> Efectivos Globais	15,27%	14,47%	15,66%	16,10%	15,55%	16,32%	16,26%
Taxa de Emprego Jovem	<u>Trabalhadores até 24 anos</u> Efectivos Globais	2,59%	0,13%	1,41%	0,81%	0,73%	0,45%	0,30%
Leque Salarial Líquido	<u>Maior Remuneração Base Líquida</u> Menor Remuneração Base Líquida	7,48	7,08	7,08	6,94	6,73	6,73	6,21
Variação de Efectivos	<u>Efectivos 2015 - Efectivos 2014</u> Efectivos 2014	-1,59%	10,34%	0,64%	-3,59%	-6,90%	-2,91%	-1,50%
Taxa de Vínculo dos Quadros	<u>Pessoal em Regime de Contrato por Tempo Indeterminado</u> Efectivos Globais	74,78%	73,26%	91,66%	90,93%	95,64%	99,10%	98,48%
Taxa de Vínculo dos Contratados	<u>Pessoal em Regime de Contrato por Tempo Resolutivo Certo</u> Efectivos Globais	24,06%	22,61%	6,55%	7,71%	3,34%	0,00%	0,00%
Taxa de Absentismo	<u>N.º de horas de trabalho perdidas por ausência</u> Potencial máximo anual de horas trabalháveis	8,73%	8,17%	7,61%	7,33%	7,17%	6,99%	7,88%
Variação do Absentismo	<u>Ausências 2015 - Ausências 2014</u> Ausências 2015	34,13%	4,55%	-7,06%	-1,60%	-14,78%	-5,42%	12,82%

19. Proposta de Aplicação de Resultados

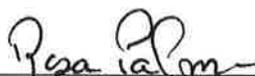
Tendo o Município de Silves encerrado o exercício com um Resultado Líquido no montante de 3.955.960,10 €, e uma vez que de acordo com os valores constantes no balanço, a conta 51 (Património) apresente um valor superior a 20% relativamente ao activo líquido total, propõe-se à Exma. Assembleia Municipal, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL a seguinte aplicação:

- 197.798,01 € para reforço da conta 571 - Reservas Legais, correspondente a 5% do resultado líquido do exercício;
- 3.758.162,09 € para a conta 590013 - Resultados Transitados 2015.

Silves, 29 de Março de 2016

O Órgão Executivo

A Presidente da Câmara Municipal


Rosa Cristina Gonçalves da Palma

O Vice-Presidente da Câmara Municipal


Mário José do Carmo Godinho

A Vereadora Permanente


Maria Luisa Medeiro Conduto Luís

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

PRESENTE À REUNIÃO
DE 06/04/2016

DELIBERAÇÃO

Deliberação por unanimidade,
volta à próxima reunião.

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

PRESENTE À REUNIÃO
DE 13/04/2016

DELIBERAÇÃO

Deliberação rejeita a proposta de aplicação
de resultados, com os votos contra dos vereadores
do PSD e os votos a favor do
executivo permanente. Não se delibera
reverter à Assembleia Municipal, para
aprovação e deliberação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

PRESENTE À REUNIÃO
DE 29/04/2016

DELIBERAÇÃO

Deliberação por unanimidade
volta à próxima reunião.

6.92

CÂMARA MUNICIPAL DE SILV

PRESENTE À REUNIÃO

DE 27/04/2016

DELIBERAÇÃO

Deliberação por votação, aprovar a proposta de criação de um núcleo com 3 votos a favor do executivo permanente, e a ausência dos vereadores do PS e do PSD. Não se delibera reunir o Conselho Municipal, para apreciação e deliberação.

O Vereador Não Permanente



Rogério Santos Pinto

O Vereador Não Permanente



Fernando José Serpa Cabrita

A Vereadora Não Permanente



Maria da Graça de Madeira Neto

O Vereador Não Permanente



Paulo Joaquim Guerreiro Pina

